



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL
UASG: 450522

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 590/2026/SEMDES	
DATA DE ABERTURA: 21/05/2026 às 09h00min. no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br			
OBJETO			
Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, a fim de atender as Secretarias Municipais, por um período de 12 (doze) meses.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			LANCE MÍNIMO
R\$ 256.944,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta e quatro reais).			R\$ 0,01
REGISTRO DE PREÇOS?	VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO OU EQUIVALENTE	POR ITEM
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA ITEM 10 DESTA EDITAL)*			
Requisitos Básicos: - SICAF ou documentos equivalentes.		Requisitos Específicos: Item 10.13 do Edital - Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.	
<small>* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.</small>			
MODO DE DISPUTA	ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP?	ITEM COM RESERVA DE COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO
ABERTO	NÃO*	NÃO	NÃO
<small>*Justificativa para não utilização de lotes exclusivos no item 16 do Termo de Referência.</small>			
PRAZO DE ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTOS COMPLEMENTARES			
120 (cento e vinte) minutos, após a convocação realizada pelo pregoeiro.			
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES			
Até 18/05/2026 no e-mail: pregaopma@hotmail.com , demais condições no item 15. deste Edital			
OBSERVAÇÕES GERAIS			
-			
AVISO			
Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2026)			
Dúvidas: (69) 3516-2020 e/ou pelo e-mail: pregaopma@hotmail.com			



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÃO

(LEI 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90052/2026/SML/PMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 590/2026/SEMDES

LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

1.1.1. A Prefeitura do Município de Ariquemes-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 04.104.816/0001-16, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal nº. 23.386, de 07 de janeiro de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90052/2026/PREGÃO/SML/PMA** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade **Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, para atender as Secretarias Municipais de Ariquemes por um período de 12 (doze) meses.** O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2. O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br (comprasnet); e/ou www.ariquemes.ro.gov.br na aba de anexos da licitação no link: <https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br/novo/EXECUTIVO/compras-licitacoes/licitacoes/2026/3>.

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

CÓDIGO UASG:	450522
PREGOEIRO:	ROSANGELA MARTINS DE OLIVEIRA
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	07/05/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	21/05/2026 às 08h59min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	21/05/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).

1.1.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo nº 590/2026/SEMDES**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. DO OBJETO: Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, para atender as Secretarias Municipais de Ariquemes por um período de 12 (doze) meses, Conforme especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS EM R\$:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND. DE MEDIDA	QUANT. DE SERVIÇO MENSAL	QUANT. DE SERVIÇO ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL (R\$)
01	TAXA DE OPERACIONALIZAÇÃO: ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, PROFISSIONALIZANTE E ENSINO MÉDIO. Taxa de operacionalização: Estagiários de nível superior, profissionalizante e ensino médio, com carga horária de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008, distribuídas de segunda a sexta-feira, com até 06 (seis) horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a demanda da Administração Pública Municipal.	15156	SERV.	404	4848	53,00	256.944,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)							256.944,00

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema [compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), e as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.2. DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelos ordenadores de despesas dos órgãos requerentes;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.2.1 Do local de execução - Conforme estabelecido no item 5.1.2 no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.2.1.1. O local de execução do objeto deste Edital será na sede de cada Secretaria solicitante ou departamento vinculado à Secretariaria.

2.2.1.1. Do detalhamento dos serviços - Conforme estabelecido no item 5.1.3 a 5.1.3.12 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2.2.1.1.1. Aos estudantes portadores de deficiência será assegurado o direito de participar do estágio, desde que as atividades sejam compatíveis com a deficiência da qual são portadores, reservando-se 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, nos termos do parágrafo 5º, art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, ficando sob responsabilidade da contratada controlar efetivamente o percentual de vagas.

2.2.1.1.2. A existência de deficiência deverá ser indicada pelo candidato no momento da inscrição, sendo comprovada mediante apresentação de laudo médico, indicando o **Código Internacional de Doença (CID)**.

2.2.2. Do início dos serviços – Conforme estabelecidos no item 5.12 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.2.2.1. Após a assinatura do contrato será emitida a respectiva Autorização de Execução de Serviços pelo gestor do contrato, somente após a qual estará a empresa apta a iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias, após a data do recebimento.

2.2.3. Das áreas de interesse da Prefeitura – Conforme estabelecidos do item 5.3 e subitens do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.2.3.1. I - Ensino Superior: Deverão ser selecionados estudantes dos seguintes cursos de graduação, entre outros correlatos às atividades administrativas e técnicas da Prefeitura: Administração; Direito; Ciências Contábeis; Farmácia; Enfermagem; Serviço Social; Psicologia; Engenharia Civil; Pedagogia; Educação Física; Gestão Pública; Matemática; Letras (Português/Inglês/Espanhol); Geografia; História; Ciências Biológicas; Gestão Ambiental; Agronomia; Engenharia Ambiental; Engenharia Sanitária; Engenharia de Produção; Arquitetura e Urbanismo; Nutrição; Fisioterapia; Ciência da Computação; Sistemas de Informação.

2.2.3.2. II - Ensino Técnico: Poderão ser selecionados estudantes regularmente matriculados em cursos técnicos compatíveis com as áreas de atuação da Administração Municipal, tais como: Técnico em Administração; Técnico em Contabilidade; Técnico em Informática; Técnico em Enfermagem; Técnico em Edificações; Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Agropecuária; Técnico em Segurança do Trabalho; Técnico em Recursos Humanos; Técnico em Logística; entre outros correlatos às atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

2.2.3.3. III - Ensino Médio - Poderão ser selecionados estudantes regularmente matriculados no ensino médio regular, observadas as disposições da legislação vigente, para atuação em atividades de apoio administrativo, atendimento ao público, organização documental e demais funções compatíveis com seu nível de formação.

2.2.4. Das condições para o estágio – Conforme estabelecidos no item 5.4 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.2.5. Descrição das atividades dos estagiários – Conforme estabelecidos do item 5.5 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.2.6. Dos valores da bolsa-estágio – Conforme estabelecidos do item 5.7 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ELEMENTO DE DESPESA)

2.3.1. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

SEMAIC:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Agricultura Indústria E Comércio.

Programação: 02.013.04.122.0036.2700 - Manutenção Das Atividades Semaic

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - PJ

Fonte De Recurso: 0.1.500 0 - Recursos Não Vinculados De Impostos

Ficha: 790

Programação: 02.013.20.122.0037.2706 - Manutenção Do Banco De Alimentos

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - PJ

Fonte De Recurso: 0.1.500 0 - Recursos Não Vinculados De Impostos

Ficha: 805

IPEMA:

03 IPEMA Inst Prev Do Mun De Ariquemes

03 01 IPEMA Inst Prev Do Mun De Ariquemes

03 01 00 IPEMA Inst Prev Do Mun De Ariquemes

09 Previdência Social

09 122 Administração Geral

09 122 0015 Gestão Do Ipema

09 122 0015 2901 0000 Administração Do Fundo Previdenciário

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica

SEMGOV:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Governo

Programação: 0002 Gestão E Governança Com Transparência Focada Na Excelências Dos Serviços Prestados;

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceira Pessoa Jurídica;

Fonte De Recurso: 100 - RP

Ficha: 32

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Turismo, Esporte E Cultura

Programação: 27 122 0019 2800 - Manutenção Das Atividades Da Semtec;

Programação: 13 392 0020 2801 - Promoção Da Cultura;

Programação: 27 812 0021 - 0000 Fomento Ao Esporte Comunitário E Lazer;

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte De Recurso: RP Próprio

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes.

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Saúde.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Programação:

10.122.0039.2501 - Gestão Das Atividades Da Secretaria Municipal De Saúde;
10.122.0039.2504 - Cumprir Determinações Judiciais;
10.301.0035.2507 - Atenção Primária Em Saúde Pap;
10.302.0037.2513 - Atenção De Média E Alta Complex. Amb. E Hospitalar Mac;
10.302.0037.2519 Serv. De Atendimento Móvel De Urgência - Samu;
10.304.0036.2524 - Ações De Vigilância Sanitária;
10.305.0036.2526 - Ações De Vigilância E Promoção Em Saúde;
10.305.0036.2527 - Vigilância, Prevenção E Controle Das Dst/Aids Hepatites Vir.

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte De Recurso: RP-1.500, Fed-1.600, Covid-1.602, Est-1.621

SEMA:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: 021101 - Secretaria Municipal De Meio Ambiente

Programação: 18.541.0020.2601 - Manutenção De Praças, Canteiros E Áreas Verdes

18.122.0011.2600 - Manutenção Das Atividades Da Sema

Elemento De Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Fonte De Recurso: 1.500 - R.P

SEMED:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal De Educação

Programação: 02.007.12.361.0006.3001 - Manutenção Das Atividades Da Semed

Programação: 02.007.12.361.0039.3010 - Manutenção Das Atividades Do Ensino Fundamental

Programação: 02.007.12.365.0040.3017 - Manutenção Das Atividades Do Ensino Infantil Pre

Programação: 02.007.12.365.0040.3018 - Manutenção Do Ensino Infantil Creches

Programação: 02.007.12.367.0039.3023 - Manutenção Das Atividades Da Educação Inclusiva

Elemento De Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte De Recurso: 1.500.1001 - Recursos Não Vinculados De Impostos

Fonte De Recurso: 1.500.0000 - Recursos Não Vinculados De Impostos

Fonte De Recurso: 1.550.0000 - Transferência De Salário Educação

Fonte De Recurso: 1.540.0000 - Transferências Do FUNDEB

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Planejamento, Orçamento E Gestão

Programação: 02.06.04.122.0005.2012 Manutenção Da Secretaria De Planejamento

Elemento Da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte De Recurso: Recursos Não Vinculados De Impostos

PGM:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: 02-03procuradoria Geral

Programação: 02.03.122.0003.2007 -Manutenção Da Procuradoria Geral



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiro - Pessoa Jurídica

Fonte De Recurso: 1.500 - RP

SEMOSP:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Obras;

Programação: 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção Das Atividades Da Semosp

04.122.0038.2651.0000 - Conservação E Limpeza De Cemitérios

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção E Conservação De Frotas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. E Recup. De Estradas Vicinais

Elemento Despesa: 3.3.90.39.00-Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica /3.3.90.36.00-Outros

Serviços De Terceiros - Pessoa Física;

Fonte De Recursos: RP-0.1.500; Recursos De Exercícios Anteriores - 0.2.500; Transferência Da União Referente A Compensação Financeira De Recursos Minerais - 0.1.708.

SML:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Superintendência Municipal De Compras E Licitações

Programação: 04.122.0021.2000 - Manutenção Da Superintendência Municipal De Compras E Licitações

Elemento De Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte De Recurso: 0.1.500.0 - Recurso Próprio Não Vinculado A Impostos

AMR:

Órgão: Agência Municipal De Regulação- AMR

Unidade Orçamentária: Agência Municipal De Regulação

Programações: 04.125.0016.2950 Manutenção Das Atividades Da AMR

Elemento De Despesa: Elemento Da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte De Recurso: Recurso Próprio

SEMFAZ:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: 02.05 Secretaria Municipal De Fazenda

Programação: 02.05.04.122.0007.2010 Manutenção E Gestão De Finanças

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros De Pessoa Jurídica

Fonte De Recurso: Outros Recursos Não Vinculados

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal De Assistência Social Fmas

08.122.0013.2403 - Manutenção Das Ativ. Do Conselho Tutelar

08.243.0013.2400 - Gestão Administrativa Do Fundo De Assistência Social

08.244.0012.2405 - Fortalecimento Do Controle Social (Cmas)



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

08.244.0012.2407 - Bloco De Gestão Do Suas (Igd-Suas)
08.244.0012.2414 - Bloco De Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único
08.244.0012.2419 - Vigilância Socioassistencial
08.244.0014.2406 - Bloco Da Proteção Social Básica
08.244.0014.2408 - Bloco Da Proteção Social Especial De Média E Alta Complexidade (Mac)
08.244.0014.2412 - Proteção Social Especial (Pse) Da Alta Complexidade - Serviço De Acolhimento Em Família Acolhedora
08.244.0015.2415 - Manutenção Do Programa Criança Feliz
08.244.0015.2417 - Crescendo Bem
08.244.0015.2423 - Mamãe Cheguei

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte De Recurso: RP/ Recurso Da União/ Recurso Estadual

2.4. DO PAGAMENTO

2.4.1. Conforme estabelecido no item 7.22 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital; "...O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021."

2.5. INDICE DE REAJUSTE

- 2.1.1. Conforme estabelecido na cláusula 7.1 da minuta de contrato;
- 2.1.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/02/2026.
- 2.1.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 2.1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 2.1.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 2.1.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 2.1.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 2.1.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 2.1.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. **Não poderão disputar esta licitação:** (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 3.4.11.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.5.** O impedimento de que trata o **item 3.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.4.2 e 3.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8.** O disposto nos **itens 3.4.2 e 3.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.10.** A vedação de que trata o **item 3.4.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.11. Em tempo, será analisado também:**
- 3.11.1.** Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Ariquemes/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções);**
- 3.11.2.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (até que se encerre os prazos das sanções);
- 3.11.3.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

4.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.2.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.2.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.1 ou 4.2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.2.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.2.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.2.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.2.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.2.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.2.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.2.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.2.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.2.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.2.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;

5.1. O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total;
- b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES;

6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO;

6.1.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.1.3. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;

6.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

6.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

6.3.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo);

6.3.5. O licitante **poderá**, uma única vez, **excluir** seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.3.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.3.6.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.3.6.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.3.6.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 6.3.6.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.3.6.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.3.7.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.3.8.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 6.3.9.** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.3.9.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;
- 6.3.10.** Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.3.11.** No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasnet.gov.br>
- 6.3.12.** O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

- 6.4.1.** A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.
- 6.4.2.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.5.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.5.5.2. empresas brasileiras;

6.5.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.5.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6. Nos casos em que o sistema Comprasnet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio (IN SEGES/MGI Nº 79/2024), em sessão realizada no comprasnet, com a convocação dos interessados.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA;

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2. O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte)** minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1. Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

8.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 60 (SESSENTA) DIAS.

8.1.3. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

8.1.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF);

8.2.2. Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa.

8.2.3. O PREGOEIRO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;

8.8.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.8.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

8.8.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

8.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);
- 9.1.5. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social** (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>) – *consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório*;
- 9.1.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes** (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>) – *consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório*.
- 9.2.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.4.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 9.5.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 9.6.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 9.7.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.8.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.9.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.4.1 e 4.2.6** deste edital.
- 9.10.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 9.11. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:**
- 9.11.1.** contiver vícios insanáveis;
 - 9.11.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 9.11.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 9.11.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.11.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.12.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.12.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.13. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

9.13.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.13.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.14. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.16. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.17. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.22. Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro**.

10.4.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.5.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) [O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração](#)).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.10.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.10.2. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.10.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10.7. No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.10.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

10.10.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

10.10.10. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

10.10.11. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.10.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.11. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.11.1. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

10.11.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.4. Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.5. Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

10.11.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**.

10.11.7. Certidão de regularidade de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - **CNDT**.

10.12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

10.12.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa)** dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.12.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.13.1.1. Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

10.13.1.2. O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.

10.13.1.3. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema Comprasnet.

- 10.13.1.4.** Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota (s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados..

10.14. DAS DECLARAÇÕES:

10.14.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.

- a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.
- c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital.

10.14.2. A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o Pregoeiro solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.15. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, após a fase de lances ou quando solicitadas pelo agente.

10.15.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

10.15.2. OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

10.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

10.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8. A manifestação de interposição do recurso e contrarrrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

11.10. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.11. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SML, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

11.12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

11.12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

12.2. Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

12.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

12.5. Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico (eProc) para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração; c) Poderá ser enviado por e-mail para a empresa, devendo ser assinado de forma digital (token) (assinador digital gratuito



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica>). Posteriormente, o documento deverá ser devolvido por e-mail.; ou d) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

13.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- 13.4.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.4.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 13.4.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;
- 13.4.4.** Deverá observar e cumprir todas as disposições estabelecidas na minuta do termo de contrato;
- 13.4.5.** A substituição do contrato por documento equivalente não exime o contratante da obrigação de observar todas as disposições estabelecidas na minuta contratual.
- 13.4.6.** Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II apud AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);
- 13.4.7.** Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do valor, será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica. (AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);
- 13.4.8.** I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que ilude o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que: a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133/2021; ou b) o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133/2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa. (AGU. Orientação Normativa nº 84/2022);

13.5. Os prazos dos itens 13.1 e 13.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

13.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão durante o certame;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 14.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
 - 14.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.5.** Fraudar a licitação;
- 14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1.** advertência;
 - 14.2.2.** multa;
 - 14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.
- 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

será de **15%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão de no mínimo 3(três) servidores, em sua maioria servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: pregaopma@hotmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo **deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3516-2020**) ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Ariquemes/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, n.º 2.166 – Setor Institucional - Complemento: Centro Administrativo, sala 10, no 1º andar em Ariquemes/RO - CEP: 76.872-854.

15.3.1. Para facilitar o processamento das solicitações, as empresas devem enviar o documento do pedido de esclarecimento em formato PDF copiável.

15.4. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.gov.br/compras>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.8. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

16. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

16.1. Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, os licitantes remanescentes até a 3ª (terceira) classificação, serão convocados a encaminhar no e-mail: pregaopma@hotmail.com, declaração de interesse em aderir ao cadastro de reserva conforme Decreto nº 19.359/2022.

16.1.1. Caso os licitantes classificados até o 3º lugar não manifestem interesse o pregoeiro poderá estender a convocação aos demais, respeitando a sequência de classificação, até que se preencham as vagas previstas, até que se esgotem as empresas.

16.1.2. Os licitantes poderão compor cadastro reserva, desde que aceitem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme § 4º do art. 72 do Decreto nº 19.359/2022.

16.1.3. Os licitantes deverão informar no e-mail, todos os itens que desejarem participar do cadastro reserva: número do item, quantidade, unidade, descrição, marca/modelo, valor unitário igual ao do licitante vencedor, valor total igual ao do licitante vencedor

16.1.4. Os licitantes que aceitem participar do cadastro reserva, terá sua documentação de habilitação analisada em conformidade com o edital.

16.1.5. Os interessados ao fim dos procedimentos licitatórios serão convocados nos mesmos termos previstos para a ata de registro de preços, do edital de licitação, a realizar a assinatura da ata de cadastro de reserva conforme modelo em anexo ao edital.

16.1.6. Em caso de desistência, penalização e/ou outro fato impeditivo que venha a impossibilitar a empresa detentora da Ata de registro de Preços, a Gerência ficará responsável em proceder a convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, para assumir apenas o saldo remanescente contratado.

17. CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

17.1. Em caso de não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, rescisão contratual ou desistência do licitante vencedor em prosseguir com o fornecimento, a Administração poderá, com base no Decreto Municipal Nº 21.363, de 23 de agosto de 2024, convocar os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação estabelecida no processo licitatório, para celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante originalmente vencedor. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite as condições estabelecidas, a Administração reserva-se o direito de negociar com esses licitantes visando obter um preço melhor ou adjudicar o contrato nas condições ofertadas por eles, atendendo à ordem classificatória.

17.2. Esse processo seguirá as seguintes etapas:

17.2.1. Após a instauração do procedimento sancionatório em decorrência da rescisão contratual ou desistência do licitante.

17.2.2. Convocação dos licitantes remanescentes em ordem de classificação: Após a não assinatura do contrato, ou rescisão do contrato pelo licitante vencedor ou sua desistência, a Administração convocará os licitantes remanescentes que participaram do processo licitatório, seguindo a ordem de classificação estabelecida no certame. Esses licitantes serão convidados a assumir o contrato nas mesmas condições oferecidas pelo licitante originalmente vencedor que rescindiu o contrato.

17.2.3. Negociação com os licitantes remanescentes: Se nenhum dos licitantes remanescentes aceitar as condições propostas nas mesmas bases do licitante vencedor que rescindiu o contrato, a Administração irá para o próximo passo. Neste estágio, será iniciada a negociação com o segundo colocado e, subsequentemente, com os demais licitantes remanescentes em ordem de classificação.

17.2.4. Negociação do menor valor possível: Durante as negociações com os licitantes remanescentes, a Administração buscará obter o menor valor possível para a contratação, considerando as condições propostas por esses licitantes. Esta negociação pode envolver ajustes nos valores propostos originalmente pelos licitantes remanescentes, com o objetivo de garantir a economicidade para a Administração.

17.2.5. Apresentação da proposta pela nova empresa contratada: A empresa contratada deverá apresentar sua proposta com o preço final de seu lance, ajustando o valor do serviço/fornecimento remanescente em relação ao já executado pela empresa desistente.

17.2.6. Será analisado o teor das propostas apresentadas pelos licitantes remanescentes, inclusive a compatibilidade dessas propostas com as especificações técnicas do edital, bem como a verificação dos documentos de habilitação;

17.2.7. A Administração declarará a habilitação da empresa e a aceitabilidade da proposta apresentada, nos termos do edital;

17.2.8. A Administração publicará o aviso de adjudicação da empresa remanescente, ficando garantido o prazo de 5 (cinco) dias úteis aos demais licitantes para exercerem o direito ao contraditório, com a possibilidade de recorrerem da decisão da Administração, tanto no que se refere à proposta quanto aos documentos de habilitação;

17.2.9. Encerrado o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou após decisão final dos recursos interpostos, a Administração publicará o aviso de homologação da contratação do remanescente.

17.3. Em caso de Registro de Preço, será observado primeiro o Cadastro Reserva de Fornecedor.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. A Administração Pública se reserva no direito de:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 18.2.1.** Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;
- 18.2.2.** Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.
- 18.3.** Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.
- 18.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.5.** Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 18.6.** As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 18.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO.
- 18.8.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.
- 18.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.
- 18.12.** Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.
- 18.13.** As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Ariquemes, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.14.** As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.
- 18.15.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;
- 18.16.** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

18.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Ariquemes, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

18.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

18.19. CREDENCIAMENTO e-PROC, conforme a Instrução Normativa nº 4, datado em 05 de outubro de 2020, que Regulamenta sobre utilização do Sistema Eletrônico de Informações (e-PROC), este é de utilização obrigatória para todos os tipos de processos em tramitação e novos e outras providências.

18.19.1. Todas as pessoas físicas que possuem empresa, imóvel ou qualquer vínculo junto à Prefeitura de Ariquemes/RO, e que queira ou precise fazer peticionamentos e acompanhar seus processos e pedidos ONLINE.

18.19.2. Para acesso ao Sistema de Processo Eletrônico e realização de petições online é necessário o credenciamento prévio. Esse credenciamento deve ser feito junto ao Atendimento ao Público desta Prefeitura de Ariquemes/RO, **ou por meio online**, através do acesso pela Plataforma GOV.BR.

18.19.3. Poderá ser realizado o credenciamento destes Fornecedores e/ou prestadores de serviços e outros como usuários externos, conforme orientação do "Manual do Credenciamento", disponível na página da Prefeitura no banner credenciamento ou no link: <http://site.ariquemes.ro.gov.br/paginas/credenciamento>

18.20. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.gov.br/compras, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao.

18.21. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

18.22. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3516-2020, ou na sede Prefeitura de Ariquemes/RO.

18.23. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

19. ANEXOS

19.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (ID 3920561)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (ID 3848705);

Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3848726);

Apêndice III do T.R. – Quadro de Distribuição por Secretaria (ID 3848752)

Apêndice IV do T.R. – Termo de Compromisso de Estágio (ID 3848869)

Apêndice V do T.R. – Minuta de Contrato (ID 3859578)

Apêndice VI do T.R. – Minuta da Ata de Registro de Preço (ID 3887336)

Apêndice VII do T.R. – Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3887380)



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Apêndice VIII do T.R. - Lei nº 11.788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes (ID 3850353)

Apêndice IX do T.R. - Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (ID 3850375)

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

Ariquemes/RO, 05 de maio de 2026.

Elaborado por:

Camila Alecrim de Azevedo
Integrante da Diretoria de Compras - SML
Decreto n.º 22.992/2025

Pregoeiro Designado:

ROSANGELA MARTINS DE OLIVEIRA
Pregoeiro (a)
Decreto n.º. 23.386/2026



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026/SML/PMA

ANEXO I DO EDITAL

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (ID 3920561)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (ID 3848705);
Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3848726);
Apêndice III do T.R. – Quadro de Distribuição por Secretaria (ID 3848752)
Apêndice IV do T.R. – Termo de Compromisso de Estágio (ID 3848869)
Apêndice V do T.R. – Minuta de Contrato (ID 3859578)
Apêndice VI do T.R. – Minuta da Ata de Registro de Preço (ID3887336)
Apêndice VII do T.R. – Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3887380)
Apêndice VIII do T.R. - Lei nº 11.788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes (ID 3850353)
Apêndice IX do T.R. - Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (ID 3850375)

Arquivos DISPONÍVEIS zipados em anexo ao Edital



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026/SML/PMA

ANEXO II - DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026/SML/PMA
PROCESSO Nº 590/2026/SEMDES

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
VALOR TOTAL EM REAIS - R\$						

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026/SML/PMA

ANEXO III - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO–SML/PMA

a) A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, localizada na rua _____, n.º _____, na cidade de _____, do estado de _____, DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico nº 90052/2026/PREGÃO/SML/PMA**, são autênticos.

_____, em ____ de _____ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026/SML/PMA

ANEXO IV - DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____
CNPJ: _____
FONE/FAX: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **90052/2026/PREGÃO/SML/PMA**, instaurado pelo **Processo de n.º 590/2026/SEMDES**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2026.

Nome:
RG/CPF:
Cargo



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026/SML/PMA

ANEXO V - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Termo de Referência 90/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
90/2026	450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	LAURA BEZERRA DA SILVA	22/04/2026 09:40 (v 0.16)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	187/2026	590/2026

1. Definição do objeto

1.1. Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, a fim de atender as Secretarias Municipais, por um período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD SERV MENSAL	QTDE SERV. ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	TAXA DE OPERACIONALIZAÇÃO: ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, PROFISSIONALIZANTE E ENSINO MÉDIO. Taxa de operacionalização: Estagiários de nível superior, profissionalizante e ensino médio, com carga horária de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008, distribuídas de segunda a sexta-feira, com até 06 (seis) horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a demanda da Administração Pública Municipal.	15156	SERV	404	4848	53,00	256.944,00

2.2. O objeto da contratação está inserido no Plano de Contratação Anual ou não, conforme detalhamento a seguir:

SECRETARIA	ALINHAMENTO COM O PCA
SEMAIC	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme inciso VII do Artigo 12 da lei Federal 14.133/21, com o Número da Contratação: 187/2026, Nº DFD: 116/2025.
SEMOSP	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme inciso VII do Artigo 12 da lei Federal 14.133/21, com o Número da Contratação: 187/2026, Nº DFD: 330/2025.
SEMPOG	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Nº da contratação 187/2026 e DFD nº462/2025
SEMFAZ	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 14/2025.
SEMTEC	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 621/2025
IPEMA	Declaramos que a despesa não consta no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando o Inciso VII do art. 12 da Lei Federal 14.133/2021, tendo em vista que a consolidação da decisão pela aderência ao programa Pró-Gestão se deu após o encerramento do Plano Anual de Contratação, por essa razão nasce uma crescente demanda por adequações para atingir essa finalidade, especialmente nas áreas burocráticas administrativas no sentido de adequação e modernização da gestão dessa Autarquia julgou-se extremamente necessário a realização da despesa.
SEMSAU	Justificamos a ausência no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando o Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, devido à não identificação prévia da demanda específica por agente de integração para serviços continuados de estagiários na Secretaria Municipal de Saúde durante o período de elaboração do PCA
SEMDES	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 553/2025.
SEMED	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação:187/2026, Nº DFD: 178/2025
SEMA	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD:148/2025.
AMR	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026 e Número de DFD: 718 /2025
PGM	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2025, Nº DFD:31/2025.
SML	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 431/2025.
SEMGOV	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 572/2025.

2.3 Da metodologia de cálculo para estimativa das quantidades

2.3.1. A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

DO QUANTITATIVO ESTIMADO

Secretaria	Quantidade de Estagiários	Quant. de Serviços durante os 12 meses
SEMAIC	04	48

SEMOSP	04	48
SEMPOG	35	420
SEMFAZ	25	300
SEMTEC	11	132
IPEMA	05	60
SEMSAU	80	960
SEMDES	60	720
SEMED	150	1800
SEMA	05	60
AMR	03	36
PGM	10	120
SML	10	120
SEMGOV	02	24
Total de estagiários e serviços	404	4.848

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1 O agente de integração deve estar registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com a legislação brasileira.

4.2 Possuir experiência comprovada na área de estágio, incluindo conhecimentos sobre legislação trabalhista, regulamentos e práticas de estágio.

4.3 O agente de integração deve possuir uma infraestrutura adequada para realizar a gestão dos programas de estágio, incluindo recursos humanos qualificados, sistemas de acompanhamento e suporte aos estagiários, entre outros.

4.4 O agente de integração deve ter estabelecido parcerias sólidas com instituições de ensino, como universidades e escolas técnicas, para facilitar o processo de seleção e encaminhamento dos estagiários.

4.5 É fundamental que o agente de integração esteja atualizado sobre a legislação vigente relacionada aos programas de estágio, como a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008) no Brasil, para garantir a conformidade e evitar problemas legais.

4.6 O agente de integração deve ser capaz de fornecer orientação adequada tanto para a Administração quanto para os estagiários, ajudando a esclarecer dúvidas, solucionar problemas e garantir uma experiência de estágio positiva.

4.7 Conforme o Item 4.1 do Guia Nacional de contratações Sustentáveis:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

Subcontratação

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar

5. Modelo de execução do objeto

5.1 Condições de Execução dos serviços

5.1.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2 O local de execução do objeto deste termo de referência será na sede de cada Secretaria solicitante, ou departamento vinculado à Secretaria.

5.1.3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

5.1.3.1 As atividades de estágio serão realizadas nas dependências de cada secretaria, cujos serviços guarde mestrita correlação com as respectivas áreas de interesse da autarquia;

5.1.3.2 As vagas estimadas serão distribuídas em função da necessidade das Secretarias Municipais desta Administração, conforme definido no **Quadro de Distribuição de Estagiários**, sendo a metodologia de preenchimento informada posteriormente à contratada.

5.1.3.4 A distribuição inicial se sujeita a remanejamentos posteriores, por exclusiva conveniência da Administração.

5.1.3.5 Aos estudantes portadores de deficiência será assegurado o direito de participar do estágio, desde que as atividades sejam compatíveis com a deficiência da qual são portadores, reservando-se 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, nos termos do parágrafo 5º, art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, ficando sob responsabilidade da contratada controlar efetivamente o percentual de vagas.

5.1.3.6 A existência de deficiência deverá ser indicada pelo candidato no momento da inscrição, sendo comprovada mediante apresentação de laudo médico, indicando o Código Internacional de Doença (CID).

5.1.3.7 É vedada a realização de carga horária diária superior à prevista, ressalvada a compensação de falta justificada, limitada à uma hora por jornada, e devidamente autorizada por escrito pela chefia imediata, hipótese em que o estagiário deverá compensar o horário não trabalhado até o mês subsequente ao da ocorrência.

5.1.3.8 O estagiário que, eventualmente, receber valores pagos equivocadamente pela Municipal de Ariquemes, deverá promover sua restituição imediatamente.

5.1.3.9 O estagiário deverá providenciar a abertura de conta-corrente bancária junto a Instituição financeira indicada pela contratada, com vistas ao recebimento regular da respectiva bolsa de estágio.

5.1.3.10 A obrigação prevista no subitem anterior é indispensável e a sua inobservância impede a concessão da bolsa de estágio.

5.1.3.11 O estagiário deverá manter os seus dados cadastrais atualizados perante a Prefeitura Municipal de Ariquemes e ao Agente de Integração.

5.1.3.12 Esta Administração tem o compromisso de cumprir com a legislação vigente relacionada à segurança da informação, privacidade e proteção de dados conforme disposto na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

5.2. DAS DEFINIÇÕES

5.2.1 Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino de nível superior;

5.2.2 Estágio não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

5.2.3 Agentes de Integração são auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, observada a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

5.3 DAS ÁREAS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

5.3.1 O Agente de Integração deverá proceder à seleção de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino devidamente reconhecidas pelo órgão competente, observando as áreas de interesse e as demandas das Secretarias Municipais, conforme descrito a seguir:

5.3.1.1 I – Ensino Superior

5.3.1.1.1 Deverão ser selecionados estudantes dos seguintes cursos de graduação, entre outros correlatos às atividades administrativas e técnicas da Prefeitura: Administração; Direito; Ciências Contábeis; Farmácia; Enfermagem; Serviço Social; Psicologia; Engenharia Civil; Pedagogia; Educação Física; Gestão Pública; Matemática; Letras (Português/Inglês/Espanhol); Geografia; História; Ciências Biológicas; Gestão Ambiental; Agronomia; Engenharia Ambiental; Engenharia Sanitária; Engenharia de Produção; Arquitetura e Urbanismo; Nutrição; Fisioterapia; Ciência da Computação; Sistemas de Informação.

5.3.1.1.2 Os estudantes deverão estar vinculados a instituições de ensino superior públicas ou privadas, devidamente autorizadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação.

5.3.1.2 II – Ensino Técnico

5.3.1.2.1. Poderão ser selecionados estudantes regularmente matriculados em cursos técnicos compatíveis com as áreas de atuação da Administração Municipal, tais como: Técnico em Administração; Técnico em Contabilidade; Técnico em Informática; Técnico em Enfermagem; Técnico em Edificações; Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Agropecuária; Técnico em Segurança do Trabalho; Técnico em Recursos Humanos; Técnico em Logística; entre outros correlatos às atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

5.3.1.2.2. Os cursos técnicos deverão ser ofertados por instituições devidamente credenciadas junto aos órgãos competentes do sistema de ensino.

5.3.1.3 III – Ensino Médio

5.3.1.3.1. Poderão ser selecionados estudantes regularmente matriculados no ensino médio regular, observadas as disposições da legislação vigente, para atuação em atividades de apoio administrativo, atendimento ao público, organização documental e demais funções compatíveis com seu nível de formação.

5.4 DAS CONDIÇÕES PARA O ESTÁGIO

5.4.1 O estágio será desenvolvido no âmbito das Secretarias Municipais, com distribuição das vagas conforme quantitativos e áreas definidos em Anexo próprio, observando-se as disposições da Lei nº 11.788/2008 e demais normas aplicáveis.

5.4.2 O estágio será caracterizado como **não obrigatório**, devendo ser realizado em conformidade com as diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino, bem como com o projeto pedagógico do curso em que o estudante esteja matriculado.

5.4.3 As atividades serão cumpridas em horário compatível com o expediente da unidade concedente e com as atividades escolares, previamente ajustado entre o estudante e o supervisor designado, podendo ocorrer inclusive durante o período de férias escolares, desde que mantida a regularidade da matrícula.

5.4.4 O estágio possuirá caráter educativo e de aprendizagem profissional, constituindo instrumento de integração entre instituição de ensino e Administração Pública, não gerando vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.788/2008.

5.4.5 Bolsa, Auxílio-Transporte e Seguro

5.4.5.1 O estagiário fará jus a:

I – **Bolsa Estágio**, em valor previamente definido;

II – **Auxílio-transporte**, destinado a custear parcialmente as despesas de deslocamento residência-local de estágio e vice-versa;

III – **Seguro contra acidentes pessoais**, com cobertura compatível com valores de mercado, nos termos do art. 9º, inciso IV, da Lei nº 11.788/2008.

5.4.5.2 O pagamento da bolsa e do auxílio-transporte será realizado proporcionalmente aos dias efetivamente estagiados no mês, sendo admitidos descontos nas hipóteses de:

- Faltas não justificadas;
- Início ou encerramento do Termo de Compromisso em data diversa do primeiro ou último dia do mês;
- Suspensões legalmente previstas.

5.4.6 Requisitos do Estagiário

5.4.6.1 O estudante deverá:

5.4.6.1.1 Estar regularmente matriculado e com frequência efetiva em instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo órgão competente;

5.4.6.1.2 Estar cursando nível médio, técnico ou superior, conforme áreas de interesse das Secretarias Municipais;

5.4.6.1.3 Apresentar documentação comprobatória de matrícula e demais requisitos exigidos.

5.4.7 Recesso Remunerado

5.4.7.1 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tiver duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, preferencialmente coincidente com as férias escolares, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.788/2008.

5.4.7.2 Nos casos de estágio com duração inferior a 1 (um) ano, o recesso será concedido de forma proporcional.

5.4.7.3 O recesso deverá ser usufruído durante a vigência do Termo de Compromisso, sendo vedada sua acumulação para período posterior.

5.4.8 Redução de Carga Horária

A carga horária poderá ser reduzida à metade durante períodos de avaliação escolar, mediante apresentação de calendário acadêmico ou declaração emitida pela instituição de ensino, devidamente comprovada junto ao supervisor do estágio.

5.5 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ESTAGIÁRIOS

5.5.1 I – Estagiário de Nível Superior Atividades: Desempenhar atividades compatíveis com a área de formação do curso em que estiver matriculado, relacionadas às atribuições institucionais das Secretarias Municipais, contribuindo para o desenvolvimento técnico-profissional e para o apoio às rotinas administrativas e finalísticas.

5.5.1.1 Requisitos Mínimos:

- a) Estar regularmente matriculado e cursando, no mínimo, o 1º (primeiro) semestre do curso, desde que não esteja no último semestre de conclusão;
- b) Estar vinculado a instituição de ensino superior pública ou privada, oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação;
- c) Ter disponibilidade para estagiar em regime de até 30 (trinta) horas semanais;
- d) Estar frequentando efetivamente o curso.

5.5.2 II – Estagiário de Nível Técnico Atividades: Desenvolver atividades de apoio técnico compatíveis com o curso técnico frequentado, auxiliando nas rotinas operacionais e administrativas das Secretarias Municipais, sempre sob supervisão de servidor designado.

5.5.2.1 Requisitos Mínimos:

- a) Estar regularmente matriculado em curso técnico reconhecido pelo órgão competente do sistema de ensino;
- b) Ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos no ato da admissão;
- c) Ter disponibilidade para estagiar em regime de até 30 (trinta) horas semanais, ou conforme carga horária compatível com a legislação aplicável;
- d) Estar frequentando efetivamente o curso.

5.5.3 III – Estagiário de Nível Médio Atividades: Auxiliar em atividades administrativas, organização de documentos, atendimento ao público, controle de arquivos, digitalização, apoio logístico e demais funções compatíveis com o nível de escolaridade, sempre sob supervisão.

5.5.3.1 Requisitos Mínimos:

- a) Estar regularmente matriculado no ensino médio regular em instituição oficialmente reconhecida;
- b) Ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos no ato da admissão;
- c) Ter disponibilidade para estagiar em regime de até 30 (trinta) horas semanais, observada a compatibilidade com o horário escolar;
- d) Estar frequentando efetivamente o curso.

5.6 REQUISITOS GERAIS PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO

5.6.1 São requisitos mínimos para todos os candidatos, independentemente do nível de escolaridade, a apresentação da seguinte documentação ao Agente de Integração:

- a) Aprovação no processo seletivo realizado;
- b) Aproveitamento escolar satisfatório, com média igual ou superior a 6,0 (seis) nos dois últimos bimestres ou período

- equivalente, e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);
- c) Ter no mínimo 16 (dezesesseis) anos de idade;
- d) Declaração do estudante, quando maior de 18 (dezoito) anos, ou de seu responsável legal, se menor, de que conhece e aceita os termos do Programa de Estágio da Prefeitura Municipal de Ariquemes;
- e) Cópia de comprovante de residência;
- f) 01 (uma) foto 3x4 recente;
- g) Cópia do documento de identidade (RG) e CPF;
- h) Declaração atualizada de matrícula emitida pela instituição de ensino;
- i) Laudo médico com indicação do Código Internacional de Doenças (CID), exclusivamente para candidatos com deficiência;
- j) Certidões negativas cível e criminal, estadual e federal, bem como certidão negativa junto ao Tribunal de Contas, emitidas nos sítios oficiais;
- k) Declaração informando possuir ou não vínculo empregatício com o Poder Público;
- l) Curriculum Vitae atualizado.

5.7 DOS VALORES DA BOLSA-ESTÁGIO

5.7.1 Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível superior 30h semanais é R \$1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais) mensal.

5.7.2 Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível superior 20h semanais é R \$1.296,80 (um mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) mensal.

5.7.3 Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível médio 30h semanais é R \$1.296,80 (um mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) mensal.

5.7.4 Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível profissionalizante 20h semanais é R \$1.296,80 (um mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) mensal.

5.7.5 Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível profissionalizante 30h semanais é \$1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais) mensal.

* Estipulado com base nos valores do salário mínimo vigente.

5.8 DOS DESCONTOS

5.8.1 Na hipótese de falta justificada, o estagiário **poderá** compensar o horário não estagiado até o mês subsequente ao da ocorrência da falta, limitada à uma hora por jornada, autorizado pelo supervisor do estágio.

5.8.2 As faltas injustificadas, conforme previsto no Programa de Estágio das Secretarias Municipais de Ariquemes, não poderão ser compensadas e serão descontadas do valor da bolsa de estágio, da seguinte maneira:

DESCONTO DA BOLSA= $\frac{\text{Valor da Bolsa} \times \text{Número de Faltas}}{30 \text{ dias}}$

30 dias

5.8.3 Para cômputo das faltas não justificadas, deverá ser tomado como parâmetro o mês anterior ao de referência da folha de pagamento.

5.8.4 O supervisor do estágio se aterá a cumprir as normas estipuladas no Programa de Estágio da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

5.9 DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

5.9.1 O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com as partes envolvidas, conforme reza o art. 3º, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

5.10 DO DESLIGAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ESTAGIÁRIO

5.10.1 O desligamento e a substituição do estagiário dar-se-ão nas seguintes hipóteses:

- a) automaticamente, ao término do prazo de duração do estágio;
- b) a qualquer tempo, no interesse e conveniência da Administração;
- c) de ofício, no interesse e conveniência da Secretaria Municipal;
- d) depois de decorrido a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho do estagiário na Prefeitura Municipal de Ariquemes ou na instituição de ensino;
- e) a pedido do estagiário;
- f) por descumprimento de obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio;
- g) pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por trinta dias durante todo o período de estágio;
- h) por interrupção, reprovação, conclusão, abandono ou trancamento de matrícula do curso na instituição de ensino;
- i) por conduta incompatível com a exigida pela da Secretaria Municipal, ocasião em que será excluído do Programa de Estágio.

5.11. METODOLOGIA DOS SERVIÇOS

5.11.1 Os serviços do Agente de Integração compreendem a operacionalização do Programa de Estágio destinado aos estudantes no âmbito das Secretarias com atendimento, necessariamente, nos locais de atuação da autarquia, devendo para tanto:

5.11.2 Cadastrar estudantes de ensino de nível superior, de forma presencial ou via web, através de portal na Internet, nas áreas de interesse da Secretaria;

5.11.3 Realizar treinamento introdutório, presencial ou via Internet, para novos estagiários visando esclarecer sobre suas obrigações, no que tange ao contrato firmado com órgão concedente do estágio e atendendo suas necessidades;

5.11.4 Disponibilizar banco de dados específico, em portal na internet, tanto para a Agência quanto para os candidatos cadastrados, que permita a divulgação das oportunidades de vagas;

5.11.5 Recrutar estudantes dos níveis superiores, candidatos a estágio, mediante solicitação da Secretaria.

5.11.6 Contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, com indenização em casos de morte ou acidente;

5.11.7 Emitir e receber instrumento de avaliação, tabular e devolver relatório para contratante com o objetivo de acompanhar o programa de estágio, no relatório deverá compor dados quanto a Folha de Ponto do estagiário, cumprimento da carga horária do estágio, da responsabilidade e compromisso com as tarefas que lhe são conferidas. O acompanhamento poderá ser remoto, sendo por meio de instrumentos de avaliação fornecidos pela contratada, podendo ser enviado e recebido por meio de transferência de dados (e-mail), em comum acordo com a contratante.

5.11.8 Repassar, ao estagiário, da bolsa estágio, em instituição bancária ou similar única, a ser informada pela contratante, em até 5 dias úteis após receberem o comprovante de pagamento;

5.11.9 Adotar providências quanto à renovação, desligamento ou substituição do estagiário mediante solicitação da contratante.

5.11.10 Verificar junto à contratante o cumprimento do período de recesso de 30 (trinta) dias sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 ano ou os dias proporcionais, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

5.11.11 O prazo para que seja emitido a nota fiscal após o envio da folha de pagamento fechada será de 02 (dois) dias.

5.10.12 O agente de contratação celebrará termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando ou com seu representante legal, zelando por seu cumprimento.

5.10.13 Poderá ser utilizado o modelo de TCE do agente de integração desde que o modelo apresentado atenda aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.12 Dos inícios dos serviços

5.12.1 Após a assinatura do contrato será emitida a respectiva Autorização de Execução de Serviços pelo gestor do contrato, somente após a qual estará a empresa apta a iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias, após a data do recebimento.

5.13. Das Inscrições

5.13.1 As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a contratada o direito de excluir do programa aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta e/ou fornecer dados comprovadamente inverídicos ou falsos.

5.13.2 A divulgação das inscrições será realizada através de portal web da contratada, podendo a mesma utilizar outros meios para divulgação que julgar adequados, como comunicação oficial às instituições de ensino, afixação de cartazes, distribuição de panfletos, dentre outros, sem qualquer custo para a Administração Municipal de Ariquemes.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 10).

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8).

6.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8, VIII).

6.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1 São de inteira responsabilidade almoxarifado recebedor, os procedimentos de recebimento dos materiais, por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado, inserida na estrutura da Prefeitura Municipal de Ariquemes a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

7.2 A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos serviços entregues, conforme a Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento considerando as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Contrato, Termo de Referência e seus apêndices;

7.3 Formas de recebimento:

7.3.1 Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.3.2 Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

7.3.3 Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.

7.7 Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

7.8 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo MÁXIMO de 120 (cento e vinte) horas corridas. (Art. 119, lei 14.133/21).

7.9 Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

7.10 Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

7.11 A comissão de recebimento da secretaria citada acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.14 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22 O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.

7.23 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde: } I = \text{Índice de atualização financeira};$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

7.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.25 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme Quadro Comparativo (ID: 3775106) em 09/02/2026.

7.26 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.27 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

7.28 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.29 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo (s).

7.30 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.31 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.32 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM, em regime aberto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.3. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;
- 8.6. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.7. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;
- 8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.9. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.10.** Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;
- 8.11.** Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);
- 8.12.** Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 8.13.** Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.24. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

8.25. Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

8.25.1 O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.

8.26. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

8.27. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 256.944,00

9.1 Valor: R\$ 256.944,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais), conforme custos unitários apostos no **Quadro de Média de Preços** em apêndice.

9.2 A pesquisa de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº. 001/SML/PMA/2021.

10. Adequação orçamentária

10.1 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

SEMAIC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio.

Programação: 02.013.04.122.0024.2700 - Manutenção das Atividades SEMAIC

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ

Fonte de Recurso: 0.1.500 0 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 790

SEMOSP:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras;

Programação: 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2651.0000 - Conservação e Limpeza de Cemitérios

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais

Elemento Despesa: 3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / 3.3.90.36.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;

Fonte de Recursos: RP-0.1.500; Recursos de Exercícios Anteriores - 0.2.500; Transferência da União

Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais - 0.1.708.

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Programação: 02.06.04.122.0005.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: Recursos não vinculados de Impostos

SEMFAZ:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Fazenda

Programação: 02.05.04.122.0007.2010 Manutenção e Gestão de Finanças

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: Secretaria Municipal de Fazenda

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Programação: 27 122 0019 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

Programação: 13 392 0020 2801 - Promoção da Cultura;

Programação: 27 812 0021 - 0000 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: RP Próprio

IPEMA:

03 IPEMA INST PREV DO MUN DE ARIQUEMES
03 01 IPEMA INST PREV DO MUN DE ARIQUEMES
03 01 00 IPEMA INST PREV DO MUN DE ARIQUEMES
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL
09 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
09 122 0015 GESTAO DO IPEMA
09 122 0015 2901 0000 ADMINISTRACAO DO FUNDO PREVIDENCIARIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes.

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde.

Programação:

10.122.0039.2501 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE;
10.122.0039.2504 - CUMPRIR DETERMINACOES JUDICIAIS;
10.301.0035.2507 - ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PAP;
10.302.0037.2513 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX AMB E HOSPITALAR MAC;
10.302.0037.2519 - SERV DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU;
10.304.0036.2524 - AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA;
10.305.0036.2526 - AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE;
10.305.0036.2527 - VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DAS DST/AIDS HEPATITES VIR.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
Fonte de Recurso: RP-1.500, FED-1.600, COVID-1.602, EST-1.621

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social;

Programações:

08.122.0018.2400 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
08.122.0013.2403 - MANUTENCAO DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR
08.243.0013.2400 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0013.2413 - PARCERIAS COM ORG SOCIEDADE CIVIL
08.244.0012.2405 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS)
08.244.0012.2407 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS (IGD-SUAS)
08.244.0012.2414 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
08.244.0012.2419 - VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL
08.244.0013.2429 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0014.1107 - IMPLANTAÇÃO DO CRAS (UNIDADE II)
08.244.0014.2406 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.244.0014.2408 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)
08.244.0014.2411 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
08.244.0014.2412 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE) DA ALTA COMPLEXIDADE - SERVIÇO DE ACOlhIMENTO EM FAMÍLIA ACOlhEDORA
08.244.0015.2415 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
08.244.0015.2417 - CRESCENDO BEM
08.244.0015.2423 - MAMÃE CHEGUEI
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Fonte de Recurso: RP/ Recurso da União/ Recurso Estadual

SEMED:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Educação

Programação: 02.007.12.361.0006.3001 - Manutenção das Atividades da SEMED

Programação: 02.007.12.361.0039.3010 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Programação: 02.007.12.365.0040.3017 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil Pre

Programação: 02.007.12.365.0040.3018 - Manutenção do Ensino Infantil Creches

Programação: 02.007.12.367.0039.3023 - Manutenção das Atividades da Educação Inclusiva

Elemento de despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1.500.1001 - Recursos não vinculados de impostos

Fonte de recurso: 1.500.0000 - Recursos não vinculados de impostos

Fonte de recurso: 1.550.0000 - Transferência de Salário Educação

Fonte de recurso: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB

SEMA:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: 021101 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Programação: 18.541.0020.2601 - Manutenção de Praças, Canteiros e Áreas verdes

18.122.0011.2600 - Manutenção das Atividades da SEMA

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: 1.500 - R.P

AMR:

Órgão: Agência Municipal de regulação - AMR

Unidade Orçamentária: Agência Municipal de regulação - AMR

Unidade Orçamentária: 04.125.0016.2950 Manutenção das Atividades da AMR

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Ser. Terc. Pessoa Juridica;

Fonte de Recurso: Recurso Próprio

PGM:

Unidade Orçamentária: 02.03 - Procuradoria Geral

Programação: 02.03.122.0003.2007 - Manutenção da Procuradoria Geral

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIRO - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recurso: 1.500 RP

SML:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Superintendência Municipal de Compras e Licitações

Programação: 04.122.0021.2000 - Manutenção da Superintendência Municipal de Compras e Licitações

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.500.0 - Recurso Próprio não Vinculado a Impostos

SEMGOV:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Governo;

Programação: 0002 GESTÃO E GOVERNAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA FOCADA NA
EXCELÊNCIAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica;

Fonte de Recurso: 100 - RP

Ficha: 32

11. Do Faturamento

11.1 Deverão ser apresentadas no setor de Almoxarifado da Prefeitura de Ariquemes e no Almoxarifado do Instituto de Previdência do Município de Ariquemes, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 03 (três) vias:

11.1.1 Prefeitura Municipal de Ariquemes, CNPJ: 04.104.816/0001-16

Endereço: Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, Setor Institucional CEP 76.872-854 Ariquemes/RO. Fone (69) 3535-5250.

11.1.2 Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ:14.749.653/0001-61

Endereço: Avenida Jamari, 6ª Rua, n.º 4.615, Setor 02. CEP 76.873-125, Ariquemes/RO. Fone (69) 3536-1575.

11.1.3 Fundo Municipal de Saúde de Ariquemes, CNPJ: 07.582.909/0001-44 -

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1586. Setor Institucional, CEP: 76.872-854, Ariquemes/RO, Fone (69) 3535-3666.

11.1.4 Fundo Municipal de Educação de Ariquemes, CNPJ: 30.984.161/0001-28

Endereço: Av. Tancredo Neves, 2166, Setor Institucional, CEP: 76.872-854

Telefone: (69) 3516-2087

11.1.5 Agência Municipal de Regulação - AMR, CNPJ: 24.599.430/0001-30

Endereço: Travessa Democrata 3523, setor Institucional CEP N.º 76.800-000

Telefone: (69) 3516-2122

11.1.6 Instituto de Previdência do Município de Ariquemes CNPJ: 63.762.959/0001-84, Endereço: Av. Tancredo Neves, 1706, Setor Institucional, CEP: 76.872-870.

Telefone: (69) 3535-2681

11.2 No corpo da nota deverá conter:

- lote e respectiva validade do produto;
- o número da cotação, Processo, Empenho;
- número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.
- Caso o recurso seja proveniente de emendas federais ou estaduais, citar o número da proposta/convênio/contrato de repasse.

12. Condições de Participação

12.1 Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria;

12.2 Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

12.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

12.3.1 aquele que não atenda às condições deste Termo de referencia e seu(s) anexo(s);

12.3.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

12.3.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

12.3.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

12.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.3.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

12.3.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

12.3.7 agente público do órgão ou entidade licitante;

12.3.8 pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade

12.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

12.3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

12.3.11 Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

12.3.12 Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus **quadros, funcionários ou servidores do MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

13. Do Instrumento Contratual e Obrigações

13.1 As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato, apêndice deste Termo de Referência.

14. Apêndices

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP (ID 3848705)

II - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3848726)

III - Quadro de Distribuição (ID 3895986)

IV - Termo de Compromisso de Estágio (ID 3848869)

V - Minuta de Contrato (ID 3859558)

VI - Minuta da Ata de Registro de Preço (ID 3850118)

VII - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3850300)

VIII - Lei nº 11.788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes (ID 3850353)

IX - Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (ID 3850375)

15. DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

15.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

15.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

15.2.1 comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

15.2.2 previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

15.2.3 justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

15.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

16. DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS

DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (Art. 48, I e III)

16.1 Muito embora por imposição da Lei Complementar nº 123/2006, por força do art. 48, I e III, o qual prevê que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente para a participação das ME/EPP /MEI nos itens com valores até R\$ 80.000,00 e, ainda em itens com valores superiores a estes aplicar a divisão de cotas de até 25% para a contratação das ME/EPP/MEI, existem casos em que tal aplicação não se torna viável e nem tão pouco vantajoso para a administração pública.

16.2 Desta forma, a contratação a que se pretende, neste procedimento, trata-se de produtos que por sua natureza são oferecidos diretamente por grandes distribuidores ou até mesmo pelos seus fabricantes, e a aplicação dos benefícios inibirá a participação dessas possíveis proponentes e, por conseguinte diminuirá a concorrência e poderá incidir em contratação menos vantajosa, conforme demonstrado no ETP.

16.3 A não aplicação das regras previstas nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123 /2006 objetiva a ampliação da competitividade, pois sendo a licitação de ampla participação possibilita a participação de todas as empresas

interessadas, independentemente de seu enquadramento, ressaltando-se que não haverá óbice a aplicação das demais regras de tratamento diferenciado e favorecido previstas Lei Complementar nº 123/2006 relativas as contratações públicas.

16.4 Pelo histórico das nossas licitações, pode-se verificar que os lotes exclusivos destinados as ME/EPP/MEI (itens inferiores a R\$ 80.000,00) e os com reserva de cotas (25%), costumeiramente não recebem propostas e são considerados desertos, causando atrasos nas aquisições, prejuízos à administração e demoras no atendimento a população.

16.5 É salutar registrar também, que quando se obtém êxito na aquisição dos referidos itens esta Pasta vem comprando produtos com valores diferentes, quando aplicado o inciso III do Art. 48 da Lei em comento, pois as MPES não conseguem negociar seus valores em relação aos valores das cotas principais, ofertados por Indústrias e grandes Distribuidoras. Este fato obriga esta administração a contratar um mesmo produto, com valores significativamente diferentes, ferindo o princípio da economicidade e da proposta mais vantajosa.

16.6 Portanto, visando a ampliação da concorrência e ao princípio da eficiência recomendo que a licitação seja realizada através da modalidade Pregão na sua forma Eletrônica com participação aberta e aplicando-se os demais tratamentos diferenciado e simplificado previstos na Lei nº 123/2006. **16.7** Para melhor respaldar nossa escolha invocamos o previsto no art. 49, III da referida Lei Complementar, vejamos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

17. Informações Gerais

17.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2022 com Raiany Carvalho Silva ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

17.2 O presente Termo de Referência foi elaborado por **Laura Bezerra da Silva** Coordenadora de Artefatos Digitais, revisado por **Raiany Carvalho Silva**, cargo de Diretora de Compras e aprovado pelos Secretários Municipais conforme listados abaixo.

Ariquemes/RO, 14 de abril de 2026.

Elaborado por: Laura Bezerra da Silva Coordenadora de Artefatos Digitais	Revisado por: Raiany Carvalho Silva Diretora de Compras
---	--

Na forma do que dispõe o artigo 8º parágrafo 3º e artigo 12 parágrafo 2º e 4º do Decreto Municipal n.º 19.228/22, aprovamos o presente Termo de Referência.

ANTONIO MARCOS DE MOURA SECRETÁRIO MUN. DE AGRIC. IND. E COMÉRCIO	MARCOS VENÍCIO ARAÚJO RAPOSO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ELIZETE GONCALVES DE LIMA SECRETÁRIA MUN DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA SECRETARIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA	PAULO BELEGANTE DIRETOR PRESIDENTE - IPEMA
GABRIEL SANTOS DALLA COSTA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (ADJUNTO)	MICHELINE BARCELOS, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SANDRA MARCIA NEVES SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	VILMAR FERREIRA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
MARCO AURÉLIO SOARES FERNANDES DIRETOR PRESIDENTE - AMR	BRENO MAIFREDE CAMPANHA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
HENRIQUE DA SILVA SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÕES	MARINEIDE BORGES DOS SANTOS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO MARCOS DE MOURA
Secretário Municipal de Agricultura Industrial e Comércio

MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO
Secretário Municipal de Obras e serviços Públicos

ELIZETE GONCALVES DE LIMA
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
Secretario Municipal de Fazenda

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

PAULO BELEGANTE
Diretor Presidente - IPEMA

MICHELINE BARCELOS
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação

VILMAR FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente



MARCO AURELIO SOARES FERNANDES

Diretor Presidente - AMR

BRENO MAIFREDE CAMPANHA

Procurador Geral do Município de Ariquemes

HENRIQUE DA SILVA

Superintendente Municipal de Licitação

MARINEIDE BORGES DOS SANTOS

Secretária municipal de Governo

RAIANY CARVALHO SILVA

Diretora de Compras SML

LAURA BEZERRA DA SILVA

Coordenadora de Artefatos Digitais



GABRIEL SANTOS DALLA COSTA

Secretário de Saúde (Adjunto)







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	90/2026	22/04/2026

ID: 3935853	Processo	Documento
CRC: F69755C2		
Processo: 8-590/2026		
Usuário: LAURA BEZERRA DA SILVA		
Criação: 22/04/2026 08:40:47	Finalização: 22/04/2026 08:51:34	

MD5: AEFBDEFF8ED5CA28E995F46CA30189EE
SHA256: EA64056976FEA9847863636D39BA71A963987E5018CEB70A52ABA0B43B4DF409

Súmula/Objeto:

Termo de Referência 90/2026

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	22/04/2026 08:40:47
---	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO (193)	22/04/2026 08:40:47
-------------------------	---------------------


CIENTES

KELLY CRISTINA DA SILVA	22/04/2026 08:59:30
JULIA OLIVEIRA FERREIRA ZANATTA	22/04/2026 09:25:32
ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO	22/04/2026 09:51:40
MAGDA OLIVEIRA MATOS#	22/04/2026 10:42:28


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 LAURA BEZERRA DA SILVA	COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS	22/04/2026 08:52:33
---	------------------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO	SECRETÁRIO DE OBRAS	22/04/2026 08:57:49
---	---------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 DAIANE COIMBRA DE MENDONÇA#	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	22/04/2026 09:02:29
--	-------------------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 HENRIQUE DA SILVA	Superintendente Municipal de Licitações	22/04/2026 09:04:27
--	---	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 SANDRA MARCIA NEVES	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	22/04/2026 09:05:01
--	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC	22/04/2026 09:23:16
---	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MICHELINE BARCELOS	SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)	22/04/2026 09:24:26
---	------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 Paulo Belegante	Diretor Presidente IPEMA	22/04/2026 10:27:28
--	--------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.











Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

	LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA#	Secretario Municipal de Fazenda	22/04/2026 11:19:54
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	Marco Aurélio Soares Fernandes	DIRETOR PRESIDENTE - AMR	22/04/2026 11:21:50
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	GABRIEL SANTOS DALLA COSTA	Secretário Municipal de Saúde	22/04/2026 12:29:31
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	BRENO MAIFREDE CAMPANHA#	Procurador Geral do Município	22/04/2026 12:38:42
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	VILMAR FERREIRA	SECRETARIO MUN. DE MEIO AMBIENTE	22/04/2026 12:49:03
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	ELIZETE GONCALVES DE LIMA#	Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão	22/04/2026 13:34:22
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	MARINEIDE BORGES DOS SANTOS#	Secretária de Governo	22/04/2026 13:41:41
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	RAIANY CARVALHO SILVA	DIRETORA DE COMPRAS - SML	23/04/2026 07:44:09
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3935853 e o CRC F69755C2.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES

Estudo Técnico Preliminar 50/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 590/2026

2. Descrição da necessidade

A Administração Pública Municipal de Ariquemes enfrenta uma demanda contínua por reforço de sua capacidade operacional e administrativa, decorrente do elevado volume de atividades desenvolvidas pelas secretarias, autarquias e órgãos vinculados. As rotinas institucionais envolvem a tramitação de processos administrativos, organização documental, atendimento ao público, apoio a setores técnicos, acompanhamento de programas e políticas públicas, além do cumprimento de prazos legais e normativos, o que impacta diretamente o desempenho das unidades administrativas.

Essas atividades são essenciais para a execução das funções institucionais do Município e estão diretamente relacionadas à manutenção da continuidade dos serviços públicos, à eficiência administrativa e à qualidade do atendimento prestado à população. O cenário atual demonstra limitação da força de trabalho disponível frente à complexidade e ao volume das demandas, o que pode comprometer o alcance de metas institucionais, o atendimento tempestivo às obrigações legais e a efetividade das políticas públicas implementadas.

A necessidade identificada reveste-se de elevado interesse público, uma vez que a ausência de medidas adequadas para suprir o suporte administrativo e operacional pode resultar em sobrecarga dos servidores efetivos, atrasos na tramitação de processos, prejuízos ao atendimento ao cidadão, riscos de descumprimento de prazos legais e fragilização da gestão pública. Ademais, determinadas áreas estratégicas do Município atuam sob exigências legais e normativas específicas, cujos prazos e controles demandam organização, acompanhamento contínuo e apoio operacional estruturado.

O atendimento dessa necessidade beneficia diretamente os setores internos da Administração Municipal, ao permitir maior fluidez nos processos de trabalho, melhor distribuição das atividades e fortalecimento da capacidade institucional. Indiretamente, beneficia a população usuária dos serviços públicos, que passa a contar com maior eficiência, celeridade e qualidade no atendimento e na execução das ações governamentais.

A demanda apresenta caráter contínuo, uma vez que as atividades administrativas, técnicas e de atendimento são permanentes e indispensáveis ao funcionamento regular dos órgãos municipais. Trata-se de uma necessidade que exige organização, acompanhamento sistemático e observância rigorosa das normas aplicáveis, não se configurando como demanda pontual ou episódica. O levantamento da necessidade contou com a participação de diversas Secretarias Municipais, Autarquias e Órgãos da Administração Direta, evidenciando sua natureza transversal e institucional.

No âmbito da análise de cenários, verificou-se que a manutenção da situação atual, sem adoção de medidas estruturadas para suprir a demanda identificada, tende a agravar as dificuldades operacionais existentes, intensificar a sobrecarga dos servidores e comprometer a eficiência administrativa. Experiências anteriores demonstram que a adoção de mecanismos de apoio às atividades administrativas contribui positivamente para a melhoria dos fluxos internos, organização dos processos e cumprimento das atribuições institucionais, reforçando a necessidade ora apresentada.

Dessa forma, resta caracterizado o problema a ser enfrentado pela Administração Municipal, cuja solução se mostra necessária para assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.



3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	RAFAELLY DUARTE DE ASSIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO - SEMAIC	ANTONIO MARCOS DE MOURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA	VILMAR FERREIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED	SANDRA MARCIA NEVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC	NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU	LORENA PEREIRA FIORENZANI
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	MICHELINE BARCELOS
AGENCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO - AMR	MARCO AURELIO SOARES FERNANDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO - SEMPOG	ELIZETE GONCALVES DE LIMA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES - IPEMA	PAULO BELEGANTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM	BRENO MAIFREDE CAMPANHA
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - SML	HENRIQUE DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMGOV	MARINEIDE BORGES DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e da IN/SEGES nº 58/2022, os requisitos relacionados à necessidade identificada foram definidos com base nas demandas institucionais da Administração Municipal, considerando aspectos funcionais, não funcionais, normativos e padrões usuais de mercado, com o objetivo de assegurar eficiência, legalidade, continuidade e qualidade na prestação dos serviços públicos.

1. Requisitos Funcionais

A medida a ser implementada deverá assegurar:

1. Apoio estruturado às atividades administrativas, técnicas e operacionais desenvolvidas pelas Secretarias, Autarquias e demais órgãos municipais.
2. Reforço à capacidade operacional das unidades internas, especialmente nas rotinas de organização documental, tramitação de processos, controle de fluxos, atendimento ao público e suporte às atividades finalísticas.
3. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e os objetivos institucionais da Administração Pública.
4. Observância de carga horária e atribuições compatíveis com as normas aplicáveis.
5. Acompanhamento sistemático das atividades desempenhadas, com supervisão adequada pelas unidades administrativas.
6. Controle administrativo quanto à frequência, vigência, desempenho e regularidade documental.
7. Emissão de relatórios gerenciais que possibilitem monitoramento, avaliação de resultados e transparência administrativa.



8. Conformidade com as áreas técnicas e estratégicas que demandam apoio contínuo para cumprimento de prazos legais e metas institucionais.

2. Requisitos Não Funcionais

A estrutura adotada deverá atender aos seguintes critérios de qualidade, desempenho e governança:

1. Capacidade operacional compatível com o quantitativo de demandas identificadas.
2. Padronização de procedimentos administrativos, garantindo organização, rastreabilidade e segurança jurídica.
3. Agilidade no atendimento às necessidades das unidades administrativas.
4. Observância de critérios de confidencialidade, integridade e proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).
5. Continuidade das atividades ao longo do período de vigência previsto no planejamento institucional.
6. Mitigação de riscos administrativos, trabalhistas e legais.
7. Compatibilidade com as diretrizes de economicidade e racionalização do gasto público.

3. Padrões de Mercado

A demanda deverá observar práticas consolidadas no mercado e na Administração Pública quanto:

- À formalização adequada de instrumentos jurídicos pertinentes;
- À organização documental e controle sistematizado de informações;
- À supervisão pedagógica e administrativa;
- À adoção de mecanismos de controle e acompanhamento compatíveis com a natureza educacional da atividade;
- À compatibilidade de valores e encargos com parâmetros usualmente praticados no setor público.

Deverá, ainda, respeitar padrões amplamente aceitos de governança administrativa, transparência e conformidade legal.

4. Requisitos Normativos e Legais

A implementação da medida deverá observar integralmente:

- A Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), quanto à natureza educacional, supervisão e ausência de vínculo empregatício;
- A Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao planejamento e à formalização contratual;
- A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);
- Normativos municipais e demais legislações correlatas aplicáveis.

Deverá ser garantido o cumprimento rigoroso dos dispositivos legais quanto à formalização, acompanhamento e limites estabelecidos pela legislação vigente.



Conclusão

Os requisitos estabelecidos visam assegurar que a necessidade identificada seja atendida de forma estruturada, contínua e juridicamente segura, promovendo melhoria da eficiência administrativa, fortalecimento da capacidade institucional e aprimoramento da qualidade dos serviços públicos prestados à população, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, eficiência, moralidade e interesse público.

5. Levantamento de Mercado

1. Identificação das Soluções Disponíveis no Mercado

Considerando a necessidade institucional de reforço estruturado às atividades administrativas e operacionais da Administração Municipal, foram identificadas no mercado as seguintes alternativas viáveis:

Solução 1 – Gestão Direta do Programa pela Administração

A própria Administração realiza:

- Recrutamento e seleção dos estudantes;
- Formalização dos Termos de Compromisso;
- Controle de frequência e vigência;
- Gestão de bolsas e seguro obrigatório;
- Interlocução com instituições de ensino;
- Acompanhamento pedagógico e administrativo.

Principais características:

- Estruturação interna do programa;
- Necessidade de equipe administrativa dedicada;
- Desenvolvimento ou adaptação de sistema de controle.

Vantagens:

- Controle direto dos procedimentos;
- Ausência de taxa administrativa de intermediação;
- Maior autonomia operacional.

Desvantagens:

- Elevada demanda administrativa;
- Risco de inconformidades legais;
- Necessidade de estrutura permanente;
- Possível sobrecarga de servidores.

Solução 2 – Contratação de Agente de Integração Especializado

Consiste na contratação de entidade especializada para realizar:



- Recrutamento e seleção;
- Formalização documental;
- Seguro contra acidentes pessoais;
- Controle administrativo;
- Acompanhamento junto às instituições de ensino;
- Suporte técnico e emissão de relatórios.

Principais características:

- Prestação de serviço especializado;
- Cobrança de taxa administrativa por vínculo ativo;
- Estrutura já consolidada no mercado.

Vantagens:

- Redução de riscos administrativos e trabalhistas;
- Padronização de procedimentos;
- Apoio técnico especializado;
- Mitigação de sobrecarga interna.

Desvantagens:

- Incidência de taxa administrativa;
- Dependência de fornecedor externo.

Solução 3 – Convênio Direto com Instituições de Ensino

Formalização de convênios diretamente com universidades ou escolas técnicas para disponibilização de estudantes.

Principais características:

- Relação direta com a instituição de ensino;
- Responsabilidade compartilhada na supervisão.

Vantagens:

- Possível redução de custos administrativos;
- Parcerias institucionais locais.

Desvantagens:

- Limitação de abrangência (restrita a determinadas instituições);
- Ausência de estrutura especializada de gestão;
- Necessidade de múltiplos convênios para atender diferentes cursos.



2. Fornecedores Potenciais

No mercado nacional e regional atuam diversas entidades especializadas na integração entre Administração Pública e instituições de ensino, dentre as quais destacam-se:

- Centro de Integração Empresa-Escola
- Instituto Euvaldo Lodi
- Super Estágios
- Nube

Além desses, há agentes de integração regionais com atuação no Estado de Rondônia.

Os fornecedores identificados possuem histórico de atendimento a órgãos públicos municipais, estaduais e federais, inclusive mediante processos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133/2021 e legislação anterior.

3. Condições de Fornecimento e Logística

- **Prazo médio de implementação:** entre 15 e 45 dias após assinatura contratual.
- **Execução contínua**, com acompanhamento mensal.
- Não há restrições geográficas relevantes, desde que o fornecedor possua estrutura administrativa e sistema de gestão adequados.
- O mercado oferece:
 - Suporte técnico permanente;
 - Sistema informatizado de gestão;
 - Emissão de relatórios gerenciais;
 - Atendimento remoto e presencial.

Não há exigência de licença especial além das obrigações legais aplicáveis à atividade.

4. Aspectos Econômicos e Preços Praticados

O mercado pratica, em regra:

- Pagamento de bolsa diretamente ao estudante;
- Auxílio-transporte (quando aplicável);
- Seguro obrigatório;
- Taxa administrativa ao agente de integração.

A taxa administrativa costuma variar, conforme volume e região, entre **R\$ 30,00 e R\$ 120,00 por vínculo/mês**.

Os valores normalmente incluem:

- Gestão documental;
- Seguro contra acidentes pessoais;
- Sistema de controle;
- Suporte técnico.



Como referência, podem ser utilizados:

- Contratos similares celebrados por outros municípios;
- Portais de transparência;
- Atas de Registro de Preços vigentes;
- Painel de Preços do Governo Federal.

5. Riscos e Oportunidades no Mercado

Riscos Identificados

- Dependência de fornecedor externo na solução terceirizada;
- Variação de preços conforme volume;
- Possível limitação de oferta em âmbito exclusivamente local;
- Risco de falhas administrativas se a gestão for integralmente interna.

Não foi identificado risco de monopólio ou desabastecimento, uma vez que o mercado apresenta ampla oferta nacional.

Oportunidades Identificadas

- Possibilidade de utilização de **Sistema de Registro de Preços**;
- Potencial adesão a atas vigentes, se vantajoso;
- Competitividade entre fornecedores especializados;
- Estrutura já consolidada e padronizada no mercado;
- Redução de riscos trabalhistas e administrativos com apoio especializado.

Conclusão do Levantamento de Mercado

O mercado apresenta alternativas viáveis para atendimento da necessidade institucional, sendo possível optar entre gestão direta, convênios institucionais ou contratação de agente especializado.

A solução especializada demonstra maior padronização, mitigação de riscos e eficiência operacional, enquanto a gestão direta exige estrutura administrativa robusta.

As alternativas identificadas possuem oferta ampla, fornecedores consolidados e histórico de atuação junto à Administração Pública, não havendo impedimentos mercadológicos relevantes à continuidade do processo.

6. Descrição da solução como um todo

1. Análise Comparativa Técnica

Critério	Gestão Direta	Convênio com Instituição de Ensino	Agente de Integração Especializado
Disponibilidade no mercado	Não aplicável (estrutura interna)	Limitada às instituições conveniadas	Ampla oferta nacional e regional



Padronização e conformidade normativa	Depende da capacidade interna	Parcial, conforme cada instituição	Elevado grau de padronização
Necessidade de customização	Alta (estruturação interna)	Média (ajustes por instituição)	Baixa (modelo já estruturado)
Mitigação de riscos jurídicos	Baixa a média	Média	Alta
Carga administrativa para o Município	Elevada	Moderada	Reduzida
Escalabilidade	Limitada à estrutura interna	Restrita ao alcance do convênio	Alta
Capacidade de controle e relatórios gerenciais	Depende de sistema próprio	Variável	Estruturada e sistematizada

2. Disponibilidade no Mercado

- A solução de **agente de integração** apresenta ampla oferta nacional e regional.
- A solução de convênio é limitada às instituições locais e depende da capacidade individual de cada uma.
- A gestão direta não depende do mercado, mas exige estrutura administrativa própria.

3. Padrões, Normas e Conformidade Técnica

Todas as soluções devem observar:

- Lei nº 11.788/2008
- Lei nº 14.133/2021
- Lei Complementar nº 101/2000
- Lei nº 13.709/2018 (LGPD)

Contudo:

- A solução com agente especializado já opera com padronização consolidada.
- A gestão direta exige estruturação normativa interna.
- O convênio pode apresentar variações conforme a instituição.

4. Necessidade de Customização

Solução	Grau de Customização Necessária
Gestão Direta	Alto



Convênio	Médio
Agente Especializado	Baixo

5. Análise do Ciclo de Vida

A solução com agente especializado demonstra:

- Redução de custos indiretos;
- Menor necessidade de ampliação estrutural permanente;
- Mitigação de passivos trabalhistas e administrativos;
- Maior previsibilidade orçamentária.

6. Justificativa da Solução Escolhida

Solução Selecionada:

Contratação de Agente de Integração Especializado

6.1. Justificativa da Escolha

A solução foi selecionada por apresentar melhor relação entre:

- Eficiência administrativa;
- Mitigação de riscos jurídicos;
- Padronização de procedimentos;
- Custo global do ciclo de vida;
- Escalabilidade e flexibilidade operacional.

A gestão direta, embora possível, implicaria necessidade de estrutura administrativa permanente, aumento de carga operacional e maior exposição a riscos legais.

O modelo por convênio, por sua vez, apresenta limitação de abrangência e menor capacidade de padronização.

6.2. Benefícios Identificados

Maior Eficiência Administrativa

Redução da sobrecarga interna e padronização dos procedimentos.

Segurança Jurídica

Conformidade consolidada com a legislação aplicável.

Sustentabilidade Administrativa

Evita ampliação permanente da estrutura pública.

Inovação e Governança

Utilização de sistemas informatizados e relatórios gerenciais.

Economicidade

Menor custo global considerando o ciclo completo.



6.3. Disponibilidade no Mercado

O mercado apresenta ampla oferta de agentes de integração com experiência comprovada no setor público, garantindo competitividade, pluralidade de fornecedores e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa.

Não há indícios de monopólio ou restrição significativa de mercado.

7. Conclusão

A análise técnica e econômica demonstra que a contratação de agente de integração especializado constitui a solução mais adequada para atendimento da necessidade institucional, garantindo eficiência, segurança jurídica, padronização administrativa e melhor relação custo-benefício no ciclo completo da execução.

8. Descrição das atividades dos Estagiários

8.1 A distribuição inicial se sujeita a remanejamentos posteriores, por exclusiva conveniência da Administração.

Aos estudantes portadores de deficiência será assegurado o direito de participar do estágio, desde que as atividades sejam compatíveis com a deficiência da qual são portadores, reservando-se 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, nos termos do parágrafo 5º, art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, ficando sob responsabilidade da contratada controlar efetivamente o percentual de vagas.

A existência de deficiência deverá ser indicada pelo candidato no momento da inscrição, sendo comprovada mediante apresentação de laudo médico, indicando o Código Internacional de Doença (CID).

É vedada a realização de carga horária diária superior à prevista, ressalvada a compensação de falta justificada, limitada à uma hora por jornada, e devidamente autorizada por escrito pela chefia imediata, hipótese em que o estagiário deverá compensar o horário não trabalhado até o mês subsequente ao da ocorrência.

O estagiário que, eventualmente, receber valores pagos equivocadamente pela Municipal de Ariquemes, deverá promover sua restituição imediatamente.

O estagiário deverá providenciar a abertura de conta-corrente bancária junto a Instituição financeira indicada pela contratada, com vistas ao recebimento regular da respectiva bolsa de estágio.

A obrigação prevista no subitem anterior é indispensável e a sua inobservância impede a concessão da bolsa de estágio.

O estagiário deverá manter os seus dados cadastrais atualizados perante a Municipal de Ariquemes e ao Agente de Integração.

8.2 DAS DEFINIÇÕES

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino de nível superior;

Estágio não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Agentes de Integração são auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, observada a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.



8.3 DAS ÁREAS DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

O Agente de Integração deverá proceder à seleção de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino devidamente reconhecidas pelo órgão competente, observando as áreas de interesse e as demandas das Secretarias Municipais, conforme descrito a seguir:

I – Ensino Superior

Deverão ser selecionados estudantes dos seguintes cursos de graduação, entre outros correlatos às atividades administrativas e técnicas da Prefeitura:

Administração; Direito; Ciências Contábeis; Farmácia; Enfermagem; Serviço Social; Psicologia; Engenharia Civil; Pedagogia; Educação Física; Gestão Pública; Matemática; Letras (Português/Inglês/Espanhol); Geografia; História; Ciências Biológicas; Gestão Ambiental; Agronomia; Engenharia Ambiental; Engenharia Sanitária; Engenharia de Produção; Arquitetura e Urbanismo; Nutrição; Fisioterapia; Ciência da Computação; Sistemas de Informação.

Os estudantes deverão estar vinculados a instituições de ensino superior públicas ou privadas, devidamente autorizadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação.

II – Ensino Técnico

Poderão ser selecionados estudantes regularmente matriculados em cursos técnicos compatíveis com as áreas de atuação da Administração Municipal, tais como:

Técnico em Administração; Técnico em Contabilidade; Técnico em Informática; Técnico em Enfermagem; Técnico em Edificações; Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Agropecuária; Técnico em Segurança do Trabalho; Técnico em Recursos Humanos; Técnico em Logística; entre outros correlatos às atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

Os cursos técnicos deverão ser ofertados por instituições devidamente credenciadas junto aos órgãos competentes do sistema de ensino.

III – Ensino Médio

Poderão ser selecionados estudantes regularmente matriculados no ensino médio regular, observadas as disposições da legislação vigente, para atuação em atividades de apoio administrativo, atendimento ao público, organização documental e demais funções compatíveis com seu nível de formação.

8.4 DAS CONDIÇÕES PARA O ESTÁGIO

O estágio será desenvolvido no âmbito das Secretarias Municipais, com distribuição das vagas conforme quantitativos e áreas definidos em Anexo próprio, observando-se as disposições da Lei nº 11.788/2008 e demais normas aplicáveis.

O estágio será caracterizado como **não obrigatório**, devendo ser realizado em conformidade com as diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino, bem como com o projeto pedagógico do curso em que o estudante esteja matriculado.

As atividades serão cumpridas em horário compatível com o expediente da unidade concedente e com as atividades escolares, previamente ajustado entre o estudante e o supervisor designado, podendo ocorrer inclusive durante o período de férias escolares, desde que mantida a regularidade da matrícula.

O estágio possuirá caráter educativo e de aprendizagem profissional, constituindo instrumento de integração entre instituição de ensino e Administração Pública, não gerando vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.788/2008.



Bolsa, Auxílio-Transporte e Seguro

O estagiário fará jus a:

I – **Bolsa Estágio**, em valor previamente definido;

II – **Auxílio-transporte**, destinado a custear parcialmente as despesas de deslocamento residência-local de estágio e vice-versa;

III – **Seguro contra acidentes pessoais**, com cobertura compatível com valores de mercado, nos termos do art. 9º, inciso IV, da Lei nº 11.788/2008.

O pagamento da bolsa e do auxílio-transporte será realizado proporcionalmente aos dias efetivamente estagiados no mês, sendo admitidos descontos nas hipóteses de:

- Faltas não justificadas;
- Início ou encerramento do Termo de Compromisso em data diversa do primeiro ou último dia do mês;
- Suspensões legalmente previstas.

Requisitos do Estagiário

O estudante deverá:

- Estar regularmente matriculado e com frequência efetiva em instituição de ensino oficialmente reconhecida pelo órgão competente;
- Estar cursando nível médio, técnico ou superior, conforme áreas de interesse das Secretarias Municipais;
- Apresentar documentação comprobatória de matrícula e demais requisitos exigidos.

Recesso Remunerado

É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tiver duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, preferencialmente coincidente com as férias escolares, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.788/2008.

Nos casos de estágio com duração inferior a 1 (um) ano, o recesso será concedido de forma proporcional.

O recesso deverá ser usufruído durante a vigência do Termo de Compromisso, sendo vedada sua acumulação para período posterior.

Redução de Carga Horária

A carga horária poderá ser reduzida à metade durante períodos de avaliação escolar, mediante apresentação de calendário acadêmico ou declaração emitida pela instituição de ensino, devidamente comprovada junto ao supervisor do estágio.

8.5 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ESTAGIÁRIOS

I – Estagiário de Nível Superior

Atividades:

Desempenhar atividades compatíveis com a área de formação do curso em que estiver matriculado, relacionadas às atribuições institucionais das Secretarias Municipais, contribuindo para o desenvolvimento técnico-profissional e para o apoio às rotinas administrativas e finalísticas.



Requisitos Mínimos:

- a) Estar regularmente matriculado e cursando, no mínimo, o 1º (primeiro) semestre do curso, desde que não esteja no último semestre de conclusão;
- b) Estar vinculado a instituição de ensino superior pública ou privada, oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação;
- c) Ter disponibilidade para estagiar em regime de até 30 (trinta) horas semanais;
- d) Estar frequentando efetivamente o curso.

II – Estagiário de Nível Técnico

Atividades:

Desenvolver atividades de apoio técnico compatíveis com o curso técnico frequentado, auxiliando nas rotinas operacionais e administrativas das Secretarias Municipais, sempre sob supervisão de servidor designado.

Requisitos Mínimos:

- a) Estar regularmente matriculado em curso técnico reconhecido pelo órgão competente do sistema de ensino;
- b) Ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos no ato da admissão;
- c) Ter disponibilidade para estagiar em regime de até 30 (trinta) horas semanais, ou conforme carga horária compatível com a legislação aplicável;
- d) Estar frequentando efetivamente o curso.

III – Estagiário de Nível Médio

Atividades:

Auxiliar em atividades administrativas, organização de documentos, atendimento ao público, controle de arquivos, digitalização, apoio logístico e demais funções compatíveis com o nível de escolaridade, sempre sob supervisão.

Requisitos Mínimos:

- a) Estar regularmente matriculado no ensino médio regular em instituição oficialmente reconhecida;
- b) Ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos no ato da admissão;
- c) Ter disponibilidade para estagiar em regime de até 30 (trinta) horas semanais, observada a compatibilidade com o horário escolar;
- d) Estar frequentando efetivamente o curso.

8.6 REQUISITOS GERAIS PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO

São requisitos mínimos para todos os candidatos, independentemente do nível de escolaridade, a apresentação da seguinte documentação ao Agente de Integração:

- a) Aprovação no processo seletivo realizado;
- b) Aproveitamento escolar satisfatório, com média igual ou superior a 6,0 (seis) nos dois últimos bimestres ou período equivalente, e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);
- c) Ter no mínimo 16 (dezesseis) anos de idade;
- d) Declaração do estudante, quando maior de 18 (dezoito) anos, ou de seu responsável legal, se menor, de que conhece e aceita os termos do Programa de Estágio da Prefeitura Municipal de Ariquemes;
- e) Cópia de comprovante de residência;
- f) 01 (uma) foto 3x4 recente;
- g) Cópia do documento de identidade (RG) e CPF;
- h) Declaração atualizada de matrícula emitida pela instituição de ensino;
- i) Laudo médico com indicação do Código Internacional de Doenças (CID), exclusivamente para candidatos com deficiência;
- j) Certidões negativas cível e criminal, estadual e federal, bem como certidão negativa junto ao Tribunal de Contas,



emitidas nos sítios oficiais;

k) Declaração informando possuir ou não vínculo empregatício com o Poder Público;

l) Curriculum Vitae atualizado.

8.7 DOS VALORES DA BOLSA-ESTÁGIO

- Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível superior 30h semanais é R \$1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais) mensal.

- Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível superior 20h semanais é R \$1.296,80 (um mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) mensal.

- Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível médio 30h semanais é R \$1.296,80 (um mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) mensal.

- Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível profissionalizante 20h semanais é R \$1.296,80 (um mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) mensal.

- Valor da Bolsa Estagiário de ensino de nível profissionalizante 30h semanais é \$1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais) mensal.

* Estipulado com base nos valores do salário mínimo vigente.

8.8 DOS DESCONTOS

Na hipótese de falta justificada, o estagiário **poderá** compensar o horário não estagiado até o mês subsequente ao da ocorrência da falta, limitada à uma hora por jornada, autorizado pelo supervisor do estágio.

As faltas injustificadas, conforme previsto no Programa de Estágio das Secretarias Municipais de Ariquemes, não poderão ser compensadas e serão descontadas do valor da bolsa de estágio, da seguinte maneira:

$$\text{DESCONTO DA BOLSA} = \frac{\text{Valor da Bolsa} \times \text{Número de Faltas}}{30 \text{ dias}}$$

Para cômputo das faltas não justificadas, deverá ser tomado como parâmetro o mês anterior ao de referência da folha de pagamento.

O supervisor do estágio se aterá a cumprir as normas estipuladas no Programa de Estágio da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

8.9 DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com as partes envolvidas, conforme reza o art. 3º, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

8.10 DO DESLIGAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ESTAGIÁRIO

O desligamento e a substituição do estagiário dar-se-ão nas seguintes hipóteses:

a) automaticamente, ao término do prazo de duração do estágio;

b) a qualquer tempo, no interesse e conveniência da Administração;

c) de ofício, no interesse e conveniência da Secretaria Municipal;

d) depois de decorrido a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho do estagiário na Prefeitura Municipal de Ariquemes ou na instituição de ensino;

e) a pedido do estagiário;

f) por descumprimento de obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio;



- g) pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por trinta dias durante todo o período de estágio;
- h) por interrupção, reprovação, conclusão, abandono ou trancamento de matrícula do curso na instituição de ensino;
- i) por conduta incompatível com a exigida pela da Secretaria Municipal, ocasião em que será excluído do Programa de Estágio.

9. METODOLOGIA DOS SERVIÇOS

Os serviços do Agente de Integração compreendem a operacionalização do Programa de Estágio destinado aos estudantes no âmbito das Secretarias com atendimento, necessariamente, nos locais de atuação da autarquia, devendo para tanto:

Cadastrar estudantes de ensino de nível superior, de forma presencial ou via web, através de portal na Internet, nas áreas de interesse da Secretaria;

Realizar treinamento introdutório, presencial ou via Internet, para novos estagiários visando esclarecer sobre suas obrigações, no que tange ao contrato firmado com órgão concedente do estágio e atendendo suas necessidades;

Disponibilizar banco de dados específico, em portal na internet, tanto para a Agência quanto para os candidatos cadastrados, que permita a divulgação das oportunidades de vagas;

Recrutar estudantes dos níveis superiores, candidatos a estágio, mediante solicitação da Secretaria.

Contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, com indenização em casos de morte ou acidente;

Emitir e receber instrumento de avaliação, tabular e devolver relatório para contratante com o objetivo de acompanhar o programa de estágio, no relatório deverá compor dados quanto a Folha de Ponto do estagiário, cumprimento da carga horária do estágio, da responsabilidade e compromisso com as tarefas que lhe são conferidas. O acompanhamento poderá ser remoto, sendo por meio de instrumentos de avaliação fornecidos pela contratada, podendo ser enviado e recebido por meio de transferência de dados (e-mail), em comum acordo com a contratante.

Repassar, ao estagiário, da bolsa estágio, em instituição bancária ou similar única, a ser informada pela contratante;

Adotar providências quanto à renovação, desligamento ou substituição do estagiário mediante solicitação da contratante.

Verificar junto à contratante o cumprimento do período de recesso de 30 (trinta) dias sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 ano ou os dias proporcionais, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

9.1 Dos inícios dos serviços

Após a assinatura do contrato será emitida a respectiva Autorização de Execução de Serviços pelo gestor do contrato, somente após a qual estará a empresa apta a iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias, após a data do recebimento.

9.2 Das Inscrições

As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a contratada o direito de excluir do programa aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta e/ou fornecer dados comprovadamente inverídicos ou falsos.

A divulgação das inscrições será realizada através de portal web da contratada, podendo a mesma utilizar outros meios para divulgação que julgar adequados, como comunicação oficial às instituições de ensino, afixação de cartazes, distribuição de panfletos, dentre outros, sem qualquer custo para a Administração Municipal de Ariquemes.

10 Da Renovação dos Quantitativos Registrados



Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência. A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência; previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório; justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público. A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

11 Justificativa para a Não Exigência de Garantia Contratual

A exigência de garantia contratual encontra fundamento no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, constituindo faculdade da Administração Pública, a ser adotada quando necessária para assegurar a fiel execução do objeto, especialmente em contratações que envolvam elevada complexidade técnica, riscos financeiros significativos, obras ou serviços de engenharia.

No caso da presente contratação, conclui-se que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária, conforme os fundamentos a seguir expostos:

a) Natureza do Objeto

O objeto consiste na prestação de serviços de natureza administrativa, operacional e de apoio à gestão de programa institucional, com atividades padronizadas, de baixa complexidade técnica e amplamente executadas por entidades especializadas no mercado.

Não se trata de obra ou serviço de engenharia, tampouco envolve fornecimento de bens de alto valor agregado, desenvolvimento tecnológico complexo ou risco estrutural relevante.

As atividades são predominantemente de intermediação, acompanhamento, controle documental e suporte administrativo, não demandando investimentos significativos por parte da contratada que justifiquem a exigência de garantia como mecanismo de proteção ao erário.

b) Baixo Risco de Prejuízo ao Erário

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada continuamente pela Administração, com pagamentos condicionados à efetiva prestação dos serviços e à comprovação do cumprimento das obrigações pactuadas.

Além disso:

- A remuneração ocorre de forma periódica e proporcional à execução;
- Eventuais falhas podem ser rapidamente identificadas e corrigidas;
- Há possibilidade de aplicação de penalidades administrativas previstas contratualmente.

Tais mecanismos são suficientes para mitigar riscos de inadimplemento, não sendo necessária a imposição de garantia contratual adicional.

c) Ausência de Complexidade Técnica ou Criticidade Elevada

A contratação não se enquadra nas hipóteses que usualmente demandam garantia contratual, tais como:

- Obras e serviços de engenharia;



- Contratações de alta materialidade financeira com risco estrutural;
- Soluções tecnológicas críticas com elevado custo de implantação;
- Serviços cuja paralisação gere dano imediato e irreversível à Administração.

Trata-se de atividade de suporte administrativo, com possibilidade de substituição do prestador sem prejuízo estrutural às políticas públicas, caso necessário.

d) Ampliação da Competitividade

A exigência de garantia contratual pode representar barreira à participação de interessados, especialmente:

- Entidades de menor porte;
- Organizações da sociedade civil;
- Fornecedores regionais.

A sua dispensa favorece:

- Maior competitividade;
- Ampliação do universo de participantes;
- Potencial obtenção de proposta mais vantajosa.

Tal medida está alinhada aos princípios da competitividade, proporcionalidade e busca da proposta mais vantajosa, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

e) Observância aos Princípios da Economicidade e Eficiência

A exigência de garantia implica custos financeiros ao contratado (seguro-garantia, fiança bancária ou caução), os quais, via de regra, são incorporados ao valor da proposta.

A dispensa da garantia:

- Evita repasse indireto de custos à Administração;
- Contribui para a economicidade;
- Preserva a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar os princípios da eficiência e da economicidade, o que reforça a adequação da não exigência no presente caso.

Conclusão

Diante da natureza do objeto, da baixa complexidade técnica, do reduzido risco financeiro, dos mecanismos ordinários de fiscalização contratual e da necessidade de estimular a competitividade, conclui-se que a exigência de garantia contratual não se mostra proporcional nem necessária.

A sua dispensa revela-se medida adequada, razoável e compatível com os princípios que regem as contratações públicas, não comprometendo a segurança da execução contratual nem a proteção do interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para chegar ao cálculo estimado das quantidades apresentadas no quadro, a Diretoria de Compras da Prefeitura de Ariquemes enviou um memorando circular às secretarias municipais solicitando as mesmas que estimassem os



quantitativos necessários para cada item conforme suas demandas, devidamente justificados através da Metodologia de Cálculo. Sendo assim, cada secretaria apresentou sua justificativa, conforme demonstra o quadro abaixo:

SECRETARIAS	METODOLOGIA DE CÁLCULO
SEMAIC	A presente estimativa foi elaborada com base na necessidade de contratação de 04 (quatro) estagiários, por meio de agente de integração, para atendimento das demandas administrativas da Administração Direta do Município de Ariquemes, no período estimado de 12 (doze) meses. Para fins de cálculo, considerou-se a quantidade mensal de estagiários multiplicada pelo período anual de vigência da contratação, resultando em 48 taxa de operacionalização ao ano (4 estagiários × 12 meses = 48). O valor de referência adotado corresponde ao teto máximo permitido, equivalente a 100% do salário mínimo vigente, atualmente fixado em R\$ 1.621,00, utilizado exclusivamente como parâmetro estimativo, não representando obrigatoriedade de pagamento nesse percentual, podendo o valor efetivo ser ajustado conforme critérios administrativos, disponibilidade orçamentária e regulamentação específica do programa de estágio. Dessa forma, a estimativa foi construída de maneira prudente e conservadora, assegurando previsibilidade orçamentária, continuidade do serviço e atendimento adequado às necessidades da Administração Pública, sem prejuízo à legalidade e à eficiência da contratação. A utilização dessa contratação será conforme o Quadro de Distribuição 2 de 09/01/2026 (ID 3710135) e Memória de Cálculo 01 de 09/01/2026 (ID 3709963).
SEMOSP	A metodologia adotada para o cálculo do quantitativo baseia-se no histórico de consumo registrado anteriormente, conforme relatório em anexo, o qual demonstra a necessidade de manutenção das atividades administrativas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. Considera-se, para esse fim, a contratação de 04 (quatro) taxas de operacionalização, correspondentes a estagiários, com carga horária de 30 horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, com 06 horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando 48 (quarenta e oito) unidades anuais. A distribuição dos estagiários será realizada da seguinte forma: 01 (um) estagiário para apoio às utilidades administrativas do cemitério e 03 (três) estagiários para as unidades administrativas da SEMOSP, assegurando o adequado suporte às rotinas administrativas da secretaria.
SEMPOG	Justificativa: Conforme o relatório de consumo, até o momento foram utilizados o quantitativo de 35 (trinta e cinco) do saldo, pois o contrato com a empresa foi assinado somente no mês de dezembro. No entanto, a quantidade solicitada tem como objetivo garantir que haja saldo disponível quando o contrato atual se encerrar, evitando a falta do serviço e assegurando a continuidade do atendimento às necessidades da Administração. A metodologia de cálculo aplicada encontra-se prevista no Decreto 22751 de 08/08/2025 (ID 3381121), o qual regulamenta o quantitativo de vagas destinadas à contratação de estagiários no âmbito desta Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG. O dimensionamento do quantitativo total de 35 (trinta e cinco) estagiários foi realizado com base na análise das demandas operacionais, administrativas e técnicas dos departamentos que integram a SEMPOG, considerando o volume de atividades desenvolvidas, a necessidade de apoio às equipes técnicas e administrativas, bem como a capacidade de supervisão dos servidores responsáveis pelo acompanhamento dos estagiários. Os estagiários serão distribuídos entre os departamentos pertencentes à SEMPOG, de modo a atender de forma equilibrada e eficiente às necessidades institucionais da Secretaria. A definição da quantidade de estagiários por departamento será estabelecida conforme a necessidade específica de cada unidade administrativa, levando em consideração a complexidade das atividades, o fluxo de trabalho, os projetos em andamento e as prioridades institucionais. Ressalta-se que essa distribuição poderá ser ajustada ao longo da vigência dos estágios, sempre que necessário, visando à otimização dos recursos humanos e ao aprimoramento da execução



	das atividades. Para a estimativa do custo, foi realizado o seguinte cálculo: considerou-se o valor unitário da bolsa de estágio no montante de R\$ 1.621,00, referente a estagiários de ensino de nível superior com carga horária de 30 (trinta) horas semanais. Esse valor foi multiplicado pelo quantitativo total de 35 (trinta e cinco) estagiários, resultando no custo mensal estimado de R\$ 56.735,00. Em seguida, o valor mensal foi multiplicado por 12 (doze) meses, correspondente ao período anual, totalizando o montante de R\$ 680.820,00, que representa o custo anual estimado para a contratação dos estagiários no âmbito desta Secretaria. Todo o procedimento observa os critérios e limites estabelecidos no Decreto supracitado, bem como os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público que regem a Administração Pública
SEMFAZ	A metodologia de cálculo leva em consideração o quantitativo de vagas constantes no Decreto Nº 20.731, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024 de 05/09/2024 (ID 2644208) para a Secretaria Municipal de Fazenda, totalizando 25 (vinte e cinco) vagas para estágio.
SEMTEC	Conforme a estimativa anterior, esta Secretaria utilizou o quantitativo de 132 (cento e trinta e duas) taxas de operacionalização, correspondentes a 11 (onze) estagiários. Tendo em vista a presente estimativa, e considerando a ampliação das modalidades de contratação por meio de Agente de Integração abrangendo não apenas ensino superior, mas também ensino médio e ensino profissionalizante mantém-se o mesmo quantitativo total de 132 (cento e trinta e duas) taxas de operacionalização, equivalente a 11 (onze) estagiários. Ressalta-se que, nesta estimativa, o quantitativo total permanece inalterado, havendo apenas a redistribuição entre as modalidades, sendo 06 (seis) Agentes de Integração de ensino superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, 03 (três) Agentes de Integração de ensino médio, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, e 02 (dois) Agentes de Integração de ensino profissionalizante, também com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme a necessidade da Secretaria. Dessa forma, o cálculo da presente estimativa considera 11 (onze) Agentes de Integração, pelo período de 12 (doze) meses, resultando no total de 132 (cento e trinta e duas) taxas de operacionalização
IPEMA	A quantidade de agentes de integração foi estimada com base no DECRETO Nº 22.751/2025, que designa a quantidade de 05 estagiários ao IPEMA - Instituto de Previdência do Município de Ariquemes. Esse decreto serve como referência principal para a definição das vagas disponíveis. O IPEMA, usou como metodologia de calculo a estimativa de necessidade dos principais setores dessa Autarquia, Concessão de benefícios, Compras, Atendimento e Auxílio aos usuários, Contabilidade e Setor Financeiro. Não foi estimado na última ata de registro de preço, assim, com base no aumento das demandas administrativas, principalmente com a necessidade de adequação às normas do pró-gestão estima-se a necessidade desse quantitativo autorizado legalmente para essa Autarquia
SEMSAU	O quantitativo estimado de contratações foi definido pela Secretaria Municipal de Saúde a partir da projeção de vagas autorizadas para estagiários no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, tomando-se por referência o Decreto Nº 22.751, DE 8 DE AGOSTO DE 2025. de 09/01/2026 (ID 3709715) que dispõe sobre o quadro de vagas para estagiários e dá outras providências. Complementarmente, foram considerados: A Relação de Registro de Preços referente à última Ata de Registro de Preços, da qual se extraiu a quantidade de serviços efetivamente consumidos no período, constante do documento (ID 3736998). O Relatório de Empenhos de 2025 da empresa CIDE Capacitação, Inserção e Desenvolvimento (ID 3737370), com empenhos vinculados ao Contrato nº 61/2024 (ID 2186893) e ao respectivo Termo Aditivo nº 61/2024 (ID 2962618). O Relatório de Empenhos de 2025 da empresa Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi (ID 3737335), vinculado ao Contrato nº 118/2025 (ID 3306593). A



	partir desses elementos, procedeu-se à consolidação dos consumos históricos e das vagas autorizadas, projetando-se a demanda futura para 12 meses, adotando-se como premissa a manutenção do nível de utilização registrado nos exercícios anteriores, ajustado às necessidades atuais da Secretaria Municipal de Saúde
SEMDES	A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEMDES estimou o quantitativo de 60 (sessenta) estagiários mensais, com base nas necessidades operacionais das unidades e programas sob sua responsabilidade, bem como nos parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 22.751, de 8 de agosto de 2025, que altera o quadro de vagas para estagiários na Administração Direta do Município de Ariquemes. O dimensionamento considerou o volume de demandas administrativas e de atendimento ao público, visando garantir apoio às atividades institucionais e maior eficiência na prestação dos serviços públicos. Dessa forma, a distribuição mensal dos estagiários foi definida da seguinte maneira: 01 (um) estagiário para o CMAS; 04 (quatro) estagiários para o CRAS; 03 (três) estagiários para o CREAS; 10 (dez) estagiários para o Cadastro Único; 05 (cinco) estagiários para o Programa Idade Viva; 01 (um) estagiário para a Vigilância Socioassistencial; 05 (cinco) estagiários para Especialidades e Convênios; 01 (um) estagiário para o Conselho Tutelar I; 01 (um) estagiário para o Conselho Tutelar II; 19 (dezenove) estagiários para a Administração da SEMDES; 10 (dez) estagiários para o Programa Criança Feliz / Mamãe Cheguei. Ressalta-se que o quantitativo estimado mantém-se igual ao contratado no exercício anterior, não havendo ampliação do número de vagas, apenas a continuidade da demanda
SEMED	A metodologia adotada para o cálculo estimado das quantidades e dos valores referentes à contratação de estagiários, conforme disposto na Especificação Técnica, item 3.2, fundamenta-se no levantamento das necessidades operacionais das instituições e departamentos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, com base nas informações consolidadas e fornecidas pelo setor de Gestão Contratual de Estagiários conforme Memorando 46 de 14/01/2026 (ID 3717486). O quantitativo estimado de 150 (cento e cinquenta) estagiários de ensino de nível superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, foi definido a partir da análise da demanda apresentada pelas unidades administrativas e educacionais, considerando-se a necessidade de apoio contínuo às atividades desenvolvidas, bem como a rotatividade natural inerente aos programas de estágio. Para fins de estimativa de custos, adotou-se o valor unitário da bolsa de estágio no montante de R\$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais) mensais, correspondente ao valor vigente para estagiários de ensino de nível superior com carga horária de 30 horas semanais. O valor total mensal das bolsas foi apurado mediante a multiplicação do valor unitário da bolsa pelo quantitativo estimado de estagiários, conforme a fórmula $C = A \times B$, resultando no montante de R\$ 243.150,00. O valor total anual foi obtido pela multiplicação do valor mensal pelo período de 12 (doze) meses, conforme a fórmula $D = C \times 12$, perfazendo o total de R\$ 2.917.800,00. Considerando a atual demanda da Secretaria Municipal de Educação, bem como a proximidade da inauguração do C.M.E.I. Heley de Abreu e do C.M.E.I. Primeiros Passos, estima-se a necessidade da contratação de 1.800 (um mil e oitocentas) unidades de Taxa de Administração de Agente de Integração, correspondentes à gestão de estagiários de nível superior com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, cálculo este obtido a partir da multiplicação do quantitativo mensal estimado de 150 estagiários pelo período contratual.
SEMA	A quantidade de agentes de integração foi estimada com base no Decreto 22751 de 08/08/2025 (ID 3381121), que designa 05 (cinco) vagas para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, especificamente destinadas à contratação de estagiários para atuação na Administração Direta do Município de Ariquemes. O referido decreto constitui a principal referência para a definição do quantitativo inicialmente previsto.
	O quantitativo de estagiários a serem contratados foi definido com base em



AMR	critérios técnicos, operacionais e legais, considerando as necessidades da Agência Municipal de Regulação, a capacidade de supervisão dos servidores efetivos e os limites estabelecidos na legislação vigente. A metodologia adotada considerou os seguintes parâmetros: a) Demanda de atividades administrativas e técnicas Foram analisadas as rotinas administrativas e operacionais dos setores da Agência, identificando-se as atividades passíveis de apoio por estagiários, sem prejuízo das atribuições exclusivas dos servidores efetivos. b) Número de setores atendidos O cálculo levou em consideração a necessidade de apoio nos setores de Presidência, Administração, Financeiro, Controladoria, Diretoria Técnica Operacional e Ouvidoria, de modo a garantir suporte adequado às atividades de cada unidade. c) Capacidade de supervisão Observou-se a proporção entre servidores efetivos e estagiários, respeitando a capacidade de acompanhamento, orientação e avaliação por parte dos supervisores responsáveis, em conformidade com a legislação aplicável ao estágio. d) Carga horária e jornada do estágio Considerou-se a carga horária diária e semanal dos estagiários, compatível com o horário de funcionamento da Agência e com as atividades acadêmicas, de forma a assegurar a eficiência do apoio prestado. e) Período de vigência da contratação O quantitativo foi projetado para atender às necessidades ao longo do período contratual previsto, considerando eventuais substituições, prorrogações e a continuidade das atividades administrativas. f) Limites legais e orçamentários Foram observados os limites estabelecidos na Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), bem como a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão, garantindo a legalidade e a sustentabilidade da contratação. Essa metodologia assegura que a contratação de estagiários atenda às necessidades institucionais de forma proporcional e justificada, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.
PGM	A definição do quantitativo estimado fundamenta-se na análise da atual estrutura da Procuradoria Geral do Município, considerando: O aumento da demanda administrativa e jurídica; A ampliação das atribuições relacionadas à execução fiscal; O crescimento do número de procedimentos administrativos sob responsabilidade da PGM; A necessidade de apoio contínuo às atividades desenvolvidas pelos Procuradores e Assessores Especiais. Dessa forma, estimou-se a necessidade de 10 (dez) estagiários, 120 serviços, número considerado suficiente para garantir maior eficiência, celeridade e qualidade na execução das atividades institucionais da Procuradoria Geral do Município.
SML	A presente estimativa foi elaborada com base na necessidade de contratação de 10 (dez) estagiários, por meio de agente de integração, para atendimento das demandas administrativas da Administração Direta do Município de Ariquemes, no período estimado de 12 (doze) meses. Para fins de cálculo, considerou-se a quantidade mensal de estagiários multiplicada pelo período anual de vigência da contratação, resultando em 120 taxa de operacionalização ao ano (10 estagiários × 12 meses = 120). O valor de referência adotado corresponde ao teto máximo permitido, equivalente a 100% do salário mínimo vigente, atualmente fixado em R\$ 1.621,00, utilizado exclusivamente como parâmetro estimativo, não representando obrigatoriedade de pagamento nesse percentual, podendo o valor efetivo ser ajustado conforme critérios administrativos, disponibilidade orçamentária e regulamentação específica do programa de estágio. Dessa forma, a estimativa foi construída de maneira prudente e conservadora, assegurando previsibilidade orçamentária, continuidade do serviço e atendimento adequado às necessidades da Administração Pública, sem prejuízo à legalidade e à eficiência da contratação.
SEMGOV	Esta Secretaria de Governo estima a quantidade de dois agente de integração, neste caso, 24 (vinte e quatro) meses de taxa de operacionalidade, conforme demonstra na tabela a cima. Desta forma, estes agentes de integração estão



previstos para serem divididos, se necessário, entre o Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (PROAMPE) e a sede administrativa itinerante da Prefeitura de Ariquemes, localizada no Distrito Bom Futuro.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 256.944,00

Valor: R\$ 256.944,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais). Valor estimado através de Pesquisa de Preço junto às empresas do ramo, banco de preço e sites eletrônicos, conforme anexo deste ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços (SRP) adotará o critério de menor preço por item, em observância ao princípio da ampla competitividade. Essa sistemática visa permitir a participação de um maior número de licitantes, inclusive daqueles que, embora não disponham de capacidade para fornecer a totalidade dos materiais, possam atender de forma eficiente a itens específicos do objeto licitado. O parcelamento do objeto tem por finalidade otimizar o aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliar a concorrência, desde que técnica e economicamente viável, sem prejuízo da economia de escala ou da padronização dos produtos. Os parâmetros de preços serão subsidiados por meio de Quadro Comparativo/Demonstrativo de Preços, elaborado a partir de cotações de mercado, consultas a atas de registros de preços vigentes e pesquisas em painéis oficiais de preços públicos. Essa metodologia assegura maior transparência, ampliação da competição e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e ao princípio da eficiência. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 40, da Lei 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247, que reconhecem a possibilidade de divisão do objeto quando essa prática não comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e da IN/SEGES nº 58/2022, procede-se à análise acerca da existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto em estudo.

1. Conceituação

Para fins deste Estudo Técnico Preliminar:

- **Contratações correlatas** são aquelas que guardam relação temática ou funcional com o objeto principal, podendo ocorrer de forma paralela ou complementar.
- **Contratações interdependentes** são aquelas cuja execução depende diretamente da contratação pretendida, ou que, inversamente, constituem condição para sua plena operacionalização.



2. Contratações Correlatas Identificadas

Foram identificadas como correlatas ao objeto:

a) Contratação de seguro contra acidentes pessoais

Obrigatório nos termos da Lei nº 11.788/2008, quando aplicável, podendo estar incluso na modelagem da solução adotada ou ser formalizado de forma autônoma.

b) Sistemas de gestão administrativa e controle de frequência

Ferramentas eventualmente utilizadas pelas Secretarias para acompanhamento das atividades desenvolvidas.

c) Serviços de capacitação e integração institucional

Ações de ambientação e orientação promovidas internamente pelas Secretarias Municipais.

d) Serviços de perícia médica ou medicina ocupacional

Quando necessários para cumprimento de exigências normativas específicas.

Tais contratações, contudo, não impedem a execução do objeto principal, configurando-se apenas como complementares.

3. Contratações Interdependentes

Após análise técnica, conclui-se que **não há contratações interdependentes imprescindíveis** para viabilizar a execução do objeto.

A solução proposta possui autonomia operacional e pode ser implementada de forma independente, desde que observadas as condições orçamentárias e administrativas regulares.

Caso existam sistemas internos já utilizados pelas Secretarias, estes atuarão como instrumentos auxiliares, não constituindo condição indispensável para a viabilidade da contratação.

4. Riscos de Sobreposição ou Fracionamento Indevido

Não foram identificados:

- Fracionamento indevido de despesas;
- Sobreposição com contratos vigentes de mesma natureza;
- Duplicidade de objetos contratuais.

A presente demanda apresenta identidade própria, escopo definido e justificativa específica, não configurando parcelamento irregular.

5. Conclusão

Conclui-se que a contratação pretendida:

- Não depende de outras contratações para sua viabilidade;
- Pode coexistir com contratações correlatas de forma complementar;
- Não implica risco de sobreposição contratual;
- Está adequadamente delimitada sob o ponto de vista técnico e jurídico.



Assim, não se identificam impedimentos relacionados a contratações correlatas ou interdependentes que comprometam a regularidade e viabilidade da presente iniciativa.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Segue a justificativa da previsão ou não da contratação no PCA 2025 das secretarias, conforme descritas no quadro abaixo:

SECRETARIAS	ALINHAMENTO COM O PCA
SEMAIC	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme inciso VII do Artigo 12 da lei Federal 14.133/21, com o Número da Contratação: 187/2026, Nº DFD: 116/2025.
SEMOSP	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 60/2024, Nº DFD: 192/2025.
SEMPOG	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Nº da contratação187/2026 e DFD nº462/2025
SEMFAZ	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 14/2025.
SEMTEC	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 621/2025.
IPEMA	Declaramos que a despesa não consta no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando o Inciso VII do art. 12 da Lei Federal 14.133/2021, tendo em vista que a consolidação da decisão pela aderência ao programa Pró-Gestão se deu após o encerramento do Plano Anual de Contratação, por essa razão nasce uma crescente demanda por adequações para atingir essa finalidade, especialmente nas áreas burocráticas administrativas no sentido de adequação e modernização da gestão dessa Autarquia julgou-se extremamente necessário a realização da despesa.
SEMSAU	Justificamos a ausência no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando o Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021, devido à não identificação prévia da demanda específica por agente de integração para serviços continuados de estagiários na Secretaria Municipal de Saúde durante o período de elaboração do PCA.
SEMDES	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 553/2025.
SEMED	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação:187/2026, Nº DFD: 178/2025.
SEMA	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD:148/2025.
AMR	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026 e Número de DFD: 718/2025.
	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA,



PGM	conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2025, Nº DFD:31/2025.
SML	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 431/2025
SEMGOV	Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 187/2026, Nº DFD: 572/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A implementação da solução proposta visa gerar benefícios institucionais, administrativos e sociais, alinhados ao interesse público e às diretrizes de eficiência na gestão municipal.

1. Benefícios Institucionais

a) Fortalecimento da capacidade administrativa

A ampliação do suporte às Secretarias Municipais possibilitará maior organização das rotinas internas, melhoria no fluxo de trabalho e incremento da produtividade administrativa.

b) Maior eficiência na prestação dos serviços públicos

Com reforço nas atividades de apoio, os servidores efetivos poderão concentrar-se em funções estratégicas, técnicas e finalísticas, promovendo melhor desempenho institucional.

c) Padronização de procedimentos

A estruturação do programa proporcionará maior uniformidade na gestão, controle documental e acompanhamento das atividades desenvolvidas.

2. Benefícios Operacionais

a) Redução de sobrecarga de trabalho

O apoio às atividades administrativas contribuirá para diminuir a sobrecarga das equipes permanentes.

b) Melhoria nos processos internos

Haverá otimização de rotinas, maior celeridade na tramitação de documentos e aprimoramento dos controles internos.

c) Flexibilidade operacional

A solução permite adaptação às necessidades específicas de cada Secretaria, observando critérios técnicos e legais.

3. Benefícios Econômicos

a) Melhor relação custo-benefício

A medida apresenta alternativa economicamente mais vantajosa quando comparada à ampliação permanente do quadro efetivo.

b) Previsibilidade orçamentária

A estruturação adequada do programa permite maior controle e planejamento dos custos envolvidos.

c) Mitigação de riscos trabalhistas

O modelo adotado observa o regime jurídico específico aplicável, reduzindo riscos de passivos futuros.



4. Benefícios Sociais e Educacionais

a) Integração entre ensino e prática profissional

A iniciativa fortalece a relação entre formação acadêmica e experiência prática no serviço público.

b) Contribuição para a formação cidadã e profissional

Proporciona vivência institucional que contribui para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais.

c) Impacto social positivo no município

Estimula a permanência de estudantes na região e fomenta o desenvolvimento local.

5. Benefícios Estratégicos

a) Alinhamento ao planejamento institucional

A solução contribui para o cumprimento das metas administrativas e melhoria contínua da prestação dos serviços públicos.

b) Modernização da gestão pública

Incorpora práticas organizacionais mais eficientes e sistematizadas.

c) Sustentabilidade administrativa

Evita expansão estrutural permanente, mantendo equilíbrio entre necessidade operacional e responsabilidade fiscal.

Conclusão

Os benefícios esperados demonstram que a solução contribui diretamente para o fortalecimento da gestão municipal, para a melhoria da eficiência administrativa e para a promoção do interesse público, apresentando ganhos institucionais, operacionais, econômicos e sociais relevantes.

13. Providências a serem Adotadas

Nos termos do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve contemplar as providências a serem adotadas pela Administração para viabilizar a adequada execução do objeto, especialmente aquelas que não integram as obrigações da futura contratada.

Diante da solução escolhida, identificam-se as seguintes medidas preparatórias:

1. Providências Administrativas e de Planejamento

a) Previsão orçamentária

- Garantir dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da execução contratual;
- Registrar a estimativa de impacto financeiro, quando aplicável, observando a Lei Complementar nº 101/2000.

b) Inclusão no Plano de Contratações Anual (PCA)

- Assegurar que a demanda esteja devidamente prevista no planejamento anual de contratações.

c) Designação de gestor e fiscais do contrato

- Formalizar a indicação de servidor responsável pela gestão contratual;



- Designar fiscais técnicos e administrativos para acompanhamento da execução.

2. Providências Normativas e Internas

a) Regulamentação interna (se necessária)

- Atualizar ou editar normativos internos que disciplinem o funcionamento do programa no âmbito das Secretarias;
- Definir fluxos administrativos e responsabilidades internas.

b) Padronização de procedimentos

- Elaborar modelos padronizados de formulários, relatórios e instrumentos de acompanhamento;
- Estabelecer critérios objetivos para distribuição das vagas entre as Secretarias.

3. Providências Estruturais e Operacionais

a) Levantamento da demanda por Secretaria

- Consolidar quantitativo de necessidades por unidade administrativa;
- Definir perfis compatíveis com as áreas de atuação.

b) Disponibilização de infraestrutura mínima

- Garantir espaço físico adequado;
- Disponibilizar mobiliário, equipamentos e acesso a sistemas internos;
- Assegurar condições adequadas de supervisão.

c) Indicação de supervisores

- Designar servidores responsáveis pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas;
- Orientar os supervisores quanto às atribuições e responsabilidades legais.

4. Providências Relativas à Fiscalização e Controle

a) Estruturação de mecanismos de acompanhamento

- Definir indicadores de desempenho;
- Estabelecer rotinas de monitoramento e avaliação periódica.

b) Capacitação interna

- Promover orientação aos servidores envolvidos na execução e fiscalização do contrato;
- Disseminar diretrizes legais aplicáveis.

5. Providências Jurídicas e Documentais

a) Elaboração do Termo de Referência

- Consolidar as especificações técnicas;
- Definir critérios de seleção e julgamento;
- Estabelecer obrigações contratuais e penalidades.



b) Análise jurídica prévia

- Submeter o processo à apreciação da Procuradoria Jurídica, conforme rito interno.

6. Conclusão

As providências elencadas são indispensáveis para assegurar a adequada implementação da solução escolhida, garantindo:

- Regularidade administrativa;
- Segurança jurídica;
- Eficiência operacional;
- Observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência e interesse público.

Ressalta-se que tais medidas constituem responsabilidades exclusivas da Administração, não se confundindo com obrigações da futura contratada, sendo essenciais para viabilizar a execução satisfatória do objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Nos termos do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve contemplar a análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da solução escolhida, bem como, quando aplicável, a indicação de medidas mitigadoras.

Considerando a natureza administrativa da solução adotada, verifica-se que os impactos ambientais diretos são reduzidos, não envolvendo obras, intervenções físicas estruturais, supressão vegetal, geração de resíduos industriais ou utilização de recursos naturais em larga escala. Ainda assim, procede-se à análise dos impactos indiretos potenciais.

1. Impactos Ambientais Potenciais

a) Aumento do consumo de recursos naturais

A ampliação das atividades administrativas pode ocasionar:

- Maior consumo de energia elétrica;
- Aumento no uso de papel e materiais de expediente;
- Elevação do consumo de água nas dependências públicas.

Classificação: Impacto indireto, de baixa magnitude.

b) Geração de resíduos sólidos administrativos

O incremento das rotinas administrativas pode gerar:

- Resíduos de papel;
- Cartuchos e toners de impressoras;
- Resíduos plásticos e embalagens.

Classificação: Impacto indireto, de baixa complexidade.

c) Deslocamentos urbanos

A movimentação adicional de pessoas pode resultar em:



- Pequeno aumento na emissão de gases decorrente de deslocamentos diários.

Classificação: Impacto indireto e difuso, de baixa relevância ambiental.

2. Avaliação da Significância dos Impactos

Os impactos identificados:

- Não são permanentes ou irreversíveis;
- Não geram alteração ambiental significativa;
- Não exigem licenciamento ambiental específico;
- Estão restritos ao ambiente administrativo interno.

Conclui-se que a solução não apresenta impacto ambiental relevante ou crítico.

3. Medidas Mitigadoras e de Sustentabilidade

Embora os impactos sejam de baixa magnitude, recomenda-se a adoção das seguintes medidas mitigadoras:

a) Uso racional de papel

- Incentivar a tramitação eletrônica de documentos;
- Adotar assinaturas digitais;
- Priorizar sistemas informatizados de gestão.

b) Eficiência energética

- Orientar para desligamento de equipamentos quando não estiverem em uso;
- Utilizar equipamentos com selo de eficiência energética;
- Promover campanhas internas de consumo consciente.

c) Gestão adequada de resíduos

- Implementar coleta seletiva nas Secretarias;
- Realizar descarte adequado de toners e equipamentos eletrônicos;
- Priorizar aquisição de materiais recicláveis ou reciclados.

d) Incentivo a meios de transporte sustentáveis

- Estimular uso de transporte coletivo, bicicleta ou caronas compartilhadas, quando viável.

4. Alinhamento à Sustentabilidade na Administração Pública

A solução está alinhada aos princípios da:

- Sustentabilidade;
- Eficiência;
- Responsabilidade socioambiental;
- Desenvolvimento sustentável.



Além disso, observa as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 quanto à promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.

5. Conclusão

Diante da análise realizada, conclui-se que a solução escolhida apresenta impactos ambientais mínimos, indiretos e plenamente mitigáveis por meio de boas práticas administrativas.

Não há impedimento ambiental para sua implementação, sendo possível compatibilizar sua execução com políticas institucionais de sustentabilidade e gestão ambiental responsável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Nos termos do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e da IN/SEGES nº 58/2022, após a análise da necessidade, levantamento de mercado, avaliação das alternativas, estimativa de custos, identificação de riscos e exame dos impactos ambientais, apresenta-se o posicionamento conclusivo acerca da viabilidade da contratação.

1. Viabilidade Técnica

A análise técnica demonstrou que:

- A necessidade administrativa está claramente caracterizada e fundamentada;
- A solução escolhida é amplamente disponível no mercado;
- Existem fornecedores capacitados para execução do objeto;
- Não há exigência de tecnologia exclusiva ou restrição de competitividade;
- Os requisitos definidos são compatíveis com a realidade mercadológica.

A solução apresenta estrutura consolidada, metodologia padronizada e capacidade de atendimento às demandas institucionais, demonstrando plena viabilidade técnica.

2. Viabilidade Operacional

Do ponto de vista operacional:

- A Administração dispõe de estrutura mínima para acompanhamento e fiscalização;
- Foram identificadas as providências internas necessárias para implementação;
- Não há dependência de contratações interdependentes críticas;
- A execução pode ocorrer de forma gradual e controlada.

A modelagem escolhida reduz a sobrecarga administrativa interna e permite implementação segura e escalável.

3. Viabilidade Orçamentária e Econômica

A estimativa de custos demonstrou:

- Compatibilidade com os valores praticados no mercado;
- Previsibilidade orçamentária;



- Melhor relação custo-benefício quando comparada às alternativas avaliadas;
- Ausência de impacto financeiro desproporcional.

A contratação mostra-se economicamente adequada, observando os princípios da eficiência e da economicidade.

4. Viabilidade Jurídica

A solução encontra respaldo:

- Na Lei nº 14.133/2021;
- Na Lei nº 11.788/2008;
- Na legislação orçamentária e fiscal vigente;
- Nas normas internas do Município.

Não foram identificados impedimentos legais ou riscos jurídicos impeditivos, desde que observados os requisitos formais do procedimento licitatório e da execução contratual.

5. Avaliação de Riscos

Os riscos identificados são:

- Administráveis;
- De baixa a média criticidade;
- Mitigáveis por meio de fiscalização adequada e cláusulas contratuais específicas.

Não há risco estrutural que comprometa a viabilidade da contratação.

6. Conclusão

Diante da análise técnica, econômica, jurídica, operacional e ambiental realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é **viável, necessária e adequada ao interesse público**.

A solução escolhida apresenta:

- Sustentabilidade administrativa;
- Eficiência operacional;
- Segurança jurídica;
- Compatibilidade orçamentária;
- Adequação às diretrizes institucionais.

Assim, manifesta-se posicionamento favorável à continuidade do processo, com a elaboração do Termo de Referência e adoção das demais providências legais para formalização da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



BRUNO HENRIQUE DE SOUZA DUARTE

Assessor Especial - SEMAIC

TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO

Diretor de serviços Públicos - SEMOSP

VITORIA NASCIMENTO BACELAR

Assessor Especial - SEMPOG

THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO

GERENTE ADMINISTRATIVO - SEMFAZ

FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA

Assessor Técnico - SEMTEC

ROQUE RISEL SILVA DA CUNHA

CONTADOR - IPEMA

KATHERINE LESLIE AYRES MOURA



EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK

Gerente SUAS - SEMDES

SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA

Auxiliar de serviço - SEMED

BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA

Assessor especial - SEMA

IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS

Diretor Administrativo - AMR

EUMARA DE SOUZA ALVES

Assessora especial - PGM

LAURA BEZERRA DA SILVA

Coordenadora de artefatos digitais - SML



GISELE JASSET DE MENDONCA

Servidora Cedida do Estado - SEMGOV







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	Nº 50/2026	13/03/2026

ID: 3848705	Processo	Documento
CRC: 3EF74165		
Processo: 8-590/2026		
Usuário: LAURA BEZERRA DA SILVA		
Criação: 13/03/2026 07:56:23	Finalização: 18/03/2026 08:59:21	

MD5: 43C52A0AA65E4C3603B7AE6CABB86375
SHA256: E40DFED9DE8DA53566F6E54ADE92075B0365B9CBB6A4F1EA9FDD57F9A2A7F934

Súmula/Objeto:

Estudo Técnico Preliminar Nº 50/2026











INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	13/03/2026 07:56:23
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO (193)	13/03/2026 07:56:23
-------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	KATHERINE LESLIE AYRES MOURA	Diretora de Processo de Compras da Saúde	18/03/2026 09:03:25
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO#	DIRETOR DE SERVICOS PUBLICOS (COMISSAO)	18/03/2026 09:09:23
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO	Gerente Administrativo CDS-04	18/03/2026 09:12:46
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	EUMARA DE SOUZA ALVES#	Assessora especial IV	18/03/2026 09:16:49
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA	SERVICOS GERAIS (COMISSAO)	18/03/2026 09:23:15
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	VITORIA NASCIMENTO BACELAR#	ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)	18/03/2026 09:32:07
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA#	ASSESSOR TECNICO NIVEL II CDS 04 (COMISSAO)	18/03/2026 09:55:08
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	JANECI GONCALVES DA SILVA#	AGENTE DE SERV ESCOLAR N II - GRUPO - 59	18/03/2026 10:03:00
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	LAURA BEZERRA DA SILVA	COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS	18/03/2026 10:40:01
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA	ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)	18/03/2026 10:47:19
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO



GISELE JASSET DE MENDONCA#

SEMGOV - Administrativo

18/03/2026 13:24:17

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



Roque Risel Silva da Cunha

CONTADOR N II - GRUPO - 38

19/03/2026 08:08:47

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS

Diretor Administrativo - AMR

20/03/2026 09:35:30

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3848705 e o CRC 3EF74165.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Matriz de Gerenciamento de Riscos 57/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
57/2026	LAURA BEZERRA DA SILVA	03/03/2026 10:39
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Dimensionamento inadequado do quantitativo de vagas	Levantamento impreciso ou ausência de consolidação formal das demandas das Secretarias Municipais.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Superdimensionamento com impacto orçamentário desnecessário;					
2	Subdimensionamento, comprometendo o atendimento das necessidades administrativas;					
3	Necessidade de futura alteração contratual.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar levantamento formal e documentado por Secretaria; Utilizar dados históricos e projeções justificadas; Responsáveis: TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, JANEI GONCALVES DA SILVA, VITORIA NASCIMENTO BACELAR, THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, ROQUE RISEL SILVA DA CUNHA, KATHERINE LESLIE AYRES MOURA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA, BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA, IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS, EUMARA DE SOUZA ALVES, LAURA BEZERRA DA SILVA, GISELE JASSET DE MENDONCA					
Ações de Contingência						
C-01	Ajustes na fase interna mediante justificativa técnica; Redimensionamento na primeira oportunidade contratual permitida. Responsáveis: TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, JANEI GONCALVES DA SILVA, VITORIA NASCIMENTO BACELAR, THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, ROQUE RISEL SILVA DA CUNHA, KATHERINE LESLIE AYRES MOURA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA, IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS, EUMARA DE SOUZA					



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Estimativa de custos inadequada	Pesquisa de preços insuficiente, utilização de fontes não compatíveis ou ausência de memória de cálculo detalhada.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Sobrep preço; Risco de contratação antieconômica; Questionamentos pelos órgãos de controle.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar pesquisa de preços com múltiplas fontes; Utilizar contratos similares como parâmetro;	Responsáveis: ADENILSON FERREIRA DA SILVA, JOAO PEDRO LONGO DE JESUS				
Ações de Contingência						
C-01	Revisão da estimativa antes da fase externa; Atualização da pesquisa de preços se houver lapso temporal relevante.	Responsáveis: ADENILSON FERREIRA DA SILVA, JOAO PEDRO LONGO DE JESUS				

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Fragilidade na definição das responsabilidades internas	Ausência de designação prévia de gestor e fiscais.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Dificuldade de acompanhamento posterior; Risco de falhas na execução contratual.					
Ações Preventivas						
P-01	Indicação formal de gestor e fiscais ainda na fase de planejamento; Definição clara de atribuições internas.					
Responsáveis: TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, JANEI GONCALVES DA SILVA, VITORIA NASCIMENTO BACELAR, THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, ROQUE RISEL SILVA DA CUNHA, KATHERINE LESLIE AYRES MOURA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA, BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA, IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS, EUMARA DE SOUZA ALVES, LAURA BEZERRA DA SILVA, GISELE JASSET DE MENDONCA						
Ações de Contingência						
C-01	Designação imediata antes da assinatura contratual;					
Responsáveis: TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, JANEI GONCALVES DA SILVA, VITORIA NASCIMENTO BACELAR, THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, ROQUE RISEL SILVA DA CUNHA, KATHERINE LESLIE AYRES MOURA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA, BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA, IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS, EUMARA DE SOUZA ALVES, LAURA BEZERRA DA SILVA, GISELE JASSET DE MENDONCA						

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.



5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO

Diretor de serviços Públicos - SEMOSP

ADENILSON FERREIRA DA SILVA

AUXILIAR DE LICITACOES - SML

JOAO PEDRO LONGO DE JESUS

AUXILIAR DE LICITACOES - SML

JANECI GONCALVES DA SILVA

AGENTE DE SERV ESCOLAR - SEMAIC

VITORIA NASCIMENTO BACELAR

Assessor Especial - SEMPOG

THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO

GERENTE ADMINISTRATIVO - SEMFAZ

FILIFE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA

Assessor Técnico - SEMTEC

ROQUE RISEL SILVA DA CUNHA

CONTADOR - IPEMA



KATHERINE LESLIE AYRES MOURA

AGENTE ADMINISTRATIVO - SEMSAU

EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK

Gerente SUAS - SEMDES

SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA

Auxiliar de serviço - SEMDES

BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA

Assessor especial - SEMA

IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS

Diretor Administrativo - AMR

EUMARA DE SOUZA ALVES

Assessora especial - PGM

LAURA BEZERRA DA SILVA

Coordenadora de artefatos digitais - SML

GISELE JASSET DE MENDONCA

Agente Administrativo - SEMGOV







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Matriz de Gerenciamento de Riscos	Nº 57/2026	13/03/2026

ID: 3848726	Processo	Documento
CRC: C922527D		
Processo: 8-590/2026		
Usuário: LAURA BEZERRA DA SILVA		
Criação: 13/03/2026 08:09:50	Finalização: 18/03/2026 09:22:35	

MD5: 6BF826687FE96C44D75F8EB2C8374282
SHA256: 21AAD2E7E6582EF3C8D898D86B2613196B4136C1934E9A845B75E874F093D200

Súmula/Objeto:

Matriz de Riscos Nº 57/2026

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	13/03/2026 08:09:50
---	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO (193)	13/03/2026 08:09:50
-------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 LAURA BEZERRA DA SILVA	COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS	18/03/2026 09:22:57
---	------------------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 SHIRLEY SIQUEIRA DA ROCHA	SERVICOS GERAIS (COMISSAO)	18/03/2026 09:23:39
--	----------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 THIAGO RODRIGUES NEPOMUCENO	Gerente Administrativo CDS-04	18/03/2026 09:25:24
--	-------------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 KATHERINE LESLIE AYRES MOURA	Diretora de Processo de Compras da Saúde	18/03/2026 09:26:36
---	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO#	DIRETOR DE SERVICOS PUBLICOS (COMISSAO)	18/03/2026 09:30:29
---	---	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 VITORIA NASCIMENTO BACELAR#	ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)	18/03/2026 09:32:08
--	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 JOAO PEDRO LONGO DE JESUS	GERENTE DE COTAÇÃO	18/03/2026 09:47:49
--	--------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA#	ASSESSOR TECNICO NIVEL II CDS 04 (COMISSAO)	18/03/2026 09:55:47
--	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 JANEI GONCALVES DA SILVA#	AGENTE DE SERV ESCOLAR N II - GRUPO - 59	18/03/2026 10:03:01
--	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	18/03/2026 10:03:37
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO



ADENILSON FERREIRA DA SILVA

AUXILIAR DE LICITACOES

18/03/2026 10:43:53

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



BEATRIZ JUVENCIO PEREIRA

ASSESSOR ESPECIAL VI CDS 01 (COMISSAO)

18/03/2026 10:47:26

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



EUMARA DE SOUZA ALVES#

Assessora especial IV

18/03/2026 13:08:42

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



GISELE JASSET DE MENDONCA#

SEMGOV - Administrativo

18/03/2026 13:25:12

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



Roque Risel Silva da Cunha

CONTADOR N II - GRUPO - 38

19/03/2026 08:09:14

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



IGOR EDUARDO BORGES DOS SANTOS

Diretor Administrativo - AMR

20/03/2026 09:35:30

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3848726 e o CRC C922527D.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
SML - COMISSÃO DE CATÁLOGO ELETRÔNICO

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO POR SECRETARIA

Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PGM	SEMPAZ	SEMPOG	SEMA	SEMOSP	SEMAIC	SEMTEC	SEMDES	SEMSAU	SEMED	AMR	SML	IPEMA	SEMPAZ	TOTAL
1	SERV	TAXA DE OPERACIONALIZAÇÃO: ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, PROFISSIONALIZANTE E ENSINO MÉDIO Taxa de operacionalização: Estagiários de nível superior, profissionalizante e ensino médio, com carga horária de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008, distribuídas de segunda a sexta-feira, com até 06 (seis) horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a demanda da Administração Pública Municipal.	120	300	420	60	48	48	132	720	960	1800	36	120	60	24	4848





Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Quadro de Distribuição	Por Secretaria	13/03/2026

ID: **3848752**

CRC: **07D4AAD9**

Processo: **8-590/2026**

Usuário: **LAURA BEZERRA DA SILVA**

Criação: **13/03/2026 08:14:15** Finalização: **18/03/2026 10:25:21**

Processo



Documento



MD5: **418C3AF9C611A844F89A18C771B72FCA**

SHA256: **DE05ACA231E20F96BE11BCA2296B7034D4629DBEBC596901E7B72BBC10962985**

Súmula/Objeto:

Quadro de Distribuição Por Secretaria

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	13/03/2026 08:14:15
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO (193)	13/03/2026 08:14:15
-------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3848752 e o CRC 07D4AAD9.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA
..... DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO, O (A)
ESTUDANTE, A INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....,
PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.

A Prefeitura Municipal de Ariquemes, inscrita no CNPJ sob o nº 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional, município de Ariquemes/RO, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pela Secretaria Municipal de , através do Secretárioportador(a) da cédula de identidade nº , inscrito(a) no CPF sob o nº, o(a) Estudante, regularmente matriculado(a) no Curso de sob o nº(matrícula), período, portador(a) da cédula de identidade nº, expedida pelo....., e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº, residente doravante denominado(a) **ESTAGIÁRIO(A)**, a Instituição de Ensino, com sede na(endereço completo)....., município, Estado, inscrita no CNPJ sob o nº doravante denominada **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, atuando como interveniente, neste ato representada pelo(a), resolvem celebrar este **TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO**, que se regerá pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008, publicada no D.O.U nº 187 de 26/09/2008 e pelas disposições contidas no Edital do Pregão nº e seus anexos, convencionando as cláusulas a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este instrumento tem por objetivo formalizar as condições para a operacionalização de estágio não obrigatório de estudantes e particularizar a relação jurídica especial existente entre o Estudante, a Concedente e a Instituição de Ensino, que deverá estar de acordo com o projeto pedagógico do curso, entendido o ESTÁGIO como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estagiários, caracterizando a não vinculação empregatícia, nos termos estabelecidos pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e pelas disposições contidas no Edital do Pregão nºxx e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E CARGA HORÁRIA

O estágio acontecerá no período de / / a / / , contados a partir da assinatura do presente instrumento, devendo o ESTAGIÁRIO desempenhar suas atividades em um período de horas diárias e horas semanais, não podendo prejudicar suas atividades curriculares e nem ultrapassar, 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

CLÁUSULA - TERCEIRA

Nos termos do Art. 11 da Lei nº 11.788/08, a duração do estágio não obrigatório, na mesma parte concedente, não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de ESTAGIÁRIO(A) portador(a) de deficiência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Caberá à CONCEDENTE:

1. Proporcionar ao(a) ESTAGIÁRIO(A) atividades de aprendizado social, profissional e cultural, compatíveis com o seu curso;
2. Proporcionar ao(a) ESTAGIÁRIO(A) condições de treinamento prático e de relacionamento humano;
3. Proporcionar, sempre que necessário, subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão e avaliação do(a) ESTAGIÁRIO(A); e
4. Efetuar mensalmente o repasse correspondente ao valor da bolsa estágio no importe de R\$.xxxxxx acrescido da taxa de administração mensal, no valor de R\$.xxxxxx para o AGENTE DE INTEGRAÇÃO
5. Realizar o pagamento ao(à) estagiário(a), de acordo com as condições estipuladas no edital.

CLÁUSULA - QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Caberá ao(à) ESTAGIÁRIO(A):

1. Cumprir os requisitos mínimos para ingresso no quadro de estagiários da CONCEDENTE apresentando toda a documentação necessária, a ser apresentada ao Agente de Integração;
2. Desempenhar satisfatoriamente e com todo interesse a programação estabelecida pelo Supervisor para o ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO;
3. Cumprir o estipulado no Programa de Estágio da CONCEDENTE, bem como as demais normas e regulamentos que lhe forem informados, respondendo por perdas e danos pela sua inobservância; e
4. Elaborar e entregar relatório de ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO a CONCEDENTE ou ao AGENTE de INTEGRAÇÃO, sempre que estes o exigirem.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Caberá à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

- a) Fornecer ao AGENTE DE INTEGRAÇÃO, quando solicitado, relação de alunos por Curso que mantém, bem como informações e requisitos mínimos para a realização dos Estágios de Estudantes de seu corpo discente;
- b) Propiciar condições que facilitem e agilizem a inclusão de seus estudantes no cadastro do AGENTE DE INTEGRAÇÃO de candidatos à estágio;
- c) Divulgar junto a seus estudantes, quando for o caso, as oportunidades de estágio captadas pelo AGENTE DE INTEGRAÇÃO;
- d) Assinar como interveniente, os termos de compromissos de estágios que vieram a ser celebrados entre seus estudantes e as unidades concedentes de estágios conveniadas com o AGENTE DE INTEGRAÇÃO;
- e) Confirmar a situação escolar dos estagiários, alunos da Instituição de Ensino, quando solicitado;
- f) Supervisionar e avaliar o desenvolvimento do estágio de seus estudantes, através de relatórios e/ou contato por intermédio do AGENTE DE INTEGRAÇÃO.
- g) Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- h) Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- i) Exigir do AGENTE DE INTEGRAÇÃO a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades do(a) estagiário(a);
- j) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o(a) estagiário(a) para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- k) Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- l) Comunicar ao AGENTE DE INTEGRAÇÃO, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO SEGURO

Na vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, o(a) ESTAGIÁRIO(A) estará incluído(a) na cobertura do SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS, em conformidade com o Inciso IV, Art. 9º da Lei Nº 11.788/08, pela Apólice nº.....da Companhia de Seguros

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com as partes envolvidas, conforme reza o art. 3º, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA NONA - DA INEXISTÊNCIA DE ÔNUS

As ações do AGENTE DE INTEGRAÇÃO da Cláusula Sétima, não implicarão em quaisquer ônus para a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nem para seus alunos que vieram a beneficiar-se de tais ações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

De comum acordo, as partes elegem o foro da Comarca de Ariquemes - RO renunciando desde logo, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questão que se originar deste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO e que não possa ser resolvido amigavelmente. E, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres deste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, as partes assinam em 04 (quatro) vias de igual teor.

Ariquemes - RO, de de 202*.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO
(carimbo e assinatura)

UNIDADE CONCEDENTE
(carimbo e assinatura)

ESTAGIÁRIO
(nome, CPF, assinatura)

RESPONSÁVEL (quando menor de 18anos)
(nome, CPF, assinatura)

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS**, em 18/03/2026 às 10:40, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3848869** e o código verificador **D59BC9C7**.

Referência: [Processo nº 8-590/2026](#).

Docto ID: 3848869 v1



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

[Texto compilado](#)

~~Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).~~

[Mensagem de veto](#)

[Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\).](#)
[\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

[Vigência](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

~~II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional;~~

~~II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2010\)](#)

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§ 2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

~~b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;~~

~~b) acadêmicos; (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

III - realizado para fins exclusivos de:

a) segurança pública;

b) defesa nacional;

c) segurança do Estado; ou

d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou

IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

§ 1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.

~~§ 2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III do caput deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no § 4º deste artigo.~~

~~§ 2º O tratamento dos dados a que se refere o inciso III do caput por pessoa jurídica de direito privado só será admitido em procedimentos sob a tutela de pessoa jurídica de direito público, hipótese na qual será observada a limitação de que trata o § 3º. (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

§ 2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III do caput deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no § 4º deste artigo.

~~§ 3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III do caput deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.~~

~~§ 3º Os dados pessoais constantes de bancos de dados constituídos para os fins de que trata o inciso III do caput não poderão ser tratados em sua totalidade por pessoas jurídicas de direito privado, não incluídas as controladas pelo Poder Público. (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

§ 3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III do caput deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.

~~§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado. (Revogado pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;



VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

~~VIII - encarregado: pessoa natural, indicada pelo controlador, que atua como canal de comunicação entre o controlador e os titulares e a autoridade nacional;~~

~~VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2019)~~

~~VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência~~

~~VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD; (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.317, de 2025)~~

VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD); (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

XV - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

~~XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;~~

~~XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2019)~~

XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

~~XIX - autoridade nacional: órgão da administração pública indireta responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei;~~

~~XIX - autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2019)~~

~~XIX - autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência~~



~~XIX - autoridade nacional: entidade da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.317, de 2025)~~

XIX - autoridade nacional: entidade da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. [\(Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026\)](#)

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO II DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Seção I Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da [Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 \(Lei de Arbitragem\)](#);

VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

~~VIII - para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias;~~

VIII - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

~~§ 1º Nos casos de aplicação do disposto nos incisos II e III do caput deste artigo e excetuadas as hipóteses previstas no art. 4º desta Lei, o titular será informado das hipóteses em que será admitido o tratamento de seus dados. (Revogado pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

~~§ 2º A forma de disponibilização das informações previstas no § 1º e no inciso I do caput do art. 23 desta Lei poderá ser especificada pela autoridade nacional. (Revogado pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

§ 2º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

§ 3º O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

§ 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no caput deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei.

§ 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei.

§ 6º A eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.

§ 7º O tratamento posterior dos dados pessoais a que se referem os §§ 3º e 4º deste artigo poderá ser realizado para novas finalidades, desde que observados os propósitos legítimos e específicos para o novo tratamento e a preservação dos direitos do titular, assim como os fundamentos e os princípios previstos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.

§ 1º Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.

§ 2º Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei.

§ 3º É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

§ 4º O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.

§ 5º O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação, nos termos do inciso VI do caput do art. 18 desta Lei.

§ 6º Em caso de alteração de informação referida nos incisos I, II, III ou V do art. 9º desta Lei, o controlador deverá informar ao titular, com destaque de forma específica do teor das alterações, podendo o titular, nos casos em que o seu consentimento é exigido, revogá-lo caso discorde da alteração.

Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso:

I - finalidade específica do tratamento;

II - forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

III - identificação do controlador;

IV - informações de contato do controlador;

V - informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade;

VI - responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e

VII - direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 desta Lei.

§ 1º Na hipótese em que o consentimento é requerido, esse será considerado nulo caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca.

§ 2º Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.

§ 3º Quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço ou para o exercício de direito, o titular será informado com destaque sobre esse fato e sobre os meios pelos quais poderá exercer os direitos do titular elencados no art. 18 desta Lei.

Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a:

I - apoio e promoção de atividades do controlador; e

II - proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.

§ 1º Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.

§ 2º O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.

§ 3º A autoridade nacional poderá solicitar ao controlador relatório de impacto à proteção de dados pessoais, quando o tratamento tiver como fundamento seu interesse legítimo, observados os segredos comercial e industrial.

Seção II

Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da [Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 \(Lei de Arbitragem\)](#);

e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

~~f) tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias; ou~~

f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer tratamento de dados pessoais que revele dados pessoais sensíveis e que possa causar dano ao titular, ressalvado o disposto em legislação específica.

§ 2º Nos casos de aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso II do caput deste artigo pelos órgãos e pelas entidades públicas, será dada publicidade à referida dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei.

§ 3º A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do Poder Público, no âmbito de suas competências.

~~§ 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nos casos de portabilidade de dados quando consentido pelo titular.~~

~~§ 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nas hipóteses de:~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~I - portabilidade de dados quando consentido pelo titular; ou~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~II - necessidade de comunicação para a adequada prestação de serviços de saúde suplementar.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nas hipóteses relativas a prestação de serviços de saúde, de assistência farmacêutica e de assistência à saúde, desde que observado o § 5º deste artigo, incluídos os serviços auxiliares de diagnose e terapia, em benefício dos interesses dos titulares de dados, e para permitir: [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

I - a portabilidade de dados quando solicitada pelo titular; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

II - as transações financeiras e administrativas resultantes do uso e da prestação dos serviços de que trata este parágrafo. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

§ 5º É vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, assim como na contratação e exclusão de beneficiários. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

§ 1º A determinação do que seja razoável deve levar em consideração fatores objetivos, tais como custo e tempo necessários para reverter o processo de anonimização, de acordo com as tecnologias disponíveis, e a utilização exclusiva de meios próprios.

§ 2º Poderão ser igualmente considerados como dados pessoais, para os fins desta Lei, aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada.

§ 3º A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões e técnicas utilizados em processos de anonimização e realizar verificações acerca de sua segurança, ouvido o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.

§ 1º A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa de que trata o caput deste artigo em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais.

§ 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no caput deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro.

§ 3º O acesso aos dados de que trata este artigo será objeto de regulamentação por parte da autoridade nacional e das autoridades da área de saúde e sanitárias, no âmbito de suas competências.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, a pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

Seção III Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública a formação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos

a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Os controladores não deverão condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.

§ 5º O controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo foi dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

Seção IV

Do Término do Tratamento de Dados

Art. 15. O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;

II - fim do período de tratamento;

III - comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou

IV - determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS DO TITULAR

Art. 17. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

~~V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;~~

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; ([Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019](#)) [Vigência](#)

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

§ 1º O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

§ 2º O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento.

§ 4º Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência de que trata o § 3º deste artigo, o controlador enviará ao titular resposta em que poderá:

I - comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou

II - indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

§ 5º O requerimento referido no § 3º deste artigo será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

§ 6º O responsável deverá informar, de maneira imediata, aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento, exceto nos casos em que esta comunicação seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional. [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#). [Vigência](#)

§ 7º A portabilidade dos dados pessoais a que se refere o inciso V do caput deste artigo não inclui dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador.

§ 8º O direito a que se refere o § 1º deste artigo também poderá ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.

Art. 19. A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular:

I - em formato simplificado, imediatamente; ou

II - por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.

§ 1º Os dados pessoais serão armazenados em formato que favoreça o exercício do direito de acesso.

§ 2º As informações e os dados poderão ser fornecidos, a critério do titular:

I - por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim; ou

II - sob forma impressa.

§ 3º Quando o tratamento tiver origem no consentimento do titular ou em contrato, o titular poderá solicitar cópia eletrônica integral de seus dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial, nos termos de regulamentação da autoridade nacional, em formato que permita a sua utilização subsequente, inclusive em outras operações de tratamento.

§ 4º A autoridade nacional poderá dispor de forma diferenciada acerca dos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo para os setores específicos.

~~Art. 20. O titular dos dados tem direito a solicitar revisão, por pessoa natural, de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, inclusive de decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.~~

~~Art. 20. O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)



Art. 20. O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade. [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

§ 1º O controlador deverá fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.

§ 2º Em caso de não oferecimento de informações de que trata o § 1º deste artigo baseado na observância de segredo comercial e industrial, a autoridade nacional poderá realizar auditoria para verificação de aspectos discriminatórios em tratamento automatizado de dados pessoais.

§ 3º [\(VETADO\)](#). [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

Art. 21. Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.

Art. 22. A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.

CAPÍTULO IV DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

Seção I Das Regras

Art. 23. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do [art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 \(Lei de Acesso à Informação\)](#), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que:

I - sejam informadas as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos;

II - [\(VETADO\)](#); e

~~III - seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 39 desta Lei.~~

III - seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 39 desta Lei; e [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

IV - [\(VETADO\)](#). [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

§ 1º A autoridade nacional poderá dispor sobre as formas de publicidade das operações de tratamento.

§ 2º O disposto nesta Lei não dispensa as pessoas jurídicas mencionadas no caput deste artigo de instituir as autoridades de que trata a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 \(Lei de Acesso à Informação\)](#).

§ 3º Os prazos e procedimentos para exercício dos direitos do titular perante o Poder Público observarão o disposto em legislação específica, em especial as disposições constantes da [Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 \(Lei do Habeas Data\)](#), da [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 \(Lei Geral do Processo Administrativo\)](#), e da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 \(Lei de Acesso à Informação\)](#).

§ 4º Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas referidas no caput deste artigo, nos termos desta Lei.

§ 5º Os órgãos notariais e de registro devem fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública, tendo em vista as finalidades de que trata o caput deste artigo.

Art. 24. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no [art. 173 da Constituição Federal](#), terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público, nos termos deste Capítulo.

Art. 25. Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.

§ 1º É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

I - em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 \(Lei de Acesso à Informação\)](#);

II - (VETADO);

~~III - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições desta Lei.~~

~~III - se for indicado um encarregado para as operações de tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 39; (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

III - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições desta Lei.

~~IV - quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres; (Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

~~V - na hipótese de a transferência dos dados objetivar a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

IV - quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

V - na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

~~VI - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

§ 2º Os contratos e convênios de que trata o § 1º deste artigo deverão ser comunicados à autoridade nacional.

~~Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto:~~

~~Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa jurídica de direito privado dependerá de consentimento do titular, exceto: (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto:

I - nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas nesta Lei;

II - nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada publicidade nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei; ou

III - nas exceções constantes do § 1º do art. 26 desta Lei.

Parágrafo único. A informação à autoridade nacional de que trata o caput deste artigo será objeto de regulamentação. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

Art. 28. (VETADO).

~~Art. 29. A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, às entidades do Poder Público, a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informe específico sobre o âmbito e a natureza dos dados e demais detalhes do tratamento realizado e poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento desta Lei.~~

~~Art. 29. A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do Poder Público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, as informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado e poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

Art. 29. A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos



dados e outros detalhes do tratamento realizado e poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

Art. 30. A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares para as atividades de comunicação e de uso compartilhado de dados pessoais.

Seção II

Da Responsabilidade

Art. 31. Quando houver infração a esta Lei em decorrência do tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, a autoridade nacional poderá enviar informe com medidas cabíveis para fazer cessar a violação.

Art. 32. A autoridade nacional poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e sugerir a adoção de padrões e de boas práticas para os tratamentos de dados pessoais pelo Poder Público.

CAPÍTULO V

DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Art. 33. A transferência internacional de dados pessoais somente é permitida nos seguintes casos:

I - para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei;

II - quando o controlador oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos nesta Lei, na forma de:

- a) cláusulas contratuais específicas para determinada transferência;
- b) cláusulas-padrão contratuais;
- c) normas corporativas globais;
- d) selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos;

III - quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internacional;

IV - quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

V - quando a autoridade nacional autorizar a transferência;

VI - quando a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;

VII - quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público, sendo dada publicidade nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei;

VIII - quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades; ou

IX - quando necessário para atender as hipóteses previstas nos incisos II, V e VI do art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. Para os fins do inciso I deste artigo, as pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do [art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 \(Lei de Acesso à Informação\)](#), no âmbito de suas competências legais, e responsáveis, no âmbito de suas atividades, poderão requerer à autoridade nacional a avaliação do nível de proteção a dados pessoais conferido por país ou organismo internacional.

Art. 34. O nível de proteção de dados do país estrangeiro ou do organismo internacional mencionado no inciso I do caput do art. 33 desta Lei será avaliado pela autoridade nacional, que levará em consideração:

I - as normas gerais e setoriais da legislação em vigor no país de destino ou no organismo internacional;

II - a natureza dos dados;

III - a observância dos princípios gerais de proteção de dados pessoais e direitos dos titulares previstos nesta Lei;

IV - a adoção de medidas de segurança previstas em regulamento;

V - a existência de garantias judiciais e institucionais para o respeito aos direitos de proteção de dados pessoais; e

VI - outras circunstâncias específicas relativas à transferência.

Art. 35. A definição do conteúdo de cláusulas-padrão contratuais, bem como a verificação de cláusulas contratuais específicas para uma determinada transferência, normas corporativas globais ou selos, certificados e códigos de conduta, a que se refere o inciso II do caput do art. 33 desta Lei, será realizada pela autoridade nacional.

§ 1º Para a verificação do disposto no caput deste artigo, deverão ser considerados os requisitos, as condições e as garantias mínimas para a transferência que observem os direitos, as garantias e os princípios desta Lei.

§ 2º Na análise de cláusulas contratuais, de documentos ou de normas corporativas globais submetidas à aprovação da autoridade nacional, poderão ser requeridas informações suplementares ou realizadas diligências de verificação quanto às operações de tratamento, quando necessário.

§ 3º A autoridade nacional poderá designar organismos de certificação para a realização do previsto no caput deste artigo, que permanecerão sob sua fiscalização nos termos definidos em regulamento.

§ 4º Os atos realizados por organismo de certificação poderão ser revistos pela autoridade nacional e, caso em desconformidade com esta Lei, submetidos a revisão ou anulados.

§ 5º As garantias suficientes de observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular referidas no caput deste artigo serão também analisadas de acordo com as medidas técnicas e organizacionais adotadas pelo operador, de acordo com o previsto nos §§ 1º e 2º do art. 46 desta Lei.

Art. 36. As alterações nas garantias apresentadas como suficientes de observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular referidas no inciso II do art. 33 desta Lei deverão ser comunicadas à autoridade nacional.

CAPÍTULO VI DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Seção I Do Controlador e do Operador

Art. 37. O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Art. 38. A autoridade nacional poderá determinar ao controlador que elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, nos termos de regulamento, observados os segredos comercial e industrial.

Parágrafo único. Observado o disposto no caput deste artigo, o relatório deverá conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados.

Art. 39. O operador deverá realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

Art. 40. A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões de interoperabilidade para fins de portabilidade, livre acesso aos dados e segurança, assim como sobre o tempo de guarda dos registros, tendo em vista especialmente a necessidade e a transparência.

Seção II Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

Art. 41. O controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

§ 1º A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador.

§ 2º As atividades do encarregado consistem em:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

§ 3º A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados.

§ 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019). Vigência

Seção III

Da Responsabilidade e do Ressarcimento de Danos

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

§ 1º A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados:

I - o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei;

II - os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei.

§ 2º O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

§ 3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do caput deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.

§ 4º Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;

II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou

III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

Art. 44. O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo pelo qual é realizado;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - as técnicas de tratamento de dados pessoais disponíveis à época em que foi realizado.

Parágrafo único. Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador ou o operador que, ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 desta Lei, der causa ao dano.

Art. 45. As hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas na legislação pertinente.

CAPÍTULO VII

DA SEGURANÇA E DAS BOAS PRÁTICAS

Seção I

Da Segurança e do Sigilo de Dados

Art. 46. Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

§ 1º A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões técnicos mínimos para tornar aplicável o disposto no caput deste artigo, considerados a natureza das informações tratadas, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, especialmente no caso de dados pessoais sensíveis, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º desta Lei.

§ 2º As medidas de que trata o caput deste artigo deverão ser observadas desde a fase de concepção do produto ou do serviço até a sua execução.

Art. 47. Os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento obriga-se a garantir a segurança da informação prevista nesta Lei em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

Art. 48. O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

§ 1º A comunicação será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar, no mínimo:

I - a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

II - as informações sobre os titulares envolvidos;

III - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

IV - os riscos relacionados ao incidente;

V - os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

VI - as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

§ 2º A autoridade nacional verificará a gravidade do incidente e poderá, caso necessário para a salvaguarda dos direitos dos titulares, determinar ao controlador a adoção de providências, tais como:

I - ampla divulgação do fato em meios de comunicação; e

II - medidas para reverter ou mitigar os efeitos do incidente.

§ 3º No juízo de gravidade do incidente, será avaliada eventual comprovação de que foram adotadas medidas técnicas adequadas que tornem os dados pessoais afetados ininteligíveis, no âmbito e nos limites técnicos de seus serviços, para terceiros não autorizados a acessá-los.

Art. 49. Os sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais devem ser estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos nesta Lei e às demais normas regulamentares.

Seção II Das Boas Práticas e da Governança

Art. 50. Os controladores e operadores, no âmbito de suas competências, pelo tratamento de dados pessoais, individualmente ou por meio de associações, poderão formular regras de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

§ 1º Ao estabelecer regras de boas práticas, o controlador e o operador levarão em consideração, em relação ao tratamento e aos dados, a natureza, o escopo, a finalidade e a probabilidade e a gravidade dos riscos e dos benefícios decorrentes de tratamento de dados do titular.

§ 2º Na aplicação dos princípios indicados nos incisos VII e VIII do caput do art. 6º desta Lei, o controlador, observados a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados e a probabilidade e a gravidade dos danos para os titulares dos dados, poderá:

I - implementar programa de governança em privacidade que, no mínimo:

a) demonstre o comprometimento do controlador em adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;

b) seja aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob seu controle, independentemente do modo como se realizou sua coleta;

c) seja adaptado à estrutura, à escala e ao volume de suas operações, bem como à sensibilidade dos dados tratados;

d) estabeleça políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade;

e) tenha o objetivo de estabelecer relação de confiança com o titular, por meio de atuação transparente e que assegure mecanismos de participação do titular;

f) esteja integrado a sua estrutura geral de governança e estabeleça e aplique mecanismos de supervisão internos e externos;

g) conte com planos de resposta a incidentes e remediação; e

h) seja atualizado constantemente com base em informações obtidas a partir de monitoramento contínuo e avaliações periódicas;

II - demonstrar a efetividade de seu programa de governança em privacidade quando apropriado e, em especial, a pedido da autoridade nacional ou de outra entidade responsável por promover o cumprimento de boas práticas ou códigos de conduta, os quais, de forma independente, promovam o cumprimento desta Lei.

§ 3º As regras de boas práticas e de governança deverão ser publicadas e atualizadas periodicamente e poderão ser reconhecidas e divulgadas pela autoridade nacional.

Art. 51. A autoridade nacional estimulará a adoção de padrões técnicos que facilitem o controle pelos titulares dos seus dados pessoais.

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO

Seção I Das Sanções Administrativas

Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional: [\(Vigência\)](#).

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;

III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;

IV - publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;

V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;

VI - eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;

VII - (VETADO);

VIII - (VETADO);

IX - (VETADO).

X - ~~(VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)~~ [\(Promulgação partes vetadas\)](#)

XI - ~~(VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)~~ [\(Promulgação partes vetadas\)](#)

XII - ~~(VETADO); (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)~~ [\(Promulgação partes vetadas\)](#)

X - suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XI - suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

XII - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 1º As sanções serão aplicadas após procedimento administrativo que possibilite a oportunidade da ampla defesa, de forma gradativa, isolada ou cumulativa, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e considerados os seguintes parâmetros e critérios:

I - a gravidade e a natureza das infrações e dos direitos pessoais afetados;

II - a boa-fé do infrator;

III - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

IV - a condição econômica do infrator;

V - a reincidência;

VI - o grau do dano;

VII - a cooperação do infrator;

VIII - a adoção reiterada e demonstrada de mecanismos e procedimentos internos capazes de minimizar o dano, voltados ao tratamento seguro e adequado de dados, em consonância com o disposto no inciso II do § 2º do art. 48 desta Lei;

IX - a adoção de política de boas práticas e governança;

X - a pronta adoção de medidas corretivas; e

XI - a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

~~§ 2º O disposto neste artigo não substitui a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas em legislação específica.~~

§ 2º O disposto neste artigo não substitui a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e em legislação específica. [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

~~§ 3º O disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, VIII e IX do caput deste artigo poderá ser aplicado às entidades e aos órgãos públicos, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).~~

§ 3º O disposto nos incisos I, IV, V, VI, X, XI e XII do **caput** deste artigo poderá ser aplicado às entidades e aos órgãos públicos, sem prejuízo do disposto na [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), na [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), e na [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#). [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 4º No cálculo do valor da multa de que trata o inciso II do caput deste artigo, a autoridade nacional poderá considerar o faturamento total da empresa ou grupo de empresas, quando não dispuser do valor do faturamento no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, definido pela autoridade nacional, ou quando o valor for apresentado de forma incompleta ou não for demonstrado de forma inequívoca e idônea.

§ 5º O produto da arrecadação das multas aplicadas pela ANPD, inscritas ou não em dívida ativa, será destinado ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos de que tratam o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

~~§ 6º (VETADO). [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [\(Promulgação partes vetadas\)](#)~~

§ 6º As sanções previstas nos incisos X, XI e XII do **caput** deste artigo serão aplicadas: [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

I - somente após já ter sido imposta ao menos 1 (uma) das sanções de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI do **caput** deste artigo para o mesmo caso concreto; e [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

II - em caso de controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias, ouvidos esses órgãos. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 7º Os vazamentos individuais ou os acessos não autorizados de que trata o caput do art. 46 desta Lei poderão ser objeto de conciliação direta entre controlador e titular e, caso não haja acordo, o controlador estará sujeito à aplicação das penalidades de que trata este artigo. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

Art. 53. A autoridade nacional definirá, por meio de regulamento próprio sobre sanções administrativas a infrações a esta Lei, que deverá ser objeto de consulta pública, as metodologias que orientarão o cálculo do valor-base das sanções de multa. [\(Vigência\)](#)

§ 1º As metodologias a que se refere o caput deste artigo devem ser previamente publicadas, para ciência dos agentes de tratamento, e devem apresentar objetivamente as formas e dosimetrias para o cálculo do valor-base das sanções de multa, que deverão conter fundamentação detalhada de todos os seus elementos, demonstrando a observância dos critérios previstos nesta Lei.

§ 2º O regulamento de sanções e metodologias correspondentes deve estabelecer as circunstâncias e as condições para a adoção de multa simples ou diária.

Art. 54. O valor da sanção de multa diária aplicável às infrações a esta Lei deve observar a gravidade da falta e a extensão do dano ou prejuízo causado e ser fundamentado pela autoridade nacional.

Parágrafo único. A intimação da sanção de multa diária deverá conter, no mínimo, a descrição da obrigação imposta, o prazo razoável e estipulado pelo órgão para o seu cumprimento e o valor da multa diária a ser aplicada pelo seu descumprimento. [\(Vigência\)](#)

CAPÍTULO IX
DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD) E DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE
Seção I
Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

CAPÍTULO IX
[\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.317, de 2025\)](#)

DA AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE
Seção I
Da Agência Nacional de Proteção de Dados

CAPÍTULO IX
[\(Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026\)](#)

DA AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE'

Seção I

Da Agência Nacional de Proteção de Dados

Art. 55. (VETADO).

Art. 55-A. Fica criada, sem aumento de despesa, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, órgão da administração pública federal, integrante da Presidência da República. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-B. É assegurada autonomia técnica à ANPD. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-C. ANPD é composta por: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

I - Conselho Diretor, órgão máximo de direção; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

II - Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

III - Corregedoria; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

IV - Ouvidoria; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

V - órgão de assessoramento jurídico próprio; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

VI - unidades administrativas e unidades especializadas necessárias à aplicação do disposto nesta Lei." [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-D. O Conselho Diretor da ANPD será composto por cinco diretores, incluído o Diretor-Presidente. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 1º Os membros do Conselho Diretor da ANPD serão nomeados pelo Presidente da República e ocuparão cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS de nível 5. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 2º Os membros do Conselho Diretor serão escolhidos dentre brasileiros, de reputação ilibada, com nível superior de educação e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Diretor será de quatro anos. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 4º Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Diretor nomeados serão de dois, de três, de quatro, de cinco e de seis anos, conforme estabelecido no ato de nomeação. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 5º Na hipótese de vacância do cargo no curso do mandato de membro do Conselho Diretor, o prazo remanescente será completado pelo sucessor. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-E. Os membros do Conselho Diretor somente perderão seus cargos em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 1º Nos termos do **caput**, cabe ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República instaurar o processo administrativo disciplinar, que será conduzido por comissão especial constituída por servidores públicos federais estáveis. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 2º Compete ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, caso necessário, e proferir o julgamento. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-F. Aplica-se aos membros do Conselho Diretor, após o exercício do cargo, o disposto no art. 6º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Parágrafo único. A infração ao disposto no **caput** caracteriza ato de improbidade administrativa. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-G. Ato do Presidente da República disporá sobre a estrutura regimental da ANPD. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Parágrafo único. Até a data de entrada em vigor de sua estrutura regimental, a ANPD receberá o apoio técnico e administrativo da Casa Civil da Presidência da República para o exercício de suas atividades. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-H. Os cargos em comissão e as funções de confiança da ANPD serão remanejados de outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-I. Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD serão indicados pelo Conselho Diretor e nomeados ou designados pelo Diretor-Presidente. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 55-J. Compete à ANPD: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

I - zelar pela proteção dos dados pessoais; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

II - editar normas e procedimentos sobre a proteção de dados pessoais; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

III - deliberar, na esfera administrativa, sobre a interpretação desta Lei, suas competências e os casos omissos; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

IV - requisitar informações, a qualquer momento, aos controladores e operadores de dados pessoais que realizem operações de tratamento de dados pessoais; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

V - implementar mecanismos simplificados, inclusive por meio eletrônico, para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados pessoais em desconformidade com esta Lei; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

VI - fiscalizar e aplicar sanções na hipótese de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

VII - comunicar às autoridades competentes as infrações penais das quais tiver conhecimento; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

VIII - comunicar aos órgãos de controle interno o descumprimento do disposto nesta Lei praticado por órgãos e entidades da administração pública federal; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

IX - difundir na sociedade o conhecimento sobre as normas e as políticas públicas de proteção de dados pessoais e sobre as medidas de segurança; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

X - estimular a adoção de padrões para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle e proteção dos titulares sobre seus dados pessoais, consideradas as especificidades das atividades e o porte dos controladores; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

XI - elaborar estudos sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

XII - promover ações de cooperação com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transnacional; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

XIII - realizar consultas públicas para colher sugestões sobre temas de relevante interesse público na área de atuação da ANPD; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

XIV - realizar, previamente à edição de resoluções, a oitiva de entidades ou órgãos da administração pública que sejam responsáveis pela regulação de setores específicos da atividade econômica; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

XV - articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

XVI - elaborar relatórios de gestão anuais acerca de suas atividades. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 1º A ANPD, na edição de suas normas, deverá observar a exigência de mínima intervenção, assegurados os fundamentos e os princípios previstos nesta Lei e o disposto no art. 170 da Constituição. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 2º A ANPD e os órgãos e entidades públicos responsáveis pela regulação de setores específicos da atividade econômica e governamental devem coordenar suas atividades, nas correspondentes esferas de atuação, com vistas a assegurar o cumprimento de suas atribuições com a maior eficiência e promover o adequado funcionamento dos setores regulados, conforme legislação específica, e o tratamento de dados pessoais, na forma desta Lei. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 3º A ANPD manterá fórum permanente de comunicação, inclusive por meio de cooperação técnica, com órgãos e entidades da administração pública que sejam responsáveis pela regulação de setores específicos da atividade econômica e governamental, a fim de facilitar as competências regulatória, fiscalizatória e punitiva da ANPD. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

§ 4º No exercício das competências de que trata o **caput**, a autoridade competente deverá zelar pela preservação do segredo empresarial e do sigilo das informações, nos termos da lei, sob pena de responsabilidade. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)



~~§ 5º As reclamações colhidas conforme o disposto no inciso V do caput poderão ser analisadas de forma agregada e as eventuais providências delas decorrentes poderão ser adotadas de forma padronizada. (Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

~~Art. 55-K. A aplicação das sanções previstas nesta Lei compete exclusivamente à ANPD, cujas demais competências prevalecerão, no que se refere à proteção de dados pessoais, sobre as competências correlatas de outras entidades ou órgãos da administração pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

~~Parágrafo único. A ANPD articulará sua atuação com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e com outros órgãos e entidades com competências sancionatórias e normativas afetas ao tema de proteção de dados pessoais, e será o órgão central de interpretação desta Lei e do estabelecimento de normas e diretrizes para a sua implementação. (Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

~~Art. 55-A. Fica criada, sem aumento de despesa, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão da administração pública federal, integrante da Presidência da República. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)~~

~~§ 1º A natureza jurídica da ANPD é transitória e poderá ser transformada pelo Poder Executivo em entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada à Presidência da República. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) (Revogado pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022) (Revogado pela Lei nº 14.460, de 2022)~~

~~§ 2º A avaliação quanto à transformação de que dispõe o § 1º deste artigo deverá ocorrer em até 2 (dois) anos da data da entrada em vigor da estrutura regimental da ANPD. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) (Revogado pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022) (Revogado pela Lei nº 14.460, de 2022)~~

~~§ 3º O provimento dos cargos e das funções necessários à criação e à atuação da ANPD está condicionado à expressa autorização física e financeira na lei orçamentária anual e à permissão na lei de diretrizes orçamentárias. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) (Revogado pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022) (Revogado pela Lei nº 14.460, de 2022)~~

~~Art. 55-A. Fica criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022)~~

~~Art. 55-A. Fica criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 14.460, de 2022)~~

~~Art. 55-A. Fica criada a Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, autarquia de natureza especial vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, dotada de autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal, nos termos do disposto na Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.317, de 2025)~~

~~Art. 55-A. Fica criada a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, dotada de autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal, nos termos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. (Redação dada pela Lei nº 15.452, de 2026)~~

~~Art. 55-B. É assegurada autonomia técnica e decisória à ANPD. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) (Revogado pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022) (Revogado pela Lei nº 14.460, de 2022)~~

Art. 55-C. A ANPD é composta de: (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

I - Conselho Diretor, órgão máximo de direção; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

II - Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

III - Corregedoria; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

IV - Ouvidoria; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

V – órgão de assessoramento jurídico próprio; e (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

V – Procuradoria; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022)

V - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.460, de 2022)

V-A – Procuradoria; e (Incluído pela Lei nº 14.460, de 2022)

V-A – Procuradoria; (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.317, de 2025)

V-A -Procuradoria; (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

V-B – Auditoria; e (Incluído pela Medida Provisória nº 1.317, de 2025)

V-B - Auditoria; e (Incluído pela Lei nº 15.352, de 2026)

~~VI – unidades administrativas e unidades especializadas necessárias à aplicação do disposto nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)~~

~~VI - unidades administrativas e unidades especializadas. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.317, de 2025).~~

VI - unidades administrativas e unidades especializadas. (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

Art. 55-D. O Conselho Diretor da ANPD será composto de 5 (cinco) diretores, incluído o Diretor-Presidente. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 1º Os membros do Conselho Diretor da ANPD serão escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea 'f' do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, e ocuparão cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no mínimo, de nível 5. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 2º Os membros do Conselho Diretor serão escolhidos dentre brasileiros que tenham reputação ilibada, nível superior de educação e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Diretor será de 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 4º Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Diretor nomeados serão de 2 (dois), de 3 (três), de 4 (quatro), de 5 (cinco) e de 6 (seis) anos, conforme estabelecido no ato de nomeação. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 5º Na hipótese de vacância do cargo no curso do mandato de membro do Conselho Diretor, o prazo remanescente será completado pelo sucessor. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Art. 55-E. Os membros do Conselho Diretor somente perderão seus cargos em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 1º Nos termos do caput deste artigo, cabe ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República instaurar o processo administrativo disciplinar, que será conduzido por comissão especial constituída por servidores públicos federais estáveis. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 2º Compete ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, somente quando assim recomendado pela comissão especial de que trata o § 1º deste artigo, e proferir o julgamento. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Art. 55-F. Aplica-se aos membros do Conselho Diretor, após o exercício do cargo, o disposto no art. 6º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Parágrafo único. A infração ao disposto no caput deste artigo caracteriza ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Art. 55-G. Ato do Presidente da República disporá sobre a estrutura regimental da ANPD. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 1º Até a data de entrada em vigor de sua estrutura regimental, a ANPD receberá o apoio técnico e administrativo da Casa Civil da Presidência da República para o exercício de suas atividades. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 2º O Conselho Diretor disporá sobre o regimento interno da ANPD. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Art. 55-H. Os cargos em comissão e as funções de confiança da ANPD serão remanejados de outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Art. 55-I. Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD serão indicados pelo Conselho Diretor e nomeados ou designados pelo Diretor-Presidente. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Art. 55-J. Compete à ANPD: (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

I - zelar pela proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

II - zelar pela observância dos segredos comercial e industrial, observada a proteção de dados pessoais e do sigilo das informações quando protegido por lei ou quando a quebra do sigilo violar os fundamentos do art. 2º desta Lei; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

III - elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

IV - fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

V - apreciar petições de titular contra controlador após comprovada pelo titular a apresentação de reclamação ao controlador não solucionada no prazo estabelecido em regulamentação; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

VI - promover na população o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e das medidas de segurança; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

VII - promover e elaborar estudos sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

VIII - estimular a adoção de padrões para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados pessoais, os quais deverão levar em consideração as especificidades das atividades e o porte dos responsáveis; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

IX - promover ações de cooperação com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transnacional; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

X - dispor sobre as formas de publicidade das operações de tratamento de dados pessoais, respeitados os segredos comercial e industrial; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XI - solicitar, a qualquer momento, às entidades do poder público que realizem operações de tratamento de dados pessoais informe específico sobre o âmbito, a natureza dos dados e os demais detalhes do tratamento realizado, com a possibilidade de emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento desta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XII - elaborar relatórios de gestão anuais acerca de suas atividades; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XIII - editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos nesta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XIV - ouvir os agentes de tratamento e a sociedade em matérias de interesse relevante e prestar contas sobre suas atividades e planejamento; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XV - arrecadar e aplicar suas receitas e publicar, no relatório de gestão a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, o detalhamento de suas receitas e despesas; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XVI - realizar auditorias, ou determinar sua realização, no âmbito da atividade de fiscalização de que trata o inciso IV e com a devida observância do disposto no inciso II do caput deste artigo, sobre o tratamento de dados pessoais efetuado pelos agentes de tratamento, incluído o poder público; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XVII - celebrar, a qualquer momento, compromisso com agentes de tratamento para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa no âmbito de processos administrativos, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XVIII - editar normas, orientações e procedimentos simplificados e diferenciados, inclusive quanto aos prazos, para que microempresas e empresas de pequeno porte, bem como iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem startups ou empresas de inovação, possam adequar-se a esta Lei; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XIX - garantir que o tratamento de dados de idosos seja efetuado de maneira simples, clara, acessível e adequada ao seu entendimento, nos termos desta Lei e da [Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 \(Estatuto do Idoso\)](#); [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XX - deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação desta Lei, as suas competências e os casos omissos; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XXI - comunicar às autoridades competentes as infrações penais das quais tiver conhecimento; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XXII - comunicar aos órgãos de controle interno o descumprimento do disposto nesta Lei por órgãos e entidades da administração pública federal; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

XXIII - articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação; e [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#).

[de 2019\)](#)

XXIV - implementar mecanismos simplificados, inclusive por meio eletrônico, para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados pessoais em desconformidade com esta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 1º Ao impor condicionantes administrativas ao tratamento de dados pessoais por agente de tratamento privado, sejam eles limites, encargos ou sujeições, a ANPD deve observar a exigência de mínima intervenção, assegurados os fundamentos, os princípios e os direitos dos titulares previstos no [art. 170 da Constituição Federal](#) e nesta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 2º Os regulamentos e as normas editados pela ANPD devem ser precedidos de consulta e audiência públicas, bem como de análises de impacto regulatório. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 3º A ANPD e os órgãos e entidades públicos responsáveis pela regulação de setores específicos da atividade econômica e governamental devem coordenar suas atividades, nas correspondentes esferas de atuação, com vistas a assegurar o cumprimento de suas atribuições com a maior eficiência e promover o adequado funcionamento dos setores regulados, conforme legislação específica, e o tratamento de dados pessoais, na forma desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 4º A ANPD manterá fórum permanente de comunicação, inclusive por meio de cooperação técnica, com órgãos e entidades da administração pública responsáveis pela regulação de setores específicos da atividade econômica e governamental, a fim de facilitar as competências regulatória, fiscalizatória e punitiva da ANPD. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 5º No exercício das competências de que trata o caput deste artigo, a autoridade competente deverá zelar pela preservação do segredo empresarial e do sigilo das informações, nos termos da lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

§ 6º As reclamações colhidas conforme o disposto no inciso V do caput deste artigo poderão ser analisadas de forma agregada, e as eventuais providências delas decorrentes poderão ser adotadas de forma padronizada. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

Art. 55-K. A aplicação das sanções previstas nesta Lei compete exclusivamente à ANPD, e suas competências prevalecerão, no que se refere à proteção de dados pessoais, sobre as competências correlatas de outras entidades ou órgãos da administração pública. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

Parágrafo único. A ANPD articulará sua atuação com outros órgãos e entidades com competências sancionatórias e normativas afetas ao tema de proteção de dados pessoais e será o órgão central de interpretação desta Lei e do estabelecimento de normas e diretrizes para a sua implementação. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

Art. 55-L. Constituem receitas da ANPD: [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

I - as dotações, consignadas no orçamento geral da União, os créditos especiais, os créditos adicionais, as transferências e os repasses que lhe forem conferidos; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

II - as doações, os legados, as subvenções e outros recursos que lhe forem destinados; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

III - os valores apurados na venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

IV - os valores apurados em aplicações no mercado financeiro das receitas previstas neste artigo; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

V - (VETADO); [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

VI - os recursos provenientes de acordos, convênios ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

VII - o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

~~Art. 55-M. Constituem o patrimônio da ANPD os bens e os direitos: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022\)](#)~~

~~I - que lhe forem transferidos pelos órgãos da Presidência da República; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022\)](#)~~

~~II - que venha a adquirir ou a incorporar. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.124, de 2022\)](#)~~

Art. 55-M. Constituem o patrimônio da ANPD os bens e os direitos: [\(Incluído pela Lei nº 14.460, de 2022\)](#)

I - que lhe forem transferidos pelos órgãos da Presidência da República; e [\(Incluído pela Lei nº 14.460, de 2022\)](#)

II - que venha a adquirir ou a incorporar. [\(Incluído pela Lei nº 14.460, de 2022\)](#)

Art. 56. (VETADO).

Art. 57. (VETADO).

Seção II Do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade

Art. 58. (VETADO).

~~Art. 58-A. O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto por vinte e três representantes, titulares suplentes, dos seguintes órgãos:~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~I - seis do Poder Executivo federal;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~II - um do Senado Federal;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~III - um da Câmara dos Deputados;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~IV - um do Conselho Nacional de Justiça;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~V - um do Conselho Nacional do Ministério Público;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~VI - um do Comitê Gestor da Internet no Brasil;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~VII - quatro de entidades da sociedade civil com atuação comprovada em proteção de dados pessoais;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~VIII - quatro de instituições científicas, tecnológicas e de inovação; e~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~IX - quatro de entidades representativas do setor empresarial relacionado à área de tratamento de dados pessoais.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~§ 1º Os representantes serão designados pelo Presidente da República.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~§ 2º Os representantes de que tratam os incisos I a VI do caput e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades da administração pública.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~§ 3º Os representantes de que tratam os incisos VII, VIII e IX do caput e seus suplentes:~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~I - serão indicados na forma de regulamento;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~II - terão mandato de dois anos, permitida uma recondução; e~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~III - não poderão ser membros do Comitê Gestor da Internet no Brasil.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~§ 4º A participação no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~Art. 58-B. Compete ao Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade:~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~I - propor diretrizes estratégicas e fornecer subsídios para a elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e para a atuação da ANPD;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~II - elaborar relatórios anuais de avaliação da execução das ações da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~III - sugerir ações a serem realizadas pela ANPD;~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~IV - elaborar estudos e realizar debates e audiências públicas sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade; e~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

~~V - disseminar o conhecimento sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade à população em geral.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018\)](#)

Art. 58-A. O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de 23 (vinte e três) representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos: [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

I - 5 (cinco) do Poder Executivo federal; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

II - 1 (um) do Senado Federal; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

III - 1 (um) da Câmara dos Deputados; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

IV - 1 (um) do Conselho Nacional de Justiça; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

V - 1 (um) do Conselho Nacional do Ministério Público; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)

VI - 1 (um) do Comitê Gestor da Internet no Brasil; [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#)



VII - 3 (três) de entidades da sociedade civil com atuação relacionada a proteção de dados pessoais;
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

VIII - 3 (três) de instituições científicas, tecnológicas e de inovação;
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

IX - 3 (três) de confederações sindicais representativas das categorias econômicas do setor produtivo;
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

X - 2 (dois) de entidades representativas do setor empresarial relacionado à área de tratamento de dados pessoais; e
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

XI - 2 (dois) de entidades representativas do setor laboral.
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 1º Os representantes serão designados por ato do Presidente da República, permitida a delegação.
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 2º Os representantes de que tratam os incisos I, II, III, IV, V e VI do caput deste artigo e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades da administração pública.
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 3º Os representantes de que tratam os incisos VII, VIII, IX, X e XI do caput deste artigo e seus suplentes:
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

I - serão indicados na forma de regulamento;
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

II - não poderão ser membros do Comitê Gestor da Internet no Brasil;
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

III - terão mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 4º A participação no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Art. 58-B. Compete ao Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade:
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

I - propor diretrizes estratégicas e fornecer subsídios para a elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e para a atuação da ANPD;
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

II - elaborar relatórios anuais de avaliação da execução das ações da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

III - sugerir ações a serem realizadas pela ANPD;
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

IV - elaborar estudos e realizar debates e audiências públicas sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade; e
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

V - disseminar o conhecimento sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade à população.
(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

Art. 59. (VETADO).

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. A [Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 \(Marco Civil da Internet\)](#), passa a vigorar com as seguintes alterações: [Vigência](#)

“Art. 7º

[X](#) - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei e na que dispõe sobre a proteção de dados pessoais;

.....” (NR)

“Art. 16.

.....

II - de dados pessoais que sejam excessivos em relação à finalidade para a qual foi dado consentimento pelo seu titular, exceto nas hipóteses previstas na Lei que dispõe sobre a proteção de dados pessoais.” (NR)

Art. 61. A empresa estrangeira será notificada e intimada de todos os atos processuais previstos nesta Lei, independentemente de procuração ou de disposição contratual ou estatutária, na pessoa do agente ou representante ou pessoa responsável por sua filial, agência, sucursal, estabelecimento ou escritório instalado no Brasil.

~~Art. 62. A autoridade nacional e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito de suas competências, editarão regulamentos específicos para o acesso a dados tratados pela União para o cumprimento do disposto no § 2º do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e aos referentes ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. (Revogado pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

Art. 62. A autoridade nacional e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito de suas competências, editarão regulamentos específicos para o acesso a dados tratados pela União para o cumprimento do disposto no § 2º do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e aos referentes ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Art. 63. A autoridade nacional estabelecerá normas sobre a adequação progressiva de bancos de dados constituídos até a data de entrada em vigor desta Lei, consideradas a complexidade das operações de tratamento e a natureza dos dados.

Art. 64. Os direitos e princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

~~Art. 65. Esta Lei entra em vigor após decorridos 18 (dezoito) meses de sua publicação oficial.~~

~~Art. 65. Esta Lei entra em vigor: (Redação dada pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

~~I - quanto aos art. 55-A, art. 55-B, art. 55-C, art. 55-D, art. 55-E, art. 55-F, art. 55-G, art. 55-H, art. 55-I, art. 55-J, art. 55-K, art. 58-A e art. 58-B, no dia 28 de dezembro de 2018; e (Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

~~II - vinte e quatro meses após a data de sua publicação quanto aos demais artigos. (Incluído pela Medida Provisória nº 869, de 2018)~~

Art. 65. Esta Lei entra em vigor: (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

I - dia 28 de dezembro de 2018, quanto aos arts. 55-A, 55-B, 55-C, 55-D, 55-E, 55-F, 55-G, 55-H, 55-I, 55-J, 55-K, 55-L, 58-A e 58-B; e (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

I-A - dia 1º de agosto de 2021, quanto aos arts. 52, 53 e 54; (Incluído pela Lei nº 14.010, de 2020)

~~II - 24 (vinte e quatro) meses após a data de sua publicação, quanto aos demais artigos. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)~~

~~II - em 3 de maio de 2021, quanto aos demais artigos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 959, de 2020). (Convertida na Lei nº 14.058, de 2020)~~

II - 24 (vinte e quatro) meses após a data de sua publicação, quanto aos demais artigos. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

Brasília, 14 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Torquato Jardim

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Eduardo Refinetti Guardia

Esteves Pedro Colnago Junior

Gilberto Magalhães Occhi

Gilberto Kassab

Wagner de Campos Rosário

Gustavo do Vale Rocha

Ilán Goldfajn

Raul Jungmann

Eliseu Padilha

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.8.2018, e republicado parcialmente em 15.8.2018 - Edição extra

*



Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Lei	13709/2018 LGPD	13/03/2026

ID: **3850375**

CRC: **F6F4925A**

Processo: **8-590/2026**

Usuário: **LAURA BEZERRA DA SILVA**

Criação: **13/03/2026 11:50:51** Finalização: **18/03/2026 10:39:42**

Processo



Documento



MD5: **BB918126F57DE98D647941F243A0AA48**

SHA256: **B662071C047F29E0F459BC29B3FC68BCBD31948B9865BE4558481B4D937DFC44**

Súmula/Objeto:

lei 13709/2018

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	13/03/2026 11:50:51
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO (193)	13/03/2026 11:50:51
-------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3850375 e o CRC F6F4925A.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DE CONTRATO
36/2026

Contrato nº /2026
Processo nº 590/2026

Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E A EMPRESA, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, Setor Institucional, nº 2.166, representada pela Sr(a). _____, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE _____ doravante CONTRATANTE e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 590/2026/SEMDES, Pregão Eletrônico nº ____/2026/CPL/SML/PMA, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	TAXA DE OPERACIONALIZAÇÃO: ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, PROFISSIONALIZANTE E ENSINO MÉDIO. Taxa de operacionalização: Estagiários de nível superior, profissionalizante e ensino médio, com carga horária de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008, distribuídas de segunda a sexta-feira, com até 06 (seis) horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a demanda da Administração Pública Municipal.	15156	SERV.	404	4848	XXXX	XXXX

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a)** O Termo de Referência;
- b)** O Edital da Licitação;
- c)** A Proposta do contratado;
- d)** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do PNCP na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.

CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/02/2026.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

- 8.4** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;
- 8.8** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 8.9** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.
- 8.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2** Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado.
- 9.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- 9.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10** A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.
- 9.11** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos, elaborados para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DO SERVIÇO

11.1 A contratação conta com garantia de 12 meses do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no Estudo Técnico Preliminar ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos e exigência no Termo de Referência, elaborados para a contratação.

11.2 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à execução do serviço e bens acessórios ao contrato.

11.3 METODOLOGIA DOS SERVIÇOS

11.3.1 Os serviços do Agente de Integração compreendem a operacionalização do Programa de Estágio destinado aos estudantes no âmbito das Secretarias com atendimento, necessariamente, nos locais de atuação da autarquia, devendo para tanto:

11.3.2 Cadastrar estudantes de ensino de nível superior, de forma presencial ou via web, através de portal na Internet, nas áreas de interesse da Secretaria;

11.3.3 Realizar treinamento introdutório, presencial ou via Internet, para novos estagiários visando esclarecer sobre suas obrigações, no que tange ao contrato firmado com órgão concedente do estágio e atendendo suas necessidades;

11.3.4 Disponibilizar banco de dados específico, em portal na internet, tanto para a Agência quanto para os candidatos cadastrados, que permita a divulgação das oportunidades de vagas;

11.3.5 Recrutar estudantes dos níveis superiores, candidatos a estágio, mediante solicitação da Secretaria.

11.3.6 Contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, com indenização em casos de morte ou acidente;

11.3.7 Emitir e receber instrumento de avaliação, tabular e devolver relatório para contratante com o objetivo de acompanhar o programa de estágio, no relatório deverá compor dados quanto a Folha de Ponto

do estagiário, cumprimento da carga horária do estágio, da responsabilidade e compromisso com as tarefas que lhe são conferidas. O acompanhamento poderá ser remoto, sendo por meio de instrumentos de avaliação fornecidos pela contratada, podendo ser enviado e recebido por meio de transferência de dados (e-mail), em comum acordo com a contratante.

11.3.8 Repassar, ao estagiário, da bolsa estágio, em instituição bancária ou similar única, a ser informada pela contratante;

11.3.9 Adotar providências quanto à renovação, desligamento ou substituição do estagiário mediante solicitação da contratante.

11.3.10 Verificar junto à contratante o cumprimento do período de recesso de 30 (trinta) dias sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 ano ou os dias proporcionais, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

11.4. Dos inícios dos serviços

11.4.1 Após a assinatura do contrato será emitida a respectiva Autorização de Execução de Serviços pelo gestor do contrato, somente após a qual estará a empresa apta a iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias, após a data do recebimento.

11.5. Das Inscrições

11.5.1 As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a contratada o direito de excluir do programa aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta e/ou fornecer dados comprovadamente inverídicos ou falsos.

11.5.2 A divulgação das inscrições será realizada através de portal web da contratada, podendo a mesma utilizar outros meios para divulgação que julgar adequados, como comunicação oficial às instituições de ensino, afixação de cartazes, distribuição de panfletos, dentre outros, sem qualquer custo para a Administração Municipal de Ariquemes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

12.1 A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.

12.2 A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.

12.3 A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.

12.4 A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

12.5 Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.

12.6 A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.

12.7 A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.

12.8 A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.

12.9 A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.

12.10 A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.

12.11 A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.

12.12 A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.

12.13 A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.

12.14 A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b, c, d e i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e, f, g e h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b, c, d e i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com

o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.1.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SEMAIC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio.

Programação: 02.013.04.122.0024.2700 - Manutenção das Atividades SEMAIC

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ

Fonte de Recurso: 0.1.500 0 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 790

SEMOSP:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras;

Programação: 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2651.0000 - Conservação e Limpeza de Cemitérios

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / 3.3.90.36.00-Outros
Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
Fonte de Recursos: RP-0.1.500; Recursos de Exercícios Anteriores - 0.2.500; Transferência da União
Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais - 0.1.708.

SEMPOG:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Programação: 02.06.04.122.0005.2012 Manutenção da Secretaria de Planejamento
Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Fonte de Recurso: Recursos não vinculados de Impostos

SEMFAZ:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Fazenda
Programação: 02.05.04.122.0007.2010 Manutenção e Gestão de Finanças
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: Secretaria Municipal de Fazenda

SEMTEC:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
Programação: 27 122 0019 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;
Programação: 13 392 0020 2801 - Promoção da Cultura;
Programação: 27 812 0021 - 0000 Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: RP Próprio

IPEMA:

03 IPEMA INST PREV DO MUN DE ARIQUEMES
03 01 IPEMA INST PREV DO MUN DE ARIQUEMES
03 01 00 IPEMA INST PREV DO MUN DE ARIQUEMES
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL
09 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
09 122 0015 GESTÃO DO IPEMA
09 122 0015 2901 0000 ADMINISTRACAO DO FUNDO PREVIDENCIARIO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

SEMSAU:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes.
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde.
Programação:
10.122.0039.2501 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE;
10.122.0039.2504 - CUMPRIR DETERMINACOES JUDICIAIS;
10.301.0035.2507 - ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PAP;
10.302.0037.2513 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX AMB E HOSPITALAR MAC;
10.302.0037.2519 - SERV DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU;
10.304.0036.2524 - AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA;
10.305.0036.2526 - AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE;
10.305.0036.2527 - VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DAS DST/AIDS HEPATITES VIR.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
Fonte de Recurso: RP-1.500, FED-1.600, COVID-1.602, EST-1.621

SEMDES:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social;

Programações:

08.122.0018.2400 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

08.122.0013.2403 - MANUTENCAO DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR

08.243.0013.2400 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0013.2413 - PARCERIAS COM ORG SOCIEDADE CIVIL

08.244.0012.2405 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS)

08.244.0012.2407 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS (IGD-SUAS)

08.244.0012.2414 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

08.244.0012.2419 - VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL

08.244.0013.2429 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0014.1107 - IMPLANTAÇÃO DO CRAS (UNIDADE II)

08.244.0014.2406 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

08.244.0014.2408 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(MAC)

08.244.0014.2411 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

08.244.0014.2412 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE) DA ALTA COMPLEXIDADE - SERVIÇO DE

ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLEDORA

08.244.0015.2415 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

08.244.0015.2417 - CRESCENDO BEM

08.244.0015.2423 - MAMÃE CHEGUEI

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: RP/ Recurso da União/ Recurso Estadual

SEMED:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Educação

Programação: 02.007.12.361.0006.3001 - Manutenção das Atividades da SEMED

Programação: 02.007.12.361.0039.3010 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Programação: 02.007.12.365.0040.3017 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil Pre

Programação: 02.007.12.365.0040.3018 - Manutenção do Ensino Infantil Creches

Programação: 02.007.12.367.0039.3023 - Manutenção das Atividades da Educação Inclusiva

Elemento de despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1.500.1001 - Recursos não vinculados de impostos

Fonte de recurso: 1.500.0000 - Recursos não vinculados de impostos

Fonte de recurso: 1.550.0000 - Transferência de Salário Educação

Fonte de recurso: 1.540.0000 - Transferências do FUNDEB

SEMA:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: 021101 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Programação: 18.541.0020.2601 - Manutenção de Praças, Canteiros e Áreas verdes

18.122.0011.2600 - Manutenção das Atividades da SEMA

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: 1.500 - R.P

AMR:

Órgão: Agência Municipal de regulação - AMR

Unidade Orçamentária: Agência Municipal de regulação - AMR

Unidade Orçamentária: 04.125.0016.2950 Manutenção das Atividades da AMR

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Ser. Terc. Pessoa Juridica;

Fonte de Recurso: Recurso Próprio

PGM:

Unidade Orçamentária: 02.03 - Procuradoria Geral

Programação: 02.03.122.0003.2007 - Manutenção da Procuradoria Geral

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIRO - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recurso: 1.500 RP

SML:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Superintendência Municipal de Compras e Licitações

Programação: 04.122.0021.2000 - Manutenção da Superintendência Municipal de Compras e Licitações

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.500.0 - Recurso Próprio não Vinculado a Impostos

SEMGOV:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Governo;

Programação: 0002 GESTÃO E GOVERNAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA FOCADA NA EXCELÊNCIAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceira Pessoa Jurídica;

Fonte de Recurso: 100 - RP

Ficha: 32

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

3.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (art. 92, §1º)

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ariquemes/RO,de de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADO
Prefeitura Municipal de Ariquemes CNPJ: 04.104.816/0001-16	Representante CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

1-

2-

	Documento assinado eletronicamente por MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO, SECRETÁRIO DE OBRAS , em 31/03/2026 às 09:20, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por SANDRA MARCIA NEVES, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , em 31/03/2026 às 09:22, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por MICHELINE BARCELOS, SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO) , em 31/03/2026 às 09:28, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por BRENO MAIFREDE CAMPANHA#, Procurador Geral do Município , em 31/03/2026 às 09:30, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por HENRIQUE DA SILVA, Superintendente Municipal de Licitações , em 31/03/2026 às 09:32, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA, SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC , em 31/03/2026 às 09:40, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por ANTONIO MARCOS DE MOURA#, Secretário Mun. de Agricultura Ind. e Comércio , em 31/03/2026 às 09:45, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por Marco Aurélio Soares Fernandes, DIRETOR PRESIDENTE - AMR , em 31/03/2026 às 10:27, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por Paulo Belegante, Diretor Presidente IPEMA , em 31/03/2026 às 10:30, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA#, Secretario Municipal de Fazenda , em 31/03/2026 às 11:09, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por VILMAR FERREIRA, SECRETARIO MUN. DE MEIO AMBIENTE , em 31/03/2026 às 11:17, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por ELIZETE GONCALVES DE LIMA#, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão , em 31/03/2026 às 11:46, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por GABRIEL SANTOS DALLA COSTA, SECRETARIO ADJUNTO DE SAÚDE , em 31/03/2026 às 11:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .
	Documento assinado eletronicamente por MARINEIDE BORGES DOS SANTOS#, Secretária de Governo , em 31/03/2026 às 18:09, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3887268** e o código verificador **0B5A48CD**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	KELLY CRISTINA DA SILVA	***.731.992-**	31/03/2026 10:09
2	ALYNE RANYELLY PEREIRA NETO	***.362.462-**	31/03/2026 10:11
3	JULIA OLIVEIRA FERREIRA ZANATTA	***.106.552-**	31/03/2026 10:15
4	MAGDA OLIVEIRA MATOS#	***.850.802-**	31/03/2026 11:03

Referência: [Processo nº 8-590/2026](#).

Docto ID: 3887268 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
27/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2026
PROCESSO N.º 590/SEMDES/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2026/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos xx dias do mês de xxxx do ano de dois mil e vinte e seis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/SML/2026, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, para atender as Secretarias Municipais de Ariquemes por um período de 12 (doze) meses. .

TABELA I

1. LICITANTE:
CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL:
ENDEREÇO:..... CEP: Cidade:.....
NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº.RG sob o nº.
DETENTORA DO ITEM (S):.....

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	EMPRESA DETENTORA
1	TAXA DE OPERACIONALIZAÇÃO: ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR, PROFISSIONALIZANTE E ENSINO MÉDIO. Taxa de operacionalização: Estagiários de nível superior, profissionalizante e ensino médio, com carga horária de 20 (vinte) ou	15156	404	4848	Aaaa	XXXX	Aaaa

30 (trinta) horas semanais, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008, distribuídas de segunda a sexta-feira, com até 06 (seis) horas diárias, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a demanda da Administração Pública Municipal.						
---	--	--	--	--	--	--

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

2.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM NA ARP Nº	UND.	PGM	SEMFAZ	SEMPOG	SEMA	SEMOSP	SEMAIC	SEMTEC	SEMDES	SEMSAU	SEMED	AMR	SML	IPEMA	SEMFAZ	TOTAL
1	SERV	120	300	420	60	48	48	132	720	960	1800	36	120	60	24	4848

Em licitações onde houver divisão de cotas observar a ordem de distribuição prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional

de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os

requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se

tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS

8.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

8.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

8.2.1 comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

8.2.2 previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

8.2.3 justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

8.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XV - Dotação Orçamentária.

9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com

o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

12.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

12.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art. 80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;

12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 10.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

12.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 10.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

CLÁUSULA XIV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

14.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a). _____, na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico N°. XX/SML/2026, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo n°. 590/SEMDES/2026.

15.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico N°. 0XX/2026/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:

Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS**, em 31/03/2026 às 09:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA, Diretora da DGSRP**, em 31/03/2026 às 12:15, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3887336** e o código verificador **E34BDF63**.

Referência: [Processo nº 8-590/2026](#).

Docto ID: 3887336 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA
19/2026

ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE CADASTRO DE RESERVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2026
CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES N.º
PROCESSO N.º 590/SEMDES/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2026/PREGAO/SML/PMA-GSRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, classificadas em 1º, 2º e 3º lugar no(s) lote(s) xxxx do Pregão Eletrônico nº xx/xx, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I - (Termo de referência) do Edital do referido Pregão, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Agente de Integração para prestação de serviços continuados no âmbito da Administração Direta do Município de Ariquemes, para atender as Secretarias Municipais de Ariquemes por um período de 12 (doze) meses.

1. LICITANTE:

CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL:

ENDEREÇO:..... CEP: Cidade:.....

NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº.RG sob o nº.

DETENTORA DO ITEM (S):.....

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) REGISTRADAS:

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	ORDEM CADASTRO RESERVA	MARCA	V. UNIT. DO ITEM EM R\$	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
1	Aaaaaaaaaa	UND	111111	1	Aaaa	1111,11	Aaaa
				2	Aaaa	1111,11	Aaaa
				3	Aaaa	1111,11	Aaaa
2	Aaaaaaaaaa	UND	111111	1	Aaaa	1111,11	Aaaa
				2	Aaaa	1111,11	Aaaa
				3	Aaaa	1111,11	Aaaa

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a Prefeitura Municipal de Ariquemes a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:

Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS**, em 31/03/2026 às 09:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA, Diretora da DGSRP**, em 31/03/2026 às 12:16, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3887380** e o código verificador **19BA80A3**.

Referência: [Processo nº 8-590/2026](#).

Docto ID: 3887380 v1



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

~~§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.~~

§ 3º Na educação superior, as atividades de extensão, de monitorias, de iniciação científica e de intercâmbio no exterior desenvolvidas pelo estudante poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso. [\(Redação dada pela Lei nº 14.913, de 2024\)](#)

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

~~Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.~~

Art. 4º As disposições desta Lei relativas aos estágios aplicam-se aos estudantes estrangeiros ou brasileiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, ou no exterior, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável. ([Redação dada pela Lei nº 14.913, de 2024](#)).

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

~~Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.~~

§ 1º No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino. [\(Incluído pela Lei nº 14.913, de 2024\)](#)

§ 2º O termo de compromisso referido no inciso I do caput deste artigo também poderá ser celebrado com a instituição de ensino superior: [\(Incluído pela Lei nº 14.913, de 2024\)](#)

I – a que esteja vinculado o intercambista estrangeiro; [\(Incluído pela Lei nº 14.913, de 2024\)](#)

II – em que se realizar o intercâmbio, no caso de estudante brasileiro intercambista. [\(Incluído pela Lei nº 14.913, de 2024\)](#)

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de

compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência. [\(Vide Medida Provisória nº 1.116, de 2022\)](#)

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 82.](#) Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

[Parágrafo único.](#) (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008

*







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Lei	11788/2008 Estagiário	13/03/2026

ID: **3850353**

CRC: **18DA541B**

Processo: **8-590/2026**

Usuário: **LAURA BEZERRA DA SILVA**

Criação: **13/03/2026 11:47:26** Finalização: **18/03/2026 10:39:37**

Processo



Documento



MD5: **B4D6C4E0E0D60D529D19438BF30FA487**

SHA256: **AE899493AB51219FEF1D6576A7C4BF000DBA7923571D217E3BBE309DA690A664**

Súmula/Objeto:

Lei 11788/2008 Estagiário

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	13/03/2026 11:47:26
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO (193)	13/03/2026 11:47:26
-------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3850353 e o CRC 18DA541B.